

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

LAYANNA CRISTINA LOURENÇO DE AZEVEDO

**COLONISMO POLÍTICO E TRANSIÇÃO NEGOCIADA: A *Coluna do*
Castello e o pacto de elites no Brasil**

Niterói

2013

LAYANNA CRISTINA LOURENÇO DE AZEVEDO

**COLUNISMO POLÍTICO E TRANSIÇÃO NEGOCIADA: A *Coluna do Castello* e
o pacto de elites no Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Roxo da Silva

Niterói

2013

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

A994 Azevedo, Layanna Cristina Lourenço de.
Colunismo político e transição negociada: a *Coluna do Castello* e o pacto de elites no Brasil (1974-1979) / Layanna Cristina Lourenço de Azevedo. – 2013.
121 f.
Orientador: Marco Antonio Roxo da Silva.
Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, 2013.
Bibliografia: f. 111-119.
1. Jornalismo; aspectos políticos; Brasil. 2. Brasil; política e governo; 1964-1985. 3. Castello Branco, Carlos, 1920-1993. 4. Elites (Ciências sociais); Brasil. I. Silva, Marco Antonio Roxo da. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social. III. Título.

CDD 079.81

LAYANNA CRISTINA LOURENÇO DE AZEVEDO

**COLUNISMO POLÍTICO E TRANSIÇÃO NEGOCIADA: A *Coluna do*
Castello e o pacto de elites no Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Comunicação.

Aprovada em: 08 de agosto de 2013

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marco Antonio Roxo da Silva (Orientador)
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Afonso de Albuquerque (Examinador)
Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Dr^a Ana Paula Goulart Ribeiro (Examinador)
Universidade Federal do Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Marco Roxo, por todo o apoio não somente de orientador, mas de conselheiro e amigo.

Ao meu “quase co-orientador” Afonso de Albuquerque, que embora formalmente não desempenhe a referida função, igualmente me apoiou com conselhos e amizade.

À professora Ana Paula Goulart Ribeiro que gentilmente aceitou o pedido para compor esta banca.

À minha família, por todo o suporte.

“O povo não tem uma consciência política muito nítida. Ele é muito arrastado pelos acontecimentos. No dia 24 de agosto, o povo estava contra Getúlio, então quando Getúlio suicidou-se, o povo desfilou no Palácio do Catete para homenageá-lo, chorando na maior emoção” (Carlos Castello Branco) ¹.

¹ Retirado de <http://www.carloscastellobranco.com.br>. Acessado em 21 de Junho de 2013.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi discutir a relação entre Estado e imprensa no Brasil através de um agente específico, o jornalista Carlos Castello Branco, e da análise de sua coluna política no *Jornal do Brasil*, a *Coluna do Castello*. Escolhemos como recorte parte do período de transição do regime autoritário brasileiro (1974-1979), pois partimos do pressuposto de que o colunista foi um agente de relevo na mediação entre Estado e as elites políticas comprometidas com a agenda da transição para o regime democrático. Argumentamos que a *Coluna do Castello* foi um espaço de interlocução fundamental para a conciliação da sociedade brasileira no sentido de uma modernização conservadora. Para sustentar nossa proposta, recorremos a um panorama sobre jornalismo e elites no Brasil, bem como a alguns princípios que nortearam certa afirmação do colunismo político como um espaço de relevância. Utilizamos igualmente um exame da trajetória de Carlos Castello Branco para compreender como o jornalista adquiriu autoridade como um especialista em assuntos políticos, se firmando como um intérprete privilegiado – o que contribuiu para o crescimento do colunismo político em si.

Palavras-chave: Coluna do Castello; colunismo; elites; jornalismo; política.

ABSTRACT

The objective of this research was to discuss the relationship between the State and Press in Brazil through an specific agent, the journalist Carlos Castello Branco, and the analysis of his political column at the *Jornal do Brasil* (*JB*, daily newspaper published by *JB Editora*, Rio de Janeiro, Brazil), called *Coluna do Castello*. We chose to study a part of the transitional period of the Brazilian autocratic regime (1974-1979), because we presuppose that the referred columnist was a relevant agent in the mediation process between the State and the political elites committed to the agenda of the transition to the democratic regime. We argue that *Coluna do Castello* was a fundamental interlocution space for the conciliation of the Brazilian society towards the conservative modernization. In order to sustain our proposal, we go over an overview of journalism and elites in Brazil, as well as some principles that directed the idea of political columnism as a relevant space. Ultimately, we study the trajectory of Carlos Castello Branco to understand how the journalist acquired authority as an expert in political affairs, establishing himself as a privileged interpreter - which contributed to the growth of political columnism itself.

Keywords: Coluna do Castello; columnism; elites; journalism; politics.

LISTA DE SIGLAS

ABI	- Associação Brasileira de Imprensa
ABL	- Academia Brasileira de Letras
AI-5	- Ato Institucional N.5
ARENA	- Aliança Renovadora Nacional
IPES	- Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
JB	- Jornal do Brasil
MDB	- Movimento Democrático Brasileiro
PSD	- Partido Social Democrático
PTB	- Partido Trabalhista Brasileiro
PT	- Partido dos Trabalhadores
UDN	- União Democrática Nacional
UH	- Última Hora

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
1	ELITES E TRANSIÇÃO NEGOCIADA NO BRASIL	17
1.1	O golpe de 1964, regime autoritário e transição	17
1.1.2	Autoritarismo como produto social	22
1.2	Elites e transição negociada	27
1.2.1	Pacto e construção do consenso	31
1.2.2	Teoria das elites e jornalismo no Brasil	33
1.3	Jornalismo e Política	39
1.3.1	O caso brasileiro	41
2	JORNALISMO E COLUNISMO: A Consagração da Política Elitista	47
2.1	Informação e narração	47
2.1.1	A modernização do jornalismo brasileiro	51
2.1.2	A reforma do <i>Jornal do Brasil</i>	52
2.1.3	O jornalismo brasileiro e o reformismo conservador	55
2.2	Colunismo	64
2.2.1	Coluna: política de corte	67
3	COLUNISMO: A Negociação da Transição “por cima”	73
3.1	Autoridade e representação	75
3.2	A trajetória de Carlos Castello Branco	80
3.2.1	De foca a profissional	80
3.2.2	De “idiota da objetividade” a colunista	81
3.2.3	Colunista consagrado, sindicalista e Imortal	84
3.3	A Coluna do Castello	90
3.3.1	Do boato à notícia: os rumores nos bastidores	95
3.3.2	A serviço da transição pactuada	100
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
	REFERÊNCIAS	111
	ANEXOS	120

INTRODUÇÃO

“O Sr José Aparecido de Oliveira, ex-secretário particular do Sr Jânio Quadros, costuma a propósito lembrar uma frase do ex-Presidente ao jornalista Samuel Wainer, num encontro no Palácio da Alvorada: ‘Você’, disse o então Chefe do Governo, ‘está condenado ou fadado a apoiar o meu Governo’.”¹

O objetivo desta dissertação é compreender melhor as nuances das relações entre Estado e Imprensa no Brasil. Com esse fim, escolhemos como objeto de estudo a *Coluna do Castello* – escrita diariamente pelo jornalista Carlos Castello Branco no *Jornal do Brasil*. Iremos nos concentrar em parte do período de transição do regime autoritário brasileiro (1974-1979). Através do colunismo político, pretendemos argumentar que a imprensa não é um agente externo ao Estado. Visamos a discutir a seguinte questão: até que ponto determinados setores da imprensa serviram como espaço de negociação bem como foram interlocutores fundamentais entre agentes do Estado e grupos articulados da sociedade civil no processo de transição negociada? É com base nesse duplo papel, o de arena e o de agente, que pretendemos abarcar a *Coluna do Castello* como um espaço de reverberação de articulações políticas que ajudaram a consagrar o colunista como um hábil e fértil mediador político, fundamental na cimentação de um elo entre as elites interessadas em conduzir um processo de transição segura, pelo alto, do regime autoritário brasileiro rumo ao estado de direito.

Compreender a relação entre Estado e imprensa no Brasil sempre foi um objetivo central para muitos pesquisadores. Há um conjunto de estudos que, ao tomar esta relação, partem quase de uma equalização entre imprensa e empresas jornalísticas, sobretudo em trabalhos sobre o período do regime militar brasileiro. Maria Aparecida de Aquino (1994)² nos chama a atenção para a importância de *captar a dinâmica social dos agentes situados na imprensa* (idem, Ibid., p.1). Sua tese se foca nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Última Hora*, procurando compreender os estilos, discursos e concepções de imprensa através destas instituições. Seu foco, na verdade, não está nos agentes individuais, nos jornalistas: está nos editoriais dos jornais analisados.

¹ CASTELLO BRANCO, Carlos. “O MDB acha que pode resistir”. Coluna do Castello, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 2, 09 jun. 1979.

² AQUINO, Maria Aparecida de. *Caminhos Cruzados: Imprensa e Estado Autoritário no Brasil*. Tese de Doutorado, São Paulo: FFLCH, USP, 1994.

Tal perspectiva é comum nos trabalhos sobre Estado e imprensa da década de 1990³, onde se buscava compreender sobretudo o posicionamento da imprensa em relação ao regime militar: em geral em uma chave ou de antagonismo ou de apoio a este. Outro trabalho de relevância neste âmbito é o de Anne-Marie Smith (2000)⁴. A autora norte-americana se insere em uma lógica mais liberal, mas também trabalha na perspectiva das instituições, buscando entender a relação entre Estado e imprensa através da questão da repressão, apontando para certa acomodação dos jornalistas ao caráter rotineiro da censura. Smith ainda chega a apontar possíveis interesses divergentes no interior da comunidade jornalística, mas ela reduz tal fato ao campo sindical.

Nesta perspectiva, o jornalismo acaba tomado de forma geral e homogênea – característica que a imprensa não possui. Por exemplo, o que Aquino reivindica - a dinâmica dos agentes - não é visível na maior parte dos trabalhos sobre o tema. Nossa pesquisa parte desta lacuna para buscar um mais profundo entendimento de como essa relação se estabelece. Ambas as autoras acabam por não perceber as injunções do campo jornalístico - ao optar por entender a posição de cada instituição em relação ao regime – e não tentam entender o protagonismo de agentes específicos neste processo. Ambos os trabalhos marcaram época e tiveram importância, mas partem das empresas jornalísticas e de certa idéia de separação entre imprensa e Estado. Nossa pesquisa parte da perspectiva contrária.

A citação escolhida para a abertura deste trabalho, trecho da *Coluna do Castello*, é bem ilustrativa de nosso argumento. O texto faz referência direta à questão das alianças político-partidárias no Brasil e, segundo a análise de Castello Branco, “*Tal frase é lembrada para indicar a fatalidade de certas alianças e a inevitabilidade de certas presenças na futura organização dos Partidos nacionais*”⁵. O ano era 1979, marco fundamental no processo de transição do regime autoritário para a democracia, e o momento político brasileiro era de discussão do fim do bipartidarismo e reorganização partidária.

³ Além de Aquino, Anne-Marie Smith (2000) também parte quase de uma equivalência entre imprensa e jornal enquanto instituição, embora por vezes apresente algumas ações específicas de determinados jornalistas em sua pesquisa.

⁴ SMITH, Anne-Marie. *Um Acordo Forçado: o Consentimento da Imprensa à Censura no Brasil*. Tradução de Waldívia M. Portinho. – 1ª Ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

⁵ Idem, *Ibid.*, 09 jun. 1979.

No entanto, para além do que diretamente a frase enuncia, há outra questão embutida: a das fontes noticiosas de um jornalista e suas interseções com agentes do poder. Carlos Castello Branco resgata uma frase dita em 1961 pelo então Presidente da República ao jornalista Samuel Wainer⁶. Frase dita em um encontro. Nos corredores do Palácio da Alvorada. Nos “bastidores”. E há ainda um terceiro ponto: a frase é lembrada por Castello Branco através do ex-secretário particular de Jânio Quadros – o que reforça a circularidade entre membros da elite política e jornalistas⁷. Pode-se dizer que o colunista político se credencia entre as suas fontes (políticos, membros da burocracia estatal, etc.) e torna público um debate através de sua coluna política.

A opção por Carlos Castello Branco e sua coluna se dá não somente por este ter sido um dos jornalistas políticos mais conceituados da época – é considerado, até hoje, um ícone do colunismo político no Brasil⁸ – como também pelo fato do *Jornal do Brasil* ter sido um impresso diário de circulação nacional. Castello Branco absorveu o capital do jornal e, ao mesmo tempo, emprestou seu próprio capital a este último: ambos se legitimando mutuamente como intérpretes privilegiados da realidade. O *Jornal do Brasil* (JB) foi um dos pioneiros na reforma do jornalismo brasileiro, iniciada nos anos 1950. Quando Carlos Castello Branco foi convidado para chefiar a sucursal de Brasília do JB (em 1962) e iniciara a *Coluna do Castello* (em janeiro de 1963) já era um jornalista de grande capital político e jornalístico.

Na década de 1970, quando se inicia a abertura política do regime militar, o *Jornal do Brasil* possuía grande capital econômico e político e era o jornal de circulação nacional tido como principal modelo de aplicação do jornalismo objetivo no Brasil (RIBEIRO, 2007). Esta é umas das justificativas do recorte temporal de nosso trabalho: o período de transição do regime militar brasileiro, iniciado em 1974. Neste momento, JB e Carlos Castello Branco já eram nomes consagrados no jornalismo brasileiro. Na década de 1970 há então uma convergência entre o anúncio da transição política pelo

⁶Samuel Wainer foi fundador do *Última Hora*, jornal pró-Vargas cujo objetivo, segundo o próprio Wainer, era a “mensagem getuliana” (AQUINO, 1994). Isto explica a frase dita a Wainer por Jânio nos corredores e relembra por Carlos Castello Branco: Jânio Quadros fora eleito presidente pela União Democrática Nacional (UDN), partido conservador e contrário a Getúlio Vargas.

⁷Importante mencionarmos que o ex-secretário particular que “lembrou” a frase ao colunista, José Aparecido de Oliveira, era amigo íntimo de Carlos Castello Branco. Na verdade, o próprio colunista foi membro do governo de Jânio Quadros em 1961, como veremos adiante.

⁸Merval Pereira, colunista do jornal *O Globo*, escreveu por ocasião dos 90 anos de Carlos Castello Branco em 2010: “No dia 25, o jornalista Carlos Castello Branco, **uma espécie de patrono dos colunistas políticos brasileiros, o maior entre nós todos**, teria feito 90 anos”. (PEREIRA, Merval. **Ao Mestre**. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 jun. 2010, grifo nosso).

general e presidente Ernesto Geisel e o status do *JB*: o regime buscava apoio de determinados segmentos da sociedade para o projeto pactuado de transição e, ao mesmo tempo, o *Jornal do Brasil* era um dos principais jornais da classe média escolarizada.

Há outros motivos para o eleito recorte temporal: primeiro, partimos de uma crença de que a coluna política é definida, no Brasil, de maneira deficiente. Ela é tida como um espaço de opinião, colocado em contraposição ao espaço informativo das notícias do jornal. E nosso argumento é de que o regime autoritário se constitui em um momento crucial para compreendermos a coluna política fora dessa chave dualista. Em contextos sensíveis, como o de uma ditadura, a coluna política se transforma em lugar de notícia. Acreditamos que a coluna política de um profissional gabaritado socialmente e profissionalmente (entre seus pares e entre políticos), como Carlos Castello Branco, se configurou em um espaço público primordial em um momento ditatorial em que outros espaços estavam bloqueados. No caso da transição do regime, defendemos que a relação do jornalista Castello Branco com grupos políticos, militares e diversos grupos da sociedade civil – relação construída em sua trajetória – fez de sua coluna um espaço de interlocução entre as elites interessadas em conduzir o processo de transição brasileiro pelo alto, na lógica de uma modernização conservadora.

Natural de Teresina, no Piauí, Carlos Castello Branco mudou-se para Belo Horizonte e em 1939 ingressou na Faculdade de Direito de Minas Gerais. Foi repórter de polícia e subsecretário de redação de *O Estado de Minas* e da *Agência Meridional de Notícias*, ambos dos Diários Associados. Em 1945, aproximou-se da União Democrática Nacional (UDN) e ocupou o cargo de subsecretário de *O Jornal*, órgão líder dos Diários no Rio de Janeiro, no qual trabalhou como analista de política. Em 1950, Pompeu de Souza o convidou para ser editor político no *Diário Carioca*, no qual criou a coluna *Diário de um repórter*. Atuou como editor da *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, como correspondente político da *Folha de S. Paulo* e colaborador de *O Estado de S. Paulo*, ainda na década de 1950. Aceitou o convite de Jânio Quadros para ser secretário de imprensa de seu governo, mudando-se para Brasília em 1961, o que o permitiu conhecer os bastidores da política e tecer uma ampla rede de relacionamentos. Segundo o próprio Carlos Castello Branco, este período possibilitou seu enriquecimento profissional e a aprendizagem de “como funciona a coisa dentro do palácio do governo”

e a reconhecer “quem tem importância e quem não tem”⁹. Após a renúncia de Jânio Quadros da Presidência da República, foi convidado para chefiar a sucursal do *Jornal do Brasil* em Brasília e iniciou sua coluna diária no jornal.

É possível pensarmos Carlos Castello Branco como um jornalista que possuía certo capital acumulado: um conjunto de relações políticas e jornalísticas, que foi sendo construído em sua trajetória de vida e o torna fundamental, fazendo-o ocupar um lugar central de mediação entre grupos articulados e a elite interessada em conduzir o processo de transição do regime autoritário para o regime democrático. Castello Branco era, já na década de 1970, uma figura proeminente nos campos jornalístico e político.

A partir destes esclarecimentos iniciais, apresentaremos a estrutura do presente trabalho. Em primeiro lugar, se há uma transição, há um regime que irá transitar. Abordaremos no primeiro capítulo questões relativas ao regime militar brasileiro e seu modelo de transição para a democracia. Neste sentido, a primeira parte é dedicada, brevemente, ao golpe de 1964, ao regime e sua conseqüente transição. A idéia é compreendermos que a transição brasileira configurou-se de maneira não muito diferente do próprio golpe: na lógica de uma modernização conservadora.

Consideramos como início da abertura política brasileira o seu anúncio pelo general e presidente Ernesto Geisel, que assumiu a presidência em março de 1974. Abordaremos brevemente modelos distintos de transição de regimes autoritários, que nos auxiliarão na compreensão da transição brasileira enquanto uma transição negociada, bem-sucedida e com alto controle das elites sobre o processo. Desta forma será possível aproximarmos a transição brasileira de outras transições de regimes autoritários e compreender como os meios de comunicação foram instituições primordiais em processos de transição negociada, gradual e dirigida por elites.

Nosso objetivo no segundo capítulo será compreendermos a coluna política como um espaço cuja principal relevância não é a da existência ou não de uma objetividade jornalística, mas sim o de uma negociação entre elites. Procuraremos então desnaturalizar o espaço da coluna como lugar de opinião. O colunismo tem sido tratado, na bibliografia brasileira, como uma prática adversa à notícia. Por mais que a bibliografia até considere, por vezes, a existência de “fatos informativos” nas colunas,

⁹ Retirado do verbete *Castello Branco, Carlos*, Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós- 1930. FGV-CPDOC.

há sempre uma distinção aceita entre duas categorias mais amplas: jornalismo de informação e jornalismo de opinião. As colunas são sempre colocadas em uma chave de compreensão cuja alcunha é “gêneros opinativos”, que se contrapõe, estruturalmente, à notícia informativa.

Tal estruturação tem origem devido ao predomínio do modelo norte-americano de jornalismo, que colocou o fato como centro da atividade jornalística no Brasil. Os ideais que nortearam a prática de um jornalismo “centrado em fatos”, caracterizado pelo uso do *lead*, da pirâmide invertida, da impessoalização do texto e do equilíbrio na apuração, se afirmaram nos Estados Unidos após a Primeira Guerra Mundial. No Brasil, as técnicas norte-americanas foram adotadas na década de 1950, que passou a ser conhecida como a década da modernização do jornalismo brasileiro. Tal modernização visava à distância do viés político-literário – próximo do modelo francês – e estabelecia o jornalismo como centrado em fatos e voltado para o estabelecimento de “verdades”, adotando as supracitadas técnicas dos Estados Unidos. A reforma do jornalismo brasileiro foi iniciada no Rio de Janeiro em jornais como *Diário Carioca*, *Tribuna da Imprensa*, *Última Hora* e *Jornal do Brasil*. Assim, abordaremos também um pouco da trajetória do *Jornal do Brasil* e sua modernização para compreendermos seu lugar de proeminência na imprensa brasileira.

A partir do *Jornal do Brasil* e da *Coluna do Castello*, prosseguiremos no terceiro capítulo para o lugar que o colunista ocupa. O objetivo é entendermos o exercício do colunismo político no jornalismo de transição, percebendo o papel de Carlos Castello Branco neste processo. Neste sentido, resgataremos a discussão entre fontes/agentes do Estado e jornalistas, explicitada com a fala de Jânio Quadros para Samuel Wainer - e tornada pública por Carlos Castello Branco. Pretendemos atentar para o papel do próprio colunista como agente na transição política e da coluna como instrumento de publicização das informações que Castello Branco colheu nos chamados “bastidores” – como corredores do Palácio da Alvorada, encontros, rituais, jantares e toda uma rede de relações que envolve jornalistas, elites e membros do Estado. Carlos Castello Branco tem acesso a esta rede de sociabilidade em função da autoridade constituída em sua trajetória.

Desta forma, dedicaremos a última parte à trajetória do colunista, utilizando-a para interpretar o modo no qual o jornalista acumulou prestígio e autoridade política e

jornalística, elevando a importância do próprio colunismo político. Optamos por uma apresentação linear da trajetória de Castello Branco, pois nos possibilita dar conta de dois aspectos: o personagem Carlos Castello Branco e o espaço jornalístico que ele ocupa. Mostraremos como a dimensão de sua trajetória e as características de produção de sua coluna serviram ao pacto conservador no processo de transição.

Analisaremos de forma mais profunda a *Coluna do Castello* entre 1974 e 1979 de forma temática e contextual, priorizando alguns momentos históricos chave e visando a perceber a retórica utilizada e o estilo comunicativo da coluna em função de contextos particulares durante o período de transição da ditadura militar brasileira. Acreditamos que a coluna é um espaço de diversas vozes - onde algumas podem ressoar, para além da do próprio colunista - e revelar o jogo de forças e as tensões existentes em torno do processo de transição, além do lugar da própria coluna como espaço de mediação.

É importante frisarmos que, embora a saída dos militares do poder só ocorra em 1985 com a eleição de um presidente civil por voto indireto, procederemos à análise densa do material apenas até o ano de 1979. Esta opção em nosso recorte se deu, em primeiro lugar, pelo fato da *Coluna do Castello* ser diária. No período entre 1974 e 1985, foram produzidas aproximadamente 3.000 colunas – material muito volumoso para o tempo curto de uma pesquisa de mestrado. Mediante tal impossibilidade, elegemos o ano de 1979 como recorte cronológico pois, para alguns teóricos, a ditadura findou-se neste ano¹⁰. O ano de 1979 é, sem dúvida, um marco no processo de transição, embora haja divergências quanto ao fim do regime autoritário. Aprofundaremos a discussão sobre a periodização da transição do regime, liberalização e democratização no capítulo a seguir.

¹⁰ “Esclareço que, para mim, a ditadura encerrou-se em 1979, com o fim dos Atos Institucionais e o restabelecimento das eleições, da alternância no poder, da livre organização sindical e partidária e da liberdade de imprensa. Esta, porém, é uma posição minoritária” (AARÃO REIS, 2010: p.177). Para mim, pessoalmente, o regime autoritário só se encerra com a retirada dos militares do poder, em 1985. E a liberalização propriamente só ocorrerá após a promulgação da nova Constituição (1988) e das eleições livres e diretas para a presidência (1989). No entanto, não questiono que o ano de 1979 é central na agenda da transição e para estes processos subsequentes, sendo o recorte escolhido plenamente justificável. Desta forma, sinto-me confortável em afirmar que o período de 1974 a 1979 é satisfatório para que possamos perceber as nuances da transição e suas formas na *Coluna do Castello*.

1. ELITES E TRANSIÇÃO NEGOCIADA NO BRASIL

Este capítulo terá caráter mais descritivo, principalmente no que tange a periodização histórica. Apresentaremos brevemente o contexto histórico brasileiro a partir do golpe civil-militar de 1964, para que seja possível situarmos o processo de transição do regime autoritário que se seguiu ao golpe. Recorreremos também, por vezes, a períodos prévios a 1964 para compreendermos diferentes processos de transição política. Por exemplo, abordaremos topicamente características do fim do Estado Novo (1945), pois seu período de transição guarda certas similaridades com o processo de transição iniciado em 1974.

Procederemos à conceituação do que são processos de transição e liberalização para que possamos entender de que forma estas ocorreram no Brasil, seguindo para a caracterização da transição brasileira como pactuada e dirigida por elites. Estas serão também conceituadas a fim de compreendermos a lógica da modernização conservadora que, segundo nosso argumento, é um elemento central na transição brasileira.

Por fim, apresentaremos certos atravessamentos entre política e jornalismo para compreender este último na esfera da comunicação intra-elites. Faremos observações gerais sobre a relação entre jornalismo e regimes autoritários, para que percebamos o lugar que o jornalismo brasileiro ocupou no processo de transição do autoritarismo para a democracia a partir de 1974. Observaremos a atuação do jornalismo, de maneira geral, no sentido da modernização conservadora - através da comparação com outras transições políticas e modelos de jornalismo presentes em outros países.

1.1. O golpe de 1964, regime autoritário e transição

Em 1º de abril de 1964 ocorreu no Brasil um golpe civil-militar que destituiu o então presidente, João Goulart, e instaurou no país um regime de exceção, de caráter militar. Este fora possível devido a uma organizada conspiração, tanto civil como militar que visava à modernização capitalista no Brasil (DREIFUSS, 2006). Mais do que uma tomada de poder, tinha-se um projeto de mudança da sociedade brasileira, que deseja por fim definitivo ao populismo varguista (Idem, Ibid.). O regime militar que se

instaurou após o golpe possuía caráter modernizador, em uma tentativa de incorporar o que havia de mais moderno no mundo capitalista ao Brasil. As elites civis buscavam um modelo de desenvolvimento econômico associado ao capital estrangeiro e a subversão e a ameaça do comunismo foram o motor ideológico para adesão ao golpe. O autoritarismo não se configurava em um problema: o empecilho para o desenvolvimento capitalista brasileiro seria o nacionalismo.

Segundo Fernando Henrique Cardoso (1972), há uma delegação de poderes: a classe média urbana e a burguesia¹¹ abrem mão dos poderes políticos para que as Forças Armadas restabeleçam a ordem política e econômica, que teriam sido perdidas com o governo de João Goulart a partir de 1962. O autor trabalha com a tese de que o golpe estaria associado ao capitalismo mundial, na qual está inserida a questão da dependência brasileira e da sua necessária transformação política. As Forças Armadas seriam agente fundamental para a retomada do projeto de acumulação capitalista. Após o golpe, ocorrem efetivas transformações no Estado brasileiro. O Estado de exceção significa uma ruptura no aparelho de Estado, com sua posterior reorganização. A ditadura atuara como instrumento político da modernização econômica. As Forças Armadas promoveram a centralização do Poder Executivo na instância decisória, fazendo as funções do Legislativo serem apropriadas pelo Executivo militarizado. O golpe foi militar e também civil, visto que as elites brasileiras estiveram intimamente envolvidas no processo.

Por isso, nas palavras de Dreifuss (2006), o golpe de 1964 é um golpe de classe¹². É orientado pelos interesses das elites brasileiras. Os militares possuíam ações políticas em comum com estes determinados setores civis. Como veremos adiante, as elites em disputa seriam um alvo em potencial do colunista Carlos Castello Branco em sua mediação da transição do regime militar para a democracia, a partir de 1974. O jornalista atuou, na transição, como porta-voz de grupos de intelectuais e empresários

¹¹ Não trabalharemos com o conceito de burguesia – intrínseco à literatura marxista - pois não entraremos nesta específica questão classista. Apenas expomos o pensamento na linguagem e filiação do autor. Mas é importante ressaltar que se trata de uma elite que almeja impedir que sua dominação e controle sobre o Estado nacional se deteriore.

¹² “É nesse sentido que se pode entender o Estado como um constructo de classe resultante de um processo no qual valores específicos de classe tornam-se normas sociais, organizações de classe políticas e ideológicas tornam-se autoridade e força orgânicas de Estado, e é nesse sentido que se pode falar de uma classe ‘vir a ser Estado’. Nesse processo, os intelectuais orgânicos são cruciais, como a elite de uma classe politicamente organizada e ideologicamente estruturada, representando e implementando uma preparação estratégica para a ação de uma classe, (...)” (DREIFUSS, Ibid.: p. 115 e 116).

com quem possuía afinidades, agindo como um organizador dos campos cultural e político.

Para entender melhor a participação civil de alguns setores da sociedade – inclusive da imprensa - no golpe militar e também na transição do regime, é interessante recorrer à obra de Florestan Fernandes (1976). Segundo sua tese, desde 1945 o regime político é autocrático-burguês, e não verdadeiramente democrático. Desde o início do século XX a burguesia recorreria, de forma permanente, à exceção de Estado. O autor incorpora o conceito de modernização conservadora (MOORE Jr., 1983), segundo o qual uma “*revolução vinda de cima*” permitiria os países avançarem no sentido de se tornarem países industriais modernos¹³. Florestan Fernandes incorpora tal interpretação não só para 1964, como para todo o período republicano, inclusive a partir de 1945. A diferença entre o pós-1945 e o golpe de 1964, para o autor, era que “*no plano histórico, passava-se, pura e simplesmente, de uma ditadura de classe burguesa dissimulada e paternalista para uma ditadura de classe burguesa aberta e rígida*” (FERNANDES, 1976, p. 342).

O conceito de contra-revolução preventiva, presente na obra de Florestan, reflete a lógica elitista constante no Brasil do “mudar para manter”. Em outras palavras, é a busca da prevenção de uma possibilidade de ameaça à ordem¹⁴. Antes que haja ameaça efetiva, tomam-se medidas que, na base da sociedade, dificultem o aparecimento de ameaças, integrando o elemento de desordem - o fator de ameaça no futuro - à ordem¹⁵. O golpe de 1964 seria um método de contra-revolução preventiva violenta. Já o regime militar em si não se configura como um método predominantemente de contra-revolução violenta, visto que há preservação do Poder Legislativo durante a ditadura.

¹³ Barrington Moore Jr. cunha este conceito analisando o desenvolvimento capitalista de países como Alemanha e Japão. O autor analisa como as revoluções burguesas nestes países promoveram a passagem de economias pré-industriais para economias capitalistas e industriais. Alguns autores, como Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, como vimos, também trabalham no eixo da modernização econômica e política necessária ao capitalismo, no caso brasileiro.

¹⁴ O caráter preventivo da contra-revolução permanente é mais nítido em momentos em que não há ameaça efetiva à ordem, como no governo de Getúlio Vargas (embora neste momento seria outra “*facção da burguesia no poder*”: o “*radicalismo burguês nacionalista*”, nos termos de Fernandes).

¹⁵ O autor argumenta, ao se referir ao pré-1964, que “*Nunca chegou a existir uma situação pré-revolucionária tipicamente fundada na rebelião antiburguesa das classes assalariadas (...). A situação existente era potencialmente pré-revolucionária, devido ao grau de desagregação, desarticulação e de desorientação da própria dominação burguesa, (...) da segunda década do século à ‘revolução institucional’ de 1964*”. (Idem, Ibid., p. 322).

O relevante para este trabalho seria o que podemos caracterizar, na obra do autor, como métodos de contra-revolução preventiva democrática. A transição da ditadura militar para o regime democrático - com a liberalização do regime, o fim da censura, fim do bipartidarismo e a anistia, por exemplo – seriam processos integrantes de tal método. Com a liberalização do regime e a conseqüente redemocratização, há a formação de um novo campo político de dominação, que conta com uma fração do regime e uma fração da oposição (ou melhor, com o setor moderado do regime e o setor moderado da oposição). Este novo campo vai se concretizando ao longo do processo de abertura “lenta, segura e gradual”, no qual também se concretiza a agenda da transição¹⁶.

Desta forma, as elites civis entram em consenso de que é conveniente mudar o tipo de dominação, não sendo mais necessários os métodos de contra-revolução violenta. É conveniente para as elites tornar os métodos de contra-revolução democráticos. A composição de estruturas da ditadura com novas estruturas, que incorpora setores moderados da oposição ao regime, define um novo campo político dominante. Ou, nos termos de Fernandes, uma recomposição do padrão autocrático, de maneira correspondente a uma nova correlação de forças, que não precisa mais ser ditatorial. Conseqüentemente, podemos afirmar que na distensão iniciada em 1974 foi mantido o padrão básico de transição pelo alto, com modificações conjunturais, que também ocorrera em 1945. E que a transição do autoritarismo para a democracia no Brasil também se deu na lógica de uma modernização conservadora, vinda de cima, tal qual o próprio golpe de 1964.

O termo transição refere-se à passagem de um determinado regime político para outro. Em geral, caracteriza-se como um momento onde as regras do jogo político não estão ainda definidas, mas os próprios detentores do poder começam a mudar estas regras e oferecer maiores garantias e direitos aos grupos sociais (O'DONNELL; SCHMITTER, 1988a). A transição se difere da liberalização, sendo esta última a efetiva

¹⁶ É neste sentido que Florestan fala em **democracia de cooptação**. Para nós é importante esta ideia, pois está diretamente vinculada à negociação entre elites – na qual o jornalismo atua diretamente. Embora a obra de Florestan Fernandes date de 1976, ele já antecipa que uma transição não se trataria de um “retorno à democracia” – que pra ele nunca existiu de fato – e nem uma nova “experiência democrática” autêntica. As classes burguesas, segundo ele, almejavam criar “*condições normais para o funcionamento e o crescimento pacíficos da ordem social competitiva, que se achava estabelecida antes de 1964 e foi convulsionada*” (Idem, IBID., p. 363). Argumentamos que isto se estende para o momento da transição.

concessão de direitos (como, por exemplo, *habeas corpus* e liberdade de expressão), mas é a liberalização que dá início à transição.

“Se a liberalização dá início à transição, então podemos localizar o *terminus ad quo* da nossa pesquisa no momento em que os dirigentes autoritários (ou, com mais frequência, alguma parcela deles) anunciam – e são acreditados – sua intenção de ampliar de forma significativa a esfera de direitos individuais e grupais protegidos (...). O importante não é a expressão de uma consciência subjetiva, por parte dos dirigentes, de que alguma coisa deve mudar (...), mas o acolhimento desse anúncio pelos outros. (...) a intenção de liberalizar deve ser suficientemente digna de crédito para provocar uma mudança nas estratégias de outros atores”. (O’DONNELL; SCHMITTER, 1988: p. 29)

Desta forma, tomamos como início efetivo da transição brasileira o ano de 1974. A liberalização já havia sido assinalada em 1972, com o relaxamento da censura (Idem, Ibid.), mas é o anúncio efetivo pelo general e presidente Ernesto Geisel que, como visto no trecho acima, é acreditado por outros atores a ponto destes atuarem ao encontro da transição proposta:

“O Governo lhe chega finalmente às mãos, vencidas etapas essenciais da recuperação nacional e consolidada a esperança de que, afinal, por seu intermédio e no seu período presidencial, se completará o processo político que inspirou inequivocamente a Revolução que, a partir, de ontem, passou a ter nele o seu novo Chefe. A exaltação do momento de grandeza econômica e de ordem que vive o Brasil, a qual está na substância do discurso do novo Presidente, reforça a crença de que a Revolução criou afinal as condições de implantar instituições estáveis (...)” (CASTELLO BRANCO In: *JB*, 16 mar.1974).

Ao mesmo tempo, a transição e a liberalização, por si só, não garantem a democratização. Esta última deve conter os elementos mínimos necessários para a democracia política, como “*voto secreto, sufrágio universal, eleições regulares, competição interpartidária, reconhecimento das associações voluntárias e responsabilidade executiva dos governantes (...)*” (O’DONNELL; SCHMITTER, 1988a: p. 25). Um regime autoritário pode transitar para outra forma política que não necessariamente a democracia. Neste sentido, acreditamos que a transição completa para a democracia só é finalizada no Brasil em 1989, com eleições livres para a Presidência da República, e o fim do regime militar brasileiro, em si, se deu em 1985:

quando um presidente civil é indicado por voto indireto e os militares se retiram do Poder Executivo¹⁷.

Por isso anteriormente argumentamos que podemos identificar, na transição brasileira, um padrão de modernização conservadora (MOORE Jr., 1983): feita de cima, pelo Estado e que não alterou o conjunto das relações sociais existentes. O processo de modernização ocorreu no Brasil de forma autoritária – tanto à esquerda quanto à direita do quadro político, como veremos adiante. Alterou, gradativamente e de forma segura, apenas a organização política - e a eleição do primeiro presidente civil ser por voto indireto é uma evidência deste processo. No contexto dos anos 1970 – e posteriormente na década de 1980 - há uma lógica elitista de arranjo político engendrado, o que desemboca em uma transição pactuada entre os setores dominantes. Os autores mencionados anteriormente¹⁸ rompem com a noção de uma ditadura estritamente militar e são relevantes para a compreensão do papel da sociedade no autoritarismo. No entanto, faz-se necessário trabalhar fora da esfera voltada para as grandes estruturas econômicas¹⁹ e compreender o papel de agentes específicos da sociedade neste processo de transição pactuada pelo alto – sobretudo na imprensa. Para tal, é necessário romper com a tese de que o golpe e a ditadura foram exclusivamente militares e a sociedade, coagida, teria aceitado o arbítrio.

1.1.2. Autoritarismo como produto social

É freqüente a noção de que há uma grande manipulação e opressão por trás dos regimes autoritários, como se existisse uma relação de causa e consequência entre estes. Esta ideia é exacerbada principalmente pela construção da memória na transição do autoritarismo para a democracia, que se dá nos países que experimentaram tal tipo de regime. Forja-se a noção de que a sociedade como um todo era contra a gestão autoritária e a combatia. Assim se deu o processo em países como a Alemanha nazista e

¹⁷ Alguns autores defendem que o fim da ditadura seria apenas em 1988, com a nova Constituição, quando definitivamente o “entulho autoritário” é descartado (AARÃO REIS, 2010).

¹⁸ René Dreifuss (2006), Fernando Henrique Cardoso (1972) e Florestan Fernandes (1976).

¹⁹ Esta característica é notada primordialmente em Cardoso (1972), mas também está presente na obra de Fernandes (1976). Cada autor faz parte de uma corrente analítica específica do golpe e do regime militar: Cardoso (1972) pertence a uma vertente interpretativa estruturalista e funcional; Fernandes (1976) à vertente que enfatiza o caráter preventivo da intervenção civil e militar e, finalmente, Dreifuss (2006) representa a vertente que privilegia a versão conspiratória (DELGADO, 2004).

a França após a Segunda Guerra Mundial. Em sociedades que viveram experiências autoritárias contemporâneas de forma geral, há a dificuldade de se perceber que o autoritarismo se legitima em diversos segmentos sociais.

Daniel Aarão Reis Filho (2004) chama a atenção para as armadilhas da memória ao se referir ao período da ditadura militar brasileira. A memória é sempre seletiva, estaria mais vinculada ao presente e preocupada com o futuro – moldando interpretações diversas para os acontecimentos. Segundo o autor, no próprio processo de liberalização que se iniciava em 1974 e se consolidava a partir de 1979, a nação foi se transformando e “(...) *já não havia mais partidários da ditadura, e todos eram convictos democratas*” (AARÃO REIS, 2004: p. 45). A sociedade que participara da construção da ditadura era vitimizada e os militares seriam então os únicos culpados pelos anos de regime autoritário.

Tal crítica se dá pelo fato de muitas interpretações sobre o período focarem na ideia de que o autoritarismo só foi possível através da coerção e da manipulação, não sendo percebido como um produto social (ROLLEMBERG; QUADRAT, 2010). Há poucos trabalhos na direção de se compreender as relações mais amplas entre a sociedade e o regime autoritário iniciado em 1964. É sobre este viés desenvolvemos este trabalho: como se deu o consenso com o autoritarismo, focando no período da transição do regime, que fora negociada entre as elites do país. Nesta negociação em torno do tipo de transição a ser adotada, advogamos a atuação direta de agentes de dentro da própria sociedade, e não somente os grandes responsáveis políticos pela condução do regime civil-militar. Pensamos este processo através da mediação, entre as elites, de um agente específico: Carlos Castello Branco, colunista político de prestígio e reconhecido entre políticos e seus pares.

Denise Rollemberg (2010) ao pesquisar a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), mostra as ambivalências²⁰ da instituição em relação ao regime militar. Ao mesmo tempo em que, por vezes, assumia postura contrária à ditadura e lutava pela liberdade de imprensa, a ABI prestava deferência a homens do regime em diversos momentos (ROLLEMBERG, 2010: p. 107). Quando o general Costa e Silva se afastara

²⁰ Rollemberg trabalha com o conceito de ambivalência do autor francês Pierre Laborie (2003). Ao analisar a sociedade francesa sob a ocupação alemã, ele apresenta o *penser-double* (pensar-duplo), baseado na noção de ambivalência. Os franceses seriam capazes de atos de colaboração e de resistência à ocupação alemã ao mesmo tempo. Os indivíduos vão agindo de acordo com os interesses dos grupos sociais, numa chave ambivalente.

por motivo de doença e o general Médici tomara posse, “a ABI e seu presidente saudavam o novo general-presidente com esperança e entusiasmo” (Idem, Ibid.: p. 111). A autora resgata o conceito de ambivalência para mostrar que a ABI não foi, primeiro, defensora dos militares e em seguida, resistente à ditadura. A instituição estaria mais próxima do *penser-double* do que da resistência. A ABI “(...) era ambivalente, capaz de ser a favor e contra os governos militares ao mesmo tempo” (Idem, Ibid., p. 132). O apoio à destituição do presidente João Goulart e ao golpe de 1964 por diversos jornais e instituições já é amplamente admitido hoje. O que se construiu na memória é que, depois de instaurado o regime, a ABI seria uma *trincheira inexpugnável* a favor da democracia (Idem, Ibid.). Embora este fosse o discurso da ABI, o argumento de Rollemberg é que, mediante tais ambivalências, a tal trincheira - construída na memória da ABI - seria um mito.

Um primeiro ponto importante para nós é a possibilidade de extrapolarmos esse comportamento: da instituição ABI para determinados agentes. Se o conselho da ABI agia de maneira “dúbia” enquanto instituição, alguns jornalistas encampavam o mesmo tipo de comportamento. Eles poderiam se colocar, pontualmente, contra algumas ações do regime, mas, ao mesmo tempo, colaboravam ou se identificavam com seus valores e preceitos – tal qual, posteriormente no caso de Carlos Castello Branco, com a agenda da transição lenta, segura e gradual.

“Ainda no quadro do recrudescimento das perseguições como reação à captura do embaixador dos EUA, o conselheiro João Etcheverry, recentemente libertado, agradecia ‘o apoio que recebeu da classe por ocasião de sua prisão’, condenava as ‘manifestações terroristas’ e afirmava ‘que não calava seu protesto contra aqueles que têm obrigação de combater o terrorismo’. Por fim, em seu discurso, ‘pediu punição para os terroristas e terroristas oficiais’. Em outras palavras, era capaz, ao mesmo tempo, de denunciar o ‘terrorismo de Estado’ e legitimar suas práticas, uma vez que elas se justificavam para *combater*, segundo vocabulário próprio, o *terrorismo* das esquerdas, exemplificado no seqüestro” (ROLLEMBERG, 2010, p. 113, grifos da autora).

O jornalista João Etcheverry fora preso, mas, ao mesmo tempo em que criticava uma parte do regime, o apoiava no combate à esquerda “terrorista” – termo que já denota certa concordância com a visão dos militares. Da mesma forma, o colunista

político Carlos Castello Branco foi detido três ou quatro vezes²¹, sendo a primeira após o Ato Institucional n. 5 (AI-5) em 1968. Apesar das prisões e de momentos pontuais de discordância em relação à condução da ditadura, o colunista também apoiava, em diversos aspectos, o regime. Ser chamado a dar explicações ou detido - e até mesmo as eventuais críticas que fazia aos militares - não excluía o fato de que o colunista era conservador.

A constatação de Rollemberg é importante, mas precisamos ir além dela²². A questão central que engendra o comportamento dos jornalistas no período não é a de ou adesão ou certa submissão em relação aos governos militares. O ponto central é o de compartilhamento de valores entre membros da elite política e da elite jornalística. Da mesma forma que as elites políticas e econômicas se utilizavam do aparato militar para garantir seus interesses na lógica da modernização conservadora, os jornalistas - também membros de uma elite - poderiam recorrer à estrutura de exceção para vetar o que não estivesse de acordo com seus valores. Um exemplo clássico para nosso argumento vem da própria ABI e seu presidente, Danton Jobim, no ano de 1968. O jornal *Última Hora*, do qual Jobim era diretor à época, promovia uma cruzada contra programas sensacionalistas na televisão, numa campanha para acabar com o “grotesco na TV”:

“Danton Jobim, presidente da ABI e diretor de ‘Última Hora’, **pediu ao Governo que censure** a ‘televisão espetáculo’. Danton diz que a campanha do seu jornal ‘não é contra pessoas, mas contra o tipo de programa que exploram’.”. (VEJA, 25 set 1968: p. 76, grifo nosso)

Para suprimir aquilo que não é agradável ao “bom jornalismo”, não haveria problema algum em se clamar pela censura do governo militar²³. Os finais da década de 1960 e o início da década de 1970 foram permeados por críticas duras ao “nível da televisão brasileira”. Em setembro de 1971, chegara ao auge a campanha nacional por

²¹ Segundo depoimento de sua esposa, Élvia Castello Branco, em entrevista reproduzida em 05 de julho de 2000. <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/showNews/mem05072000.htm>, acessado em 02 de dezembro de 2012.

²² Para nós, a autora constata bem as oscilações da ABI, mas não aprofunda a questão e não constrói uma argumentação mais centrada em torno delas.

²³ Importante ressaltar que Danton Jobim, que clama para que o governo censure o sensacionalismo na televisão, fez parte da geração de modernizadores do jornalismo da década de 1950. Foi um dos grandes nomes responsáveis pela modernização do *Diário Carioca*, junto com Pompeu de Souza (RIBEIRO, 2007, p. 109). Da mesma forma, o *Jornal do Brasil* foi um dos jornais pioneiros na reforma. Discutiremos estes aspectos no segundo capítulo, mas é preciso marcar desde já a posição de execração do sensacionalismo e a presença de certo elitismo também no meio jornalístico.

uma televisão mais “civilizada”, mais “cultura” (FREIRE FILHO, 2001). O *Jornal do Brasil* também ingressou na virulenta campanha pelo nível da TV e, em matéria assinada por Israel Tabak em 16 de junho de 1968, acusava as classes mais pobres pelo Ibope dos programas de massa e de baixo escalão (Id., Ibid.).

“O telespectador de nível cultural mais elevado e maior poder aquisitivo sentia-se – nas palavras de Tabak – ‘relegado e agredido’ pela linha de programação vigente; em protesto, conservava o aparelho de TV geralmente desligado (...). (...) esse *esquadrão dissidente* (formado por ‘jovens universitários, intelectuais e em geral o setor instruído da classe média’) esperava do veículo: ‘shows bem feitos de música popular (...), documentários e filmes de bom nível, telejornais que exploram mais a imagem dos fatos, e debates políticos livres’.”. (Idem, Ibid.: p. 88, grifo do autor).

Interessante notarmos que o baixo nível da televisão é associado às classes populares, tornando evidente a presença de certo elitismo cultural na pregação do JB contra a televisão. A classe média instruída e a elite intelectualizada – nas quais se encontram os jornalistas – buscavam brechar o tipo de conteúdo “popular” de baixo escalão. Este exemplo evidencia o compartilhamento de valores entre regime militar e sociedade. E expõe os ideais catequizadores das elites, dos quais o jornalismo serve de instrumento desde antes do regime militar:

“Além da eliminação do comunismo, os jornais analisados ²⁴ asseguraram que **a elite e os partidos políticos tinham papéis fundamentais no processo de fortalecimento da democracia após a Segunda Guerra**. Dessa forma, concebiam que, para a modificação da estrutura e da mentalidade política do país, **as forças democráticas deveriam se preocupar com as massas, as quais precisariam ser catequizadas e instruídas sobre os perigos de se relacionar com os comunistas, bem como necessitavam ser educadas para a democracia**. Assim, esses periódicos defendiam a realização de um **trabalho com as massas, coordenado pela elite** e partidos políticos de cunho democrático, para que se pudesse **‘elevá-las culturalmente’ e ‘oferecer-lhes valores democráticos’** por meio da educação formal”. (SILVA, 2009: p. 124, grifo nosso)

Podemos perceber o ideal elitista do jornalismo: mostrar para as massas que o comunismo é nocivo (e encampa ideais não democráticos), educar as massas para a

²⁴ O Estado de S. Paulo (OESP), Diário de S. Paulo (DSP) e Folha da Manhã (FM), e os cariocas Correio da Manhã (CM), Jornal do Brasil (JB) e O Globo (OG).

“boa” democracia e catequizá-las. A produção noticiosa no Brasil perpassa a noção de que um dos trabalhos do jornalista é esclarecer.

1.2 Elites e transição negociada

Para fins deste trabalho tomaremos o seguinte conceito de elite, de maneira geral: pessoas que são capazes de afetar os resultados políticos nacionais, regularmente e substancialmente, pela virtude e qualidade das posições que ocupam em poderosas organizações – sejam políticas, econômicas, culturais, entre outras.

“As elites são as principais responsáveis pela tomada de decisões nos mais ricos (em termos de recursos) movimentos e organizações em uma sociedade, sejam políticos, governamentais, econômicos, militares, profissionais, **comunicacionais ou culturais**” (BURTON; GUNTHER; HIGLEY, 1992: p. 8, grifo nosso e tradução nossa)²⁵.

Em outras palavras, são pessoas que ocupam posições-chave na ordem social, política e econômica existente – mesmo que nas organizações dissidentes. Mas qualquer que seja a posição que defendem (regime autoritário ou oposição), as elites precisam ter autoridade reconhecida para com os setores organizados da sociedade em geral (Id. Ibid.)²⁶.

No Brasil, é possível compreender as elites em sua formação histórica, como grupos de classe média escolarizados, que participam em diferentes momentos do debate político no país. Após a década de 1930 e durante o governo de Getúlio Vargas, há um crescente processo de formação de grupos profissionais com nível superior (PETRARCA, 2010). A regulamentação das profissões e a exigência de formação acadêmica constituíram-se como recursos fundamentais para atuar na esfera política.

O Estado teve importância fundamental na delimitação de fronteiras profissionais, tendo elaborado as leis de reconhecimento profissional, para garantir pela técnica uma maior conformação do aparelho estatal. Os próprios jornalistas

²⁵ “Elites are the principal decision makers in the largest or most resource-rich political, governmental, economic, military, professional, communications, and cultural organizations and movements in a society”.

²⁶ “But whether they are part of an authoritarian regime or of the opposition to it, elites must possess acknowledged authority vis-à-vis an organized sector of society” (Idem, Ibid.: p. 9).

reivindicavam sua condição de elite, argumentando que cabia a eles a organização da nação (PETRARCA, Ibid: p. 85). Após o golpe civil-militar houve uma intensificação dessa lógica. Uma série de tecnocratas e tecnoempresários passam, inclusive, a atuar nos aparelhos políticos e burocráticos do Estado (DREIFUSS, 2006: p. 79 e 80), ampliando este processo que se iniciou na década de 1930²⁷. É este entendimento de elite que tomaremos neste trabalho e para o qual acreditamos que a coluna política de Castello Branco reverbera: elites²⁸ e agentes do Estado (militares ou não).

Advogamos no presente trabalho que, mais do que no regime subsequente, as elites sociais, econômicas e políticas tiveram papel relevante no processo transacional do regime autoritário como um todo – o que obviamente levou à grande representação destas elites na democracia. Tal fato fica evidente em episódio como, por exemplo, a sucessão presidencial do general Ernesto Geisel. Embora este tenha escolhido o general João Baptista Figueiredo como seu sucessor, a indicação não foi totalmente isolada. A escolha do sucessor para a continuidade do projeto de liberalização passara pelo crivo dos figurões da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido civil de apoio legal ao regime que abarcava políticos que representavam os interesses do governo, alguns da extinta União Democrática Nacional (UDN) e demais grupos de direita.

Um grande partidário da candidatura do general Figueiredo era Antônio Carlos Magalhães, ex-governador baiano, que se encarregou dos contatos com os políticos para *“falar do João”*²⁹, juntamente com José Costa Cavalcanti, ex-deputado, um dos principais negociadores da campanha de Figueiredo junto à área civil. A escolha passara também pelo crivo de empresários. A área empresarial ficou por conta principalmente de Delfim Netto, duas vezes Ministro da Fazenda, que junto com Costa Cavalcanti, *“(...) levava amigos consigo – hoje um político, amanhã um empresário – e os apresentava ao futuro candidato”*³⁰. Neste sentido, podemos perceber a relevância das elites civis no processo de sucessão presidencial, mesmo com a liderança do governo militar e com um candidato do generalato. A aceitação de um político passa por esferas de elite, mas não é, em nenhum momento, popularizada.

²⁷ É durante o regime militar que se institui a obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo no Brasil, através do decreto-lei nº. 972 de 1969.

²⁸ Importante ressaltar que, ao tomar a noção de elite, este trabalho não está necessariamente adotando uma noção de elite à direita do quadro sócio-político. Também à esquerda há uma elite atuante. Como visto acima na definição de Burton, Gunther e Higley (1992) as elites podem ser situação ou oposição.

²⁹ Revista VEJA. Editora Abril, 11 de Janeiro de 1978. P.31.

³⁰ Idem, Ibid.: p. 31.

Suzeley Mathias (1995) aponta para a questão do regime autoritário no Brasil ter sido “bem-sucedido”, ou seja, não houve um colapso do regime, e sim uma transição política negociada. A grande questão aqui é o processo de liberalização enquanto negociação, através de disputas reguladas que não fogem ao controle das elites dirigentes e das Forças Armadas. Assim como foi a união civil-militar que possibilitou o sucesso do golpe em 1964, trabalha-se com a noção de que as propostas de distensão provinham tanto de setores civis quanto dos militares, tendo estes últimos especial influência na imposição de limites ao processo de abertura política³¹.

“O cenário de autoconfiança do regime, difere do cenário do regime reconhecidamente fracassado em dois aspectos fundamentais: 1º) a seqüência, ritmo e alcance da liberalização e da democratização apresentam a tendência de **permanecerem mais firmemente submetidos ao controle dos incumbentes autoritários** (e, por conseguinte, de terem um ritmo mais lento, e exibirem um menor grau de incerteza generalizada); e 2º) **as forças sociais e políticas que apoiaram o regime autoritário contam com melhores oportunidades de desempenhar um importante papel eleitoral e representacional no regime subsequente**”. (O’DONNELL; SCHMITTER, 1988a: p. 44, grifo nosso)

Desta maneira, A distensão “lenta, segura e gradual” anunciada por Ernesto Geisel se configura em uma estratégia do grupo político que se encontra no poder, operando, como argumentamos anteriormente, na lógica de uma modernização conservadora.

“O regime brasileiro, portanto, alcançou a estabilidade pretendida por meio da combinação de bom desempenho econômico com alguma repressão, Isto permitiu iniciar um processo de transição com alto poder de controle das elites dirigentes (...)”. (MATHIAS, 1995: p. 34)

As propostas de distensão encontravam respaldo tanto nos setores civis quanto nos militares porque, no final do governo do general Médici (1969-1974), a ordem já

³¹ Há uma aproximação, no estudo sobre transições políticas, entre Brasil e Espanha. As transições de ambos os países – da Espanha do Franquismo e do Brasil do regime militar – são percebidas como modelos de transição pelo alto, onde a liberalização se iniciou pelas elites dominantes do regime instalado. Na tipologia de modelos de transição, há dois principais: o representado por Espanha e Brasil, denominado de “transição negociada e bem-sucedida” e, no outro extremo, o tipo oposto de transição: por colapso. Neste, é o fracasso político que leva ao fim do regime, causando insatisfação generalizada e fazendo os detentores do poder perderem o controle da agenda de transição. É o caso de, por exemplo, Peru, Grécia e Argentina, onde tanto os oponentes do regime quanto aqueles que dele fizeram parte perceberam a experiência autoritária como fracassada (O’DONNELL; SCHMITTER, 1988a).

estava garantida, com crescimento econômico no país e a oposição ao regime controlada. Havia um ambiente favorável para a liberalização – controlada pelo grupo que se encontrava no poder. A transição foi sendo construída de acordo com o sucesso do regime, que obteve certa estabilidade combinando repressão e bom desenvolvimento da economia – o que permitiu o processo. A abertura política, embora tenha em sua base o afastamento das Forças Armadas do governo, não significa que seu poder sobre o Estado diminua *a priori*. Ademais, as classes dominantes do país nunca chegaram a ter seus interesses contrariados e, na realidade, mesmo sob a tutela militar, não saíram do poder - visto que os militares constituíam-se num poder aliado a elas. Como mencionamos na teoria de O'Donnell e Schmitter (1988a), as forças sociais e políticas que apoiaram o autoritarismo em geral desempenham papel de relevância, em termos de representação eleitoral, no regime que se segue. O caso do Brasil é emblemático neste aspecto:

“Ao voltarem aos quartéis, os militares passavam o poder para civis, sim, mas civis que, nas décadas anteriores, estiveram comprometidos com posições não muito diferentes das defendidas pelos militares, muitos, inclusive, políticos da velha Arena. O próprio governo civil, ao suceder os governos militares, seria liderado por Tancredo Neves, jamais Ulysses Guimarães, que, favorável ao golpe, havia se transformado em opositor, odiado pelo general Geisel. O vice, José Sarney, presidente da Arena por anos”. (ROLLEMBERG, 2010: p. 101)

Se, como vimos no início do capítulo, a transição brasileira contou com a formação de um novo campo político de dominação - através de negociação entre o setor moderado do regime e a parcela moderada da oposição – como se deu, dentro deste cenário, a negociação entre as elites? Quais espaços eram relevantes em suas discussões? Que tipo de arena³² serviu para este debate público de negociação e que agentes procederam à mediação entre essas elites? A hipótese que colocamos neste estudo é de que a coluna política atuará como espaço de reverberação das elites e suas negociações e o jornalismo, mais especificamente o colunista político, atuou como um agente de relevo no debate.

³² Ao entender que a coluna política é uma arena dentro do que é entendido como esfera pública, cabe ressaltar que o sentido desta última é a de um espaço de comunicação política fora do controle formal do Estado. A esfera pública participatória e descentralizada de Habermas foi sendo substituída, contemporaneamente, por este processo de comunicação política onde a mídia é uma instituição primordial. (HALLIN & MANCINI, 1993: p. 318).

1.2.1 Pacto e construção do consenso

Um dos arranjos importantes para uma transição bem sucedida em qualquer mudança de regime fundamentado em uma transição gradual é a idéia de pacto. Nele, diferentes atores e grupos sociais buscam definir certos tipos de regras e comportamentos para que se obtenham garantias mútuas.

“Esses pactos são negociados, tipicamente, entre um pequeno número de participantes que representam grupos ou instituições estabelecidos (...); tendem a reduzir a competição e o conflito; buscam limitar a responsabilidade junto ao público mais amplo; *intentam controlar a agenda de prioridades políticas; e distorcem deliberadamente o princípio da igualdade entre os cidadãos*” (O'DONNELL; SCHMITTER, 1988a: p.68, grifo nosso).

Ou seja, é um pacto entre elites. Na transição para uma democracia, os partidos políticos existentes tendem a assumir a linha de frente na reivindicação da convocação de eleições como meio central de resolver os conflitos da transição. *“Um pacto deste tipo envolve, em seu núcleo, um conjunto de negociações entre líderes de um espectro de partidos eleitoralmente concorrentes”* (O'DONNELL; SCHMITTER, 1988a: p. 73) e visa a limitar a agenda de alternativas políticas e excluir a participação na tomada de decisões daqueles que não participaram do pacto. No caso do Brasil, a partir de 1979 (ano de concessão da anistia e do fim do bipartidarismo), a presença de novos atores e grupos sociais que não se sentem representados na esfera pública tensionaram a questão da representação e do próprio encaminhamento da agenda da transição. É neste sentido que afirmamos a existência de um pacto de elite a fim de garantir o processo de transição de forma segura. E os meios de comunicação são fundamentais para esta agenda do consenso intra-elites.

Em seu estudo sobre a mídia e a Guerra do Vietnã, Daniel Hallin (1994) refuta a tese geral de que a cobertura midiática durante os últimos anos da guerra tenha sido meramente oposicionista – pelo contrário, cumpria um papel conservador de legitimação do consenso:

“Dentro desta esfera, os jornalistas não se sentem compelidos a apresentar pontos de vista opostos e, de fato, muitas vezes sentem que a sua responsabilidade é agir como defensores ou protetores cerimoniais de valores de consenso” (HALLIN, 1994: p.53, tradução nossa).

Segundo Hallin, a cobertura crítica da guerra não era uma cobertura crítica do sistema político. Pelo contrário, quanto este último se encontrava criticado por grupos minoritários, a mídia atuava em uma chave de amplo consenso. A cobertura da guerra deixava então de ser crítica e passava a ser legitimadora. Havia desacordo entre as elites em relação à condução da guerra – e essa polêmica transparecia na cobertura jornalística. No entanto, a Guerra do Vietnã gerara, sim, polêmica intra-elites, mas sempre mantendo o *status quo*. Se este último começasse a ser abalado, as elites e próprios os meios de comunicação passavam a atuar como aparelhos de hegemonia³³, abandonando a questão da objetividade, passando a não enfatizar a polêmica e a vitória *vietcong*. Os meios de comunicação condenavam e excluía da agenda pública aqueles que violassem ou desafiassem os valores do consenso e serviam como instituições mantenedoras deste (Id., Ibid.).

Embora a lógica do consenso opere de forma diferente nos Estados Unidos e no Brasil, podemos fazer algumas aproximações. Nos Estados Unidos, opera-se com um núcleo de compartilhamento de valores em comum – não contestados – presentes na sociedade americana, que não estão presentes na realidade brasileira. Nos Estados Unidos, os jornalistas podem se converter em tutores do consenso social (SCHUDSON, 2002) já amplamente compartilhado na cultura política norte-americana. No Brasil, o consenso tem de ser construído: não há um núcleo comum de valores compartilhados de maneira tão arraigada. Há um grau de complexidade maior, sendo necessária a formação do consenso – algo que não se dá de maneira fácil e leva tempo – e os meios de comunicação são fundamentais para a sua construção.

A ideia de consenso entre grupos no Brasil está mais próxima da ideia de pacto. Aqui, o pacto é necessário porque não há consenso. E ao longo do século XX, ele freqüentemente se formou em padrões não democráticos – e isso não era tido como um problema pela sociedade (ROLLEMBERG; QUADRAT, 2010). A transição negociada no Brasil, neste caso, se aproxima da transição espanhola pós-Franquismo. Nesta última, o consenso fora forjado, e a maioria dos jornais apoiaram as principais diretrizes da reforma política da elite reformista franquista (ZUGASTI, 2012). Os grupos de oposição que queriam uma mudança mais radical foram excluídos do processo de

³³Hallin crê que esta maneira de atuar do jornalismo americano na Guerra do Vietnã seria um bom caso dentro do modelo gramsciano de mídia como mantenedora da hegemonia de uma determinada ideologia política. (HALLIN, 1994, p. 54).

tomada de decisões e a imprensa serviu como aliada na estratégia de construção do consenso das forças políticas dominantes (Idem, Ibid.), tendo ocorrido na Espanha um processo similar ao da transição brasileira também no que tange o jornalismo de transição. Mas sendo América Latina ou Europa, apesar das diferenças, *“a chave para a estabilidade e sobrevivência dos regimes democráticos, em nossa visão, é o estabelecimento substancial de um consenso entre as elites sobre as regras do jogo político e a validade das instituições democráticas”* (BURTON; GUNTHER; HIGLEY, 1992: p. 3, tradução nossa)³⁴. Guardadas as diferenças, podemos aproximar a lógica de exclusão de determinados agentes da agenda pública, presente nos Estados Unidos (e também na Espanha), do jornalismo de transição no Brasil: apesar de diferenças e disputas entre as elites, interessava manter o processo de transição dentro de determinadas balizas.

1.2.2 Teoria das elites e jornalismo no Brasil

Para entendermos melhor a questão do consenso no processo de transição brasileiro – que como visto anteriormente, se deu em padrões não democráticos – faz-se necessário compreendermos o pensamento de alguns teóricos elitistas. Os jornalistas muitas vezes pregaram a censura, a execração do sensacionalismo e a “catequização” das massas. Mas de onde vêm estas noções encampadas pelos jornalistas?

A definição mais básica de elitismo é a ideia de que não há igualdade social por essência. Sempre haverá uma minoria mais preparada e instruída que dominará. Segundo Robert Michels (1982), um dos fundadores da corrente que ficou conhecida como “teoria das elites”, a profissionalização era instrumento básico àqueles que aspiravam aos cargos de poder. Para o autor, há uma superioridade intelectual “necessária” àqueles que pretendem exercer a dominação, mais do que uma superioridade econômica. Aqueles que possuem superioridade intelectual teriam visão mais nítida das relações sociais e estariam mais aptos a governar, sendo as massas incompetentes para tal (MICHELS, 1982: p. 53).

³⁴ *“A key to the stability and survival of democratic regimes is, in our view, the establishment of substantial consensus among elites concerning rules of the democratic political game and the worth of democratic institutions”.*

Na perspectiva elitista, o exercício da política está fadado a pequenos grupos que subordinam a maioria da população. Schumpeter (1984) advoga que a democracia se estabiliza através de competição entre minorias com uma lógica eleitoral – o que anula a noção de participação popular. Para o autor o mecanismo igualitário é ineficaz e um dos fatores fundamentais deste processo é a apatia das massas. Esta é fundamental, na lógica elitista, para o consenso. A apatia daria estabilidade à democracia, pois a participação popular, em excesso, causaria instabilidade. Podemos dizer que a transição do regime autoritário brasileiro se deu nesta lógica do consenso elitista, através de negociação entre elites e com exclusão de diversos agentes da agenda da transição, como abordamos no tópico anterior.

Embora a maioria dos teóricos elitistas trabalhe na chave de compreensão política, o elitismo não se dá apenas nesta última. Para Vilfredo Pareto, teórico do elitismo clássico, elite é um grupo de indivíduos que possui grau máximo de capacidade, cada um em sua área. (MIGUEL, 2002: p.493). Pareto separa a elite governante (a que exerce o poder político) da elite não governante. Para nosso argumento sobre o caráter elitista do jornalismo, é importante também pensar o elitismo em sua chave cultural.

“Se uma pessoa pensa que tem acesso a determinados bens materiais ou culturais, inatingíveis para boa parte da população, como uma recompensa por suas qualidades intrínsecas, isto lhe dá um reconfortante sentimento de superioridade, acompanhado do desprezo pelos que não são tão bons. (...). **A fruição estética é extremamente importante para gerar esse sentimento de superioridade: o intelectual que lê Proust e ouve Bach menospreza a massa que consome programas de auditório e livros de auto-ajuda.** (...). Daí provém o fascínio que muitos artistas e escritores sentiram pelo elitismo (...). (MIGUEL, 2002: p. 487, grifo nosso).

Dentro da lógica elitista, é possível compreendermos porque o jornalista Danton Jobim pediu ao governo militar que censurasse os programas sensacionalistas na televisão. Por isso também o JB culpava as classes populares pelo baixo nível da TV: se as elites são superiores, as classes baixas são inferiores e não possuem fruição estética para apreciar conteúdos televisivos de “mais qualidade”, alavancando a audiência de programas sensacionalistas de “baixo escalão”.

Ao nos aproximarmos das concepções elitistas – política e cultural – torna-se mais compreensível para nós o discurso dos jornais no sentido de “*realização de um trabalho com as massas, coordenado pela elite*”, como vimos anteriormente. Os jornalistas – que freqüentam universidades, formam-se como quadros com capital cultural legítimo e fazem parte da classe média escolarizada – reivindicam então seu lugar de elite e evocam sua responsabilidade no sentido de orientar a sociedade (OLIVEIRA, 2011: p.51) Para ilustrar nosso argumento, o proeminente jornalista e político pela UDN, Carlos Lacerda³⁵, proprietário do jornal *Tribuna da Imprensa*:

“O Brasil, tanto quanto as nações que dela mais necessitem, precisa de **democracia, isto é, de um regime em que as elites governem** e, para governar, comecem por existir verdadeiramente e reivindicar para si os postos de comando da sociedade. Neste sentido, ainda, a **ascensão do jornalismo à dignidade universitária, e com isto quero dizer também a acentuação de suas responsabilidades na comunidade brasileira**, representa um esforço de que não deveis esquecer-vos. Pois o nosso **país precisa que existam as elites, isto é, os melhores em cada categoria, os mais capazes em cada setor de sua vida coletiva**”. (A IMPRENSA, abril de 1951: p. 7 apud OLIVEIRA, 2011: p.51. grifo nosso).

A posição de Lacerda – jornalista e político conservador, ícone da direita do quadro político brasileiro – vai ao encontro das teorizações dos autores elitistas, no sentido de que as elites devem governar na “boa” democracia. A definição das elites como “aqueles mais capazes” se aproxima da definição básica de elite de Pareto. Ao exaltar a dignidade universitária do jornalismo, evoca a mesma ideia de profissionalização das elites, de Michels.

Mas não é só a direita que encampa noções elitistas. Para Vladimir Lênin (2006), a elite é responsável por criar as categorias nas quais os operários vão se representar. É necessário que a vanguarda introjete a ideologia proletária nas massas – que, sozinhas, ficam a mercê do espontaneísmo. Lênin evoca as greves russas da segunda metade do século XIX – que foram acompanhadas da destruição “espontânea” das máquinas – e argumenta que o “elemento espontâneo” do movimento operário neste período é apenas uma forma embrionária do consciente. Mas era apenas isso: embriões, pois

³⁵ Como veremos no capítulo seguinte, Carlos Lacerda – político símbolo do radicalismo udenista – teve papel central na reforma do jornalismo dos anos 1950. (RIBEIRO, 2007).

“(…) os operários não tinham, nem podiam ter, consciência do antagonismo irreconciliável entre seus interesses e os de todo o regime político e social vigente; ou seja, não tinham consciência socialdemocrata. (...) os operários não podiam ter consciência socialdemocrata. Esta só poderia ser introduzida de fora. A história de todos os países demonstra que, contando apenas com as próprias forças, a classe operária só está em condições de atingir uma consciência trade-unionista, (...). A doutrina socialista, ao contrário, nasceu das teorias filosóficas, históricas e econômicas elaboradas pelos representantes instruídos das classes proprietárias, pelos intelectuais. Por sua origem e posição social, também os fundadores do socialismo científico contemporâneo, Marx e Engels, pertenciam à intelectualidade burguesa”. (LÊNIN, 2006: p. 135).

Logo, no pensamento de Lênin, a consciência operária só poderia vir de fora, da vanguarda, dos mais instruídos, dos intelectuais. Era a juventude revolucionária socialista, burguesa e instruída, que tendia suas forças para o lado do operariado. E foi dos indivíduos deste estrato intelectualizado que nasceu o socialismo moderno - são, igualmente, elites. E estas, dotadas de mais capacidade intelectual, que introduziriam a consciência de classe no operariado. *“É por isso que nossa tarefa, a tarefa da socialdemocracia, consiste em combater a espontaneidade, em afastar o movimento operário dessa tendência espontânea (...) e atraí-lo para as asas da socialdemocracia revolucionária”*. (Id. Ibid: p.147).

Para Lênin, a organização tem que ser centralizada e disciplinada, ou cairia no espontaneísmo – o que demonstra certa conexão com o pensamento de Michels, que acredita que as elites se formam exatamente pelo caráter organizacional. Para Michels aqueles que possuem superioridade intelectual teriam visão mais nítida das relações sociais - sendo as massas incompetentes em termos organizacionais. Da mesma forma é possível argumentarmos que, para Lênin, é a elite intelectual que esclarece os operários - que são incapazes de ter consciência socialdemocratas sozinhos, estando fadados ao movimento espontâneo.

Da mesma forma, no Brasil, o elitismo não fica circunscrito aos intelectuais à direita do quadro político. Um dos maiores inimigos do udenista Carlos Lacerda e seu jornal, *Tribuna da Imprensa*, era o jornalista Samuel Wainer e seu *Última Hora*. Este era um jornal que na década de 1950 apoiava o trabalhismo de Getúlio Vargas, o nacionalismo e defendia as reivindicações sociais. O *Última Hora* se definiu, desde o início, como um “movimento de reivindicação popular e nacional” e buscava se firmar

como instrumento das reivindicações sociais (SIQUEIRA, 2003). Na década de 1960, Samuel Wainer possuía uma equipe de articulistas cuja maioria era do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e “*o jornal era um reduto do partido*” (LIMA, Jorge da Cunha apud AQUINO, 1994: p.21).

Mas o posicionamento de esquerda populista do *Última Hora* (UH) e sua afirmação como jornal de “movimento popular” não impediram que, como vimos, o periódico promovesse sua cruzada contra os programas sensacionalistas de TV e nem que seu diretor em 1968, Danton Jobim, clamasse pela censura do governo militar. Porque apesar das características populistas e populares evocadas pelo UH, o jornal absorvia a mesma tendência elitista baseada na intelectualidade - era jornal de classe média instruída: “*A Última Hora era um jornal da elite popular, lida pelo pelego e não pelo operário. Esta é a verdade. Era lida pelos advogados, médicos, pelo empresário moderno e pelo inimigo do sistema, que lia o jornal para se informar*”. (WAINER apud MOTA E CAPELATO, 1981: p.368-369). No fundo, o jornal oferecia uma perspectiva de classe média – e não de massa.

Como os jornalistas fazem parte de uma elite intelectual, de classe média escolarizada, eles acabam refletindo estas tendências nos jornais – e mesmo que tenham opiniões e posições ideológicas distintas, os jornalistas

“(...) ocupam uma posição em linhas gerais similar no espaço social, fruto de trajetórias similares, de padrões comuns de socialização (nas universidades e nas redações), e por isso se acercam desse mundo social de uma forma única. Para dar um exemplo simples, a posição de “classe média” comum aos jornalistas repercute no predomínio indiscutível de uma perspectiva de “classe média” na imprensa” (MIGUEL, 2001: p.65).

É nesta perspectiva que argumentamos que a representação das elites e a atuação em formar certo consenso entre elas é um papel fundamental não só do jornal enquanto instituição, mas do colunista enquanto mediador político. Desta forma, não somente o *JB*, mas também a sua *Coluna do Castello* está inserida na lógica de uma cultura de elite. O jornalista Carlos Castello Branco é um mediador capaz de atuar no sentido de formar estes consensos entre determinados grupos sociais interessados em manter o processo de transição do regime militar dentro da forma capitalista, entre eles, os donos

de jornais conservadores³⁶. Segundo Dreifuss (Ibid.), durante o governo de João Goulart, a elite fazia campanha através da mídia e visava a consolidar uma frente conservadora de opinião pública com objetivos modernizantes contra o nacional-reformismo de Goulart. “(...) o Jornal do Brasil, por trás de sua fachada de órgão informativo, era usado como importante canal de divulgação para a campanha ideológica da elite orgânica”. (Idem, Ibid.: p. 180). Acreditamos que, igualmente no período da transição, o jornalismo manteve este papel de articulação para as elites, ajudando a organizar a agenda para uma transição controlada e sem sobressaltos.

Nascimento Brito, dono do JB, disse em entrevista em 1976 que este seria “*um jornal que defende a iniciativa privada, tem tendências liberais e inclinação conservadora*” (SMITH, 2000: p. 53). Além disso, a defesa do mercado como instância reguladora das demandas sociais foi intensamente explicitada e defendida no projeto de modernização da *Folha de S. Paulo* no final dos anos 1970 (SILVA, 2005). A transição do regime visava a uma democracia liberal³⁷ de mercado – e foi bem sucedida. No governo do general João Figueiredo (1979-1985) há o início da desestatização. Segundo Dreifuss (Op. Cit.), a lógica dos agentes especializados no Estado – a tecnocracia- é uma das formas do capital internacional chegar ao Estado. Mas o início do neoliberalismo no Brasil se dá com o governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992), quando a desestatização se intensificou e o mercado nacional se abriu de forma mais ampla às importações. Esta perspectiva durou até o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), conhecido também pelo viés neoliberal e privatista.

“(...) a campanha das Diretas Já, que encheu as praças contra a vontade da Globo. Esse, sim, foi um movimento fantástico. **E foi traído vergonhosamente pela dita Aliança Democrática, pelo Sr. Tancredo Neves, que não queria mesmo as diretas, sabia que ganhava nas indiretas.** Se o Brasil tivesse tido as diretas em 1985, hoje estaríamos muito melhor. O chamado retorno à democracia – desde que algum dia tenha existido democracia – teria sido outro. **Tivemos que padecer Sarney; Collor foi um fruto da situação criada pelo Sarney, e Fernando Henrique é um fruto da situação criada pelo Sarney e pelo Collor**”. (CARTA, Mino. Apud ABREU at All, 2003: p. 209, grifo nosso)

³⁶ Não negamos a existência de resistências ao regime no jornalismo, pelo contrário. No entanto, o objeto foco dessa pesquisa não é o jornalismo de resistência ou o espaço da imprensa alternativa, e sim a da comunicação entre elites. Para mais sobre o caráter de resistência do jornalismo durante o regime autoritário, o trabalho de Bernardo Kucinski é essencial. (KUCINSKI, 2003).

³⁷ Liberal no sentido de um chamamento de capital internacional na economia brasileira.

O arranjo elitista, através de um pacto conservador de transição, fica evidente. Argumentamos então que a *Coluna do Castello* seria um exercício de fluência da representatividade dos grupos de elite que visavam a instalação de uma democracia liberal no Brasil. A coluna possui grande importância para se compreender a relação entre o sistema político e o sistema midiático brasileiro, pois a aproximação de Carlos Castello Branco com os grupos políticos, militares e outros setores da sociedade civil – que será vista adiante ao ser tratada a trajetória do colunista – fez da *Coluna do Castello* um espaço de interlocução.

1.3. Jornalismo e Política

Partimos do pressuposto de que a mídia jornalística que se auto-afirma como informativa, sempre foi um fórum importante de comunicação entre elites, mais do que da população de maneira geral, e “*a mídia geralmente reforça entendimentos políticos que na verdade são visões das elites políticas*”³⁸ (SCHUDSON, 2002: p. 253, tradução nossa). O paradigma dos meios de comunicação como “de massa” é apenas uma explicação parcial das relações de poder na sociedade e diversos autores enfatizam a questão da comunicação intra-elites estabelecidas pelos meios de comunicação (DAVIS, 2003; ÖRNEBRING, 2012). É necessário pensarmos em uma perspectiva de cultura de elites e a comunicação entre elas – e como esta perspectiva é relevante para sustentar as formas de poder na sociedade. Por isso, é de suma importância o foco nos processos de elite e como a mídia afeta suas decisões (DAVIS, 2003).

Segundo Davis (2003), o ponto de partida para se pensar esta teoria alternativa da comunicação deve ser entender esta última em torno de atores políticos específicos, percebendo quem são aqueles que influenciam as decisões políticas e como a mídia influencia processos regulares de tomada de decisão. Neste sentido, o autor aponta quatro pontos centrais na questão desta relação entre meios de comunicação e elites. Primeiro, as fontes da elite dominam a produção de notícias (DAVIS, 2003: p. 672). As

³⁸ “*Dominant media, whether commercial or state-sponsored, typically reinforce political understandings that reinforce the views of political elites*”. Schudson está tratando dos grandes conglomerados dominantes de mídia (sejam comerciais ou estatais), e não especificamente do jornalismo. No entanto, alguns jornais de grande circulação também fazem parte do que pode ser caracterizado “mídia dominante” – o que se acredita ser o caso do *Jornal do Brasil* na década de 1970, como será visto no segundo capítulo.

elites são os maiores fornecedores de informações para as notícias. No caso da *Coluna do Castello*, que é diária, as relações de convívio entre membros de elite são fundamentais para que o jornalista Castello Branco consiga de fato ter material para escrever todos os dias para a coluna.

O segundo ponto central levantado por Davis é que as elites estão repetidamente em pública negociação e conflito entre si. No período abrangido por nosso estudo, a ideia de pacto e negociação entre elites no Brasil é fundamental para a agenda da transição e na definição daqueles que participarão do jogo político. Terceiro, as elites são influenciadas pela campanha midiática e, por último, as elites, quando se disponibilizam como fontes, visam não a massa de consumidores-cidadãos, mas sim as outras elites rivais (DAVIS, 2003: p. 673). Estes últimos pontos contribuem para nossa tese de Carlos Castello Branco enquanto agente nesta influência e, como será visto no terceiro capítulo, como articulador das elites em disputa – pois o jornalismo e especificamente a coluna política servem como canais de negociação e tomada de decisões entre os diferentes grupos de elite - e não necessariamente dialogam com o leitor geral consumidor do jornal (DAVIS, 2003: p. 673). “*A mídia jornalística sempre foi um fórum mais importante para comunicação entre elites (e de algumas elites mais do que outras) do que da população mais geral*” (SCHUDSON, 2002: p. 263, tradução nossa)³⁹.

Michael Schudson (1978), ao trabalhar com os principais jornais de Nova York na década de 1890, aponta para a existência de dois tipos de jornalismo: o de informação e o de narração. Haveria uma conexão entre a classe média educada e a informação, assim como haveria uma conexão entre as classes trabalhadoras e o ideal de narração dos jornais sensacionalistas (SCHUDSON, 1978). A questão que se coloca é a de uma economia moral em torno do consumo do jornal, na qual o jornalismo de informação e o ideal de objetividade que viria a ser conformado se aproximariam das noções de elite⁴⁰.

³⁹ “*The news media have always been a more important forum for communication among elites (and some elites more than others) than with the general population*”.

⁴⁰ Esta discussão será aprofundada no próximo capítulo, sendo pontuada neste momento apenas para explicitar a historicidade do argumento do jornalismo relacionado às elites. O modelo de objetividade jornalística dos Estados Unidos e a introdução do ideal de objetividade no Brasil serão temas discutidos no segundo capítulo.

1.3.1. O caso brasileiro

Apesar da circulação de massa do *Jornal do Brasil* durante o regime militar, o jornal era conservador e se dirigia, de fato, a uma minoria. Alberto Dines, um dos jornalistas de renome da reforma do *JB*, fora demitido em 1973 por não aceitar a censura no jornal. Mas é a fala de Nascimento Brito, dono do jornal, que mostra o apoio de setores da imprensa ao regime militar:

“Em 1973, Alberto Dines foi demitido. Segundo ele declarou, em entrevista a *O Pasquim*, sua demissão ocorreu porque não aceitava a censura imposta e discordava das atitudes do responsável pela empresa. Afinal, a linha editorial do *JB* continuava a apresentar uma feição conservadora, de acentuada influência católica. O jornal apoiou o golpe militar e, em 1979, Nascimento Brito ainda afirmava: ‘O golpe de 64, o *JB* apoiou e apóia até hoje. Antes, durante e depois. (...)’.” (RIBEIRO, 2007: p.163).

Nascimento Brito deixava explícita a posição de que o *JB* atuava em concordância com os responsáveis pela condução do regime, mesmo 15 anos após o golpe civil-militar de 1964 e em momento fundamental da abertura política, o que denota o caráter conservador do jornal. Celina Rabello Duarte (1987) argumenta que diversos membros do governo militar, a partir da posse de Geisel em 1974, reuniram-se com jornalistas proeminentes e donos de jornais, garantindo o fim da censura e pedindo apoio ao projeto de distensão. Isto gerou esperança na relação da imprensa com o governo.

“Dos contatos realizados entre os assessores mais diretos do General Geisel e os homens da imprensa, formou-se, no Rio de Janeiro e em São Paulo, um **grupo de jornalistas influentes, completamente engajado no projeto político do governo**. Esse grupo detinha influência especial nos jornais *O Estado de S. Paulo*, ***Jornal do Brasil***, e nas revistas *Veja* e *Isto É*. Esses jornalistas chegavam a participar da elaboração de projetos e estratégias políticas junto com o grupo palaciano”. (DUARTE, 1987: p. 101, grifo nosso).

Embora não possamos comprovar diretamente, muito por serem estes contatos “conversas de bastidores”, como veremos nos próximos capítulos, há indícios – inclusive em textos da coluna - de que Carlos Castello Branco figurava neste grupo de jornalistas proeminentes que aderiram ao projeto político de distensão do governo. Na

Coluna do Castello de 16 de março de 1974, que citamos no início deste capítulo, o colunista exalta a posse de Geisel e diz que a Revolução “*criou afinal as condições de implantar instituições estáveis*” (CASTELLO BRANCO, op.cit.). Além disso, segundo Merval Pereira (2007),

Já durante o período de distensão, (...), o presidente Ernesto Geisel não sabia como convencer a opinião pública de que continuava com a intenção inalterada, mesmo depois de ter fechado o Congresso e ter baixado o “Pacote de abril” [1977]. **O ministro da Justiça, Petrônio Portella, interessado em dar prosseguimento ao processo de abertura política, aconselhou-o: ‘Só há um homem no Brasil que fará com que se acredite que o senhor quer mesmo fazer a abertura política. Este homem é o jornalista Carlos Castello Branco’.** (PEREIRA, 2007: p. 9, grifo nosso) ⁴¹.

Podemos afirmar que Carlos Castello Branco fazia parte da elite jornalística chamada a dialogar com o governo de Ernesto Geisel e apoiar um projeto de distensão pelo alto. Além do caráter conservador do *JB*, a própria relação do jornalista Carlos Castello Branco com as elites políticas e jornalísticas denotava um olhar conservador também por parte do colunista. É perceptível o lugar de elite ocupado pelo jornalista e as afinidades e circularidade que possuía com grupos de intelectuais e membros do Estado. Podemos dizer que entre agentes do Estado, elites e povo, a *Coluna do Castello* se dirigia mais aos dois primeiros do que ao último. A relação entre jornalismo e elites é histórica e ampla, não sendo de maneira alguma exclusividade brasileira.

“No nosso país [Itália], um jornalista político pode contar com mil e quinhentos leitores: os ministros e os subsecretários (todos eles), os membros do parlamento (alguns), os dirigentes dos partidos e dos sindicatos, o clero do topo e aqueles industriais que querem mostrar-se bem informados. O resto não conta, mesmo que um jornal venda trezentos mil exemplares. (...). Todo sistema está organizado em torno da relação do jornalista com aquele grupo de leitores privilegiados”. (FORCELLA Apud HALLIN & MANCINI, 2010: p. 108).

Além da Itália, outros países possuem semelhanças históricas com o Brasil, alguns inclusive com experiências ditatoriais em sua história recente. Hallin e Mancini (2010), em seu estudo comparado sobre sistemas de mídia, analisam as raízes históricas

⁴¹ O “Pacote de Abril” de 1977, como ficou conhecido, foi baixado após uma crise entre Executivo e Congresso, quando o governo não conseguiu a maioria de 2/3 para aprovar várias alterações constitucionais. Mediante tal quadro, o presidente Geisel colocou o Congresso em recesso e emendou a Constituição, baixando vários decretos-leis.

dos diferentes países abordados no estudo para compreender o desenvolvimento dos sistemas de mídia europeus e sua relação com a política e com o Estado. Os autores apontam para a importância de se compreender a cultura política na qual o jornalista está inserido, pois ela influencia a formação de uma cultura profissional. No estudo, propõem três modelos de análise de sistema de mídia: o “Pluralista Polarizado”, o “Corporativo-democrático” e o “Liberal”.

Embora alguns autores tenham feito esforços no sentido de enquadrar o Brasil no modelo “Pluralista polarizado” (AZEVEDO, 2006), não visamos a enquadrar o Brasil em nenhum dos três modelos propostos pelos autores. Apesar das semelhanças, que interessam para nossa discussão do caráter de elite do jornalismo, o Brasil também possui significativas diferenças em relação ao referido modelo: o caráter privado dos sistemas de mídia desde seu surgimento; o sistema presidencialista, que limita a força dos partidos políticos; e o fato dos jornalistas brasileiros se identificarem, profissionalmente, com o modelo liberal norte-americano (ALBUQUERQUE, 2012). O Brasil possui caráter heterogêneo e peculiaridades difíceis de serem percebidas se a análise for enquadrada em um modelo como o “Pluralista polarizado” que *“é definido de uma maneira negativa em relação aos modelos Liberal e Corporativo-democrático”* (ALBUQUERQUE, 2012: p. 75, tradução nossa) ⁴².

No entanto, podemos traçar paralelos com o estudo comparativo dos autores. Alguns dos países situados como “Pluralistas polarizados” possuem semelhanças históricas em relação ao Brasil - principalmente o que tange ao passado autoritário recente e a participação dos jornais no processo de negociação entre elites. No modelo “Pluralista Polarizado”, que contempla basicamente o sul da Europa, os autores incluem três países que passaram há pouco tempo de um regime autoritário para um regime democrático: Grécia, Portugal e Espanha – que, como já discutido, se constituiu junto com o Brasil como um modelo de transição negociada pelas elites, possuindo diversas semelhanças na transição recente para a democracia.

“Num sistema destes, os media – em especial os jornais – serviram e participaram historicamente neste processo de negociação. Eles constituem um meio importante que permite às elites acompanhar e comentar o progresso das negociações, estabelecer uma agenda,

⁴² “(...) the Polarized Pluralist model is defined in a negative manner relative to the Liberal and the Democratic Corporatist models”.

assinalar posições e compromissos, exercer pressões recíprocas e chegar a um acordo” (HALLIN & MANCINI, 2010: p. 144).

Outras semelhanças do Brasil com Grécia, Itália, Portugal e Espanha são: a baixa circulação de jornais e o fato de que “*os jornais brasileiros são endereçados a uma pequena elite urbana, exatamente como nos países do Sul da Europa*” (ALBUQUERQUE, 2012: p. 78, tradução nossa)⁴³.

“(...) nem sempre o poder e o prestígio de uma empresa jornalística estava diretamente associado ao número dos seus leitores. A *Tribuna da Imprensa* e o *Diário Carioca*, por exemplo, tinham pouca circulação, mas eram órgãos de peso e influência” (RIBEIRO, 2007: p. 59).

Mediante o exposto, podemos argumentar que as análises políticas de Carlos Castello Branco destinavam-se mais a um público relativamente articulado e/ou engajado, do ponto de vista político, do que ao conjunto heterogêneo de leitores de jornais. A *Coluna do Castello* dialogava de fato com um público menor do que aquele que consumia o jornal. Carlos Castello Branco assumira a tarefa de mediação entre elites, visto que estas possuíam opiniões por vezes divergentes na transição brasileira – como a oposição entre governo militar e ARENA e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição moderada ao regime. O caráter conservador do jornal e da coluna possibilitou um agendamento do tema e um espaço de interlocução entre diferentes projetos de abertura do regime militar brasileiro, mediante um esforço de negociação da transição do regime autoritário para o democrático no Brasil.

Podemos aproximar essa dinâmica do que Barrington Moore Jr (1983) chama de modernização conservadora, como vimos na abertura do capítulo. Nela, a transição rumo à democracia foi feita de forma pacífica, pelo alto, através de um pacto intra-elites. Segundo o autor, o êxito do processo depende de duas circunstâncias. Uma, o surgimento no bloco conservador de uma chefia com habilidade suficiente para cooptar os grupos reacionários menos receptivos à transição. A segunda é a necessidade desta chefia se desvincular de sua classe e assim simbolizar os anseios nacionais (MOORE Jr., 1983: p. 435).

⁴³ “(...) *Brazilian newspapers are addressed to a small urban elite, just like Southern European ones*”.

O fato de não existir, no contexto do final dos anos 1970, uma personalidade carismática que pudesse simbolizar este arranjo conservador, serve para reforçar o papel de certos setores da imprensa como mediadores dos grupos políticos interessados em manter a transição dentro de marcos estáveis, sem maiores sobressaltos. O próprio general-Presidente João Baptista Figueiredo (1979-1985) não foi uma figura carismática o suficiente para atuar sozinho na agenda do consenso, então era necessário que outros agentes o fizessem. Por isso Carlos Castello Branco é um artífice fundamental para explicitar e viabilizar as discussões entre os grupos articulados e comprometidos com a agenda da abertura dentro do gradualismo pensado pelos militares, servindo como um intelectual orgânico⁴⁴ que visava a proporcionar certa homogeneidade às ações da elite, bem como a conscientização de sua função no processo de transição.

A abertura política do regime militar brasileiro foi amplamente conduzida por setores das Forças Armadas e associados a grupos de elites para os quais a manutenção de uma agenda de mercado era fundamental. Isso não quer dizer que não houve ativismo dos setores da sociedade civil. Mas, na perspectiva de nosso trabalho, a eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, em 1985, legitimou esse processo. O pacto conservador tem, até certo ponto, moldado o Estado brasileiro.

“(...) nosso caminho para o desenvolvimento é um caminho autoritário, segundo o modelo conhecido de Barrington Moore. (...) o quadro sociológico brasileiro é resultado e expressão de um padrão muito específico de desenvolvimento capitalista, um padrão cuja característica principal tem sido a manutenção, ao longo de décadas, de uma ampla coalizão entre os diversos segmentos da elite. Apesar de mudanças institucionais, deslocamentos políticos e transformações econômicas profundas, o pacto conservador tradicional foi preservado e alimentado, resistindo a ameaças e agitação social, mesmo quando redefinido para enfrentar novos desafios e cooptar novos atores sociais”. (SOARES, 1999: p. 226).

Desta forma, não podemos desconsiderar o protagonismo de setores da imprensa de massa nesse arranjo, dentre eles a *Coluna do Castello*, bem como o *Jornal do Brasil*, responsáveis por manter uma agenda de debates em torno da transição dentro de determinadas balizas. Em uma sociedade cuja transição foi negociada, através de um pacto de elite que visava a garantir o processo de forma segura, os meios de

⁴⁴ Explicitaremos esta questão no capítulo 3.

comunicação foram fundamentais para a agenda do consenso, assim como foram fundamentais para a execução do golpe em 1964.

2. JORNALISMO E COLUNISMO: A Consagração da Política Elitista

2.1 Informação e narração

“(…) com a consolidação da burguesia – da qual a imprensa, no alto capitalismo, é um dos instrumentos mais importantes – destacou-se uma forma de comunicação que, por mais antiga que fossem suas origens, nunca havia influenciado decisivamente a forma épica. Agora ela exerce essa influência. Ela é tão estranha à narrativa quanto o romance, mas é mais ameaçadora (...). Essa nova forma de comunicação é a informação” (BENJAMIN, 1994: p. 202).

Argumentamos que a relação entre jornalismo e elites é histórica, e que o jornalismo de informação e o ideal de objetividade se aproximariam das noções de elite. Mas por que e como se deu este processo? Como a informação baseada em fatos se tornou o centro da atividade jornalística no Brasil e como ela se aproxima das elites?

A separação entre informação e narração é abordada por diversos teóricos. Walter Benjamin (1994) caracterizou a informação como uma nova forma de comunicação, que seria burguesa. A informação aspira a uma verificação imediata e deve ser compreensível em si mesma - diferente da narração, que recorre ao épico e ao miraculoso. Desta forma, para o autor, as duas formas são incompatíveis: “(…) *enquanto estes relatos [da narrativa] recorriam frequentemente ao miraculoso, é indispensável que a informação seja plausível*”. (Id, Ibid.: p. 203).

Partindo da dualidade colocada por Walter Benjamin, Michael Schudson (1978) argumenta que o ideal de informação do jornalismo é comumente associado com integridade, objetividade e imparcialidade – sendo os jornais informativos, em geral, tidos como mais “confiáveis” do que os jornais de narração, que seriam sensacionalistas. O autor trabalha com os principais jornais de Nova York na década de 1890 que marcariam, cada um, um tipo de jornalismo: o *New York World* como jornal de narração e o *New York Times* como jornal de informação. O primeiro enfatizava a narração de uma boa história; o segundo baseava-se na apuração dos fatos.

Schudson afirma que haveria uma conexão entre a classe média educada e a informação, assim como haveria uma conexão entre as classes trabalhadoras e o ideal de

narração dos jornais sensacionalistas (Id. Ibid. p: 88-120). O autor aponta que as pessoas mais ricas liam o *Times* (jornal de informação), enquanto as pessoas mais pobres liam o *World* (jornal de narração). O *Times* era uma jornal importante lido por pessoas importantes. As classes mais altas o liam atraídas por seu conservadorismo, sua decência e exatidão. Mas muitas pessoas não pertencentes às elites compravam o *Times*, pelo simples fato de que a elite o lia. Adolph Ochs, dono do jornal, teria ambição de produzir um jornal culto para os intelectuais. Já o *World* usava cartuns e desenhos em abundância e estruturas frasais relativamente simples que atraíam as pessoas inexperientes na leitura do inglês.

A questão que se coloca no trabalho de Schudson é a de uma economia moral em torno do consumo do jornal, na qual o jornalismo de informação e o ideal de objetividade que viria a ser conformado se aproximariam das noções de elite. Consideramos que, da mesma forma, o *Jornal do Brasil*, após a modernização do jornalismo brasileiro na década de 1950, se aproxima deste modelo de jornalismo de informação, baseado nos critérios de objetividade jornalística - possuindo igualmente uma perspectiva de elite.

A separação entre informação e narração nos Estados Unidos já existia ao final do século XIX, mas os ideais que nortearam a prática de um jornalismo centrado em fatos só se afirmaram no país após a Primeira Guerra Mundial. É só a partir desta que a objetividade torna-se uma ideologia. Alguns fatores histórico-culturais colaboraram para isso. O Movimento Progressivo, no fim do século XIX, foi fundamental para tornar dominante os grupos da elite política norte-americana a visão da política como ciência administrativa e o partidarismo como algo do passado. A ênfase no cientificismo como um todo, no final do século XIX, permitiu aos jornalistas incorporarem as metáforas da ciência e se afirmarem como especialistas em assuntos políticos.

Outro fator diz respeito ao desenvolvimento peculiar de um modelo de relato objetivo dos fatos, que se consagrou entre os jornalistas nos EUA: a pirâmide invertida. A nova convenção narrativa conferiu certa autonomia ao jornalista para criar uma hierarquia de fatos, dos incomuns para os mais banais, e uma autoridade como intérprete de assuntos políticos. O *lead* ajudou enquadrar a própria política e, segundo Schudson, estas novas convenções ajudaram a reportagem a retirar o partidarismo da política (Id., 1993: p. 291).

O *lead* representou um conjunto de procedimentos que, ao se institucionalizar, ajudou a padronizar a reportagem como um tipo de relato no qual o estilo pessoal do repórter cedia lugar a uma representação impessoal dos fatos. As rotinas e os métodos de produção noticiosa aos quais os jornalistas foram submetidos podiam sofrer pequenas variações nas diferentes organizações nas quais trabalhavam. Com o tempo, estas variações foram enquadradas dentro de uma estrutura de referência relativamente objetivada funcionando como um atributo típico da cultura profissional dos jornalistas norte-americanos (SOLOSKI, 1993: p. 97). As estruturas textuais decorrentes das convenções adotadas pelo jornalismo objetivo são simples, sem maiores exigências vocabulares e reproduzidas pelos profissionais de forma quase automática (CAREY, 1986: p. 150).

Recorremos a este rápido panorama do papel da objetividade e a centralidade da informação no ambiente norte-americano porque, no Brasil, as práticas narrativas daquele país foram o motor para a chamada modernização do jornalismo brasileiro, na década de 1950. Nela, o jornalismo brasileiro se distanciava do “modelo francês”, dominante até as reformas, e incorporava as técnicas dos Estados Unidos acima referidas, como o *lead*, a pirâmide invertida, a impessoalização do texto, etc. (RIBEIRO, 2003). Mas quais são as diferenças entre os dois modelos?

Jean Chalaby (2003) defende que o jornalismo é uma invenção anglo-americana, já que estes países teriam inventado o conceito moderno de notícia (Id., Ibid., p: 30). Na América e na Inglaterra, “(...) a imprensa desenvolveu-se como um meio de informação, e as práticas literárias ficaram rapidamente fora do jornalismo” (Id., Ibid.: p. 39), enquanto na França nomes da literatura sempre foram muito envolvidos na prática jornalística. Desta forma, o jornalismo não era uma profissão autônoma, mas um trampolim para uma carreira literária. Quanto mais próxima da literatura fosse a prática jornalística, mais prestigiada era. A ênfase se dava nas crônicas, nos comentários (em geral políticos) e em artigos polêmicos – a polêmica era admirada nos círculos jornalísticos franceses (Id., Ibid.: p. 40). Como a literatura gozava de status bem mais alto, muitas vezes os jornalistas atuavam com práticas discursivas puramente literárias. Desta forma, o jornalismo francês permaneceu mais opinativo – as notícias e a informação nunca foram alçadas a uma posição central na prática jornalística, como o foi nos Estados Unidos e na Inglaterra (Id., Ibid.: p: 42).

No entanto, é importante enfatizarmos que estas concepções de notícia não são universais e não compartilhamos da existência de apenas estes dois modelos. Notícias são construções culturais, que foram forjadas de diversas formas em diferentes sociedades no decorrer dos séculos. Segundo Robert Darnton (2012),

“Notícias são construtos sociais, que variam de lugar para lugar e de época para época, como qualquer um pode constatar estudando jornais – o design de suas páginas, a retórica de seus artigos, a estilização de seu esforço diário para comunicar acontecimentos em palavras. Tampouco a história da notícia deve ser restringida a jornais, pois informações sobre eventos correntes e assuntos públicos sempre foram disseminadas por uma variedade de veículos – tal como hoje; basta ver a proliferação de blogs” (DARNTON, 2012: PP. 404 e 405).

O autor alega que os libelos existentes na França do século XVIII abrangiam vários gêneros distintos – e por isso enquadrá-los na própria noção de gênero seria complicado – mas eles incorporavam anedotas, retratos e também notícias. Embora seu foco fosse a injúria e difamação, a unidade básica do libelo é um breve relato sobre algo que ocorreu. Desta forma, eles favoreciam a transmissão de certas notícias que não eram encontradas nos jornais, através sobretudo dos cafés – que eram importantes centros de convergência de informações para onde e de onde os libelos ecoavam. Desta forma, Robert Darnton nos mostra que é preciso relativizar o próprio conceito de notícia, já que, como vimos, ele varia em termos de espaço e tempo e o modelo informativo da objetividade jornalística não é, de maneira alguma, absoluto.

“Como hoje, nomes são notícia. Entretanto, nem sempre as notícias vinham em jornais. (...). A despeito de toda a sua venalidade e dissimulação, os libelistas prefiguram em alguns aspectos o repórter investigativo moderno. Eles alegavam penetrar o mundo fechado dos grandes⁴⁵ e desvendar seus segredos para deleite dos leitores. (...). (...) refugiados franceses em Londres aproximaram os libelos das reportagens modernas. Também aprenderam com os jornalistas ingleses as técnicas para difamar e caluniar” (DARNTON, Ibid: p. 376).

Acentuamos, todavia, que a defesa do paradigma informacional se espalhou para além dos Estados Unidos. Alguns jornalistas tentaram afirmá-lo ou adaptá-lo aqui no

⁴⁵ Como veremos na última parte deste capítulo, Carlos Castello Branco faz um movimento similar para obter material diário e escrever sua *Coluna do Castello*.

Brasil na década de 1950, na chamada modernização do jornalismo brasileiro, a fim de distinguir o jornalismo de outras práticas literárias⁴⁶.

2.1.1. A modernização do jornalismo brasileiro

O processo de modernização do jornalismo narrado por Michael Schudson teve seu paralelo na história do jornalismo brasileiro. Enquanto nos Estados Unidos o ideal de informação data da virada do século XIX para o século XX, no Brasil este processo se deu na década de 1950.

Ana Paula Goulart Ribeiro (2007) argumenta que foi neste período que o modelo norte-americano foi implantado no Brasil, através da criação de dois novos jornais – *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, em 1949 e *Última Hora*, de Samuel Wainer, em 1951 – e da modernização de dois grandes jornais já existentes, que se reformaram gráfica e editorialmente: *Diário Carioca*, modernizado em 1950 e *Jornal do Brasil*, em 1956. A tese central da autora é que foi após esta modernização, que incorporou o modelo norte-americano de jornalismo, que a imprensa constituiu sua legitimidade social e se firmou como um campo discursivo fundamental. Antes da reforma, a imprensa brasileira se aproximava do modelo francês de jornalismo – sendo substituído, na modernização, pelo norte-americano. A preponderância deste no período se deu, de certa forma, como consequência da hegemonia que os EUA adquiriram no pós-guerra, substituindo a França como ideal de mundo civilizado (Id., Ibid.: PP. 53 e 54). Segundo Joel Silveira:

“Primeiro, sofremos a influência francesa, populista, cujo filho dileto ainda é o *Fígaro*, até hoje com o artigo assinado na primeira página. Mais tarde passamos a receber os fluidos dos EUA, onde o jornalismo é rápido, conciso, exato como exige a sociedade” (Cadernos de Jornalismo da FENAJ, nº1, 1990: p. 17).

“O lead – símbolo máximo do jornalismo moderno – veio substituir o ‘nariz de cera’, texto introdutório longo e rebuscado, normalmente opinativo, que antecedia a narrativa dos acontecimentos e que visava ambientar o leitor” (RIBEIRO, 2007: p.31).

⁴⁶O avanço do modelo objetivo é derivado de diversos movimentos (não só de reformas), que ganharam força também em universidades, cursos de formação profissional, etc. conformando hoje o que se chama de *journalism studies* e tendo, em parte, o modelo objetivo como referência (DEUZE, 2005).

Desta forma, a autora também resgata o abreviamento da narrativa mencionado por Walter Benjamin (op.cit.) para situar o texto jornalístico brasileiro pós-1950. Segundo a autora, a década também marcou o processo de profissionalização da imprensa, com aumento de salários e com certo avanço do jornalismo enquanto categoria profissional – diferente da literatura e política. O próprio Carlos Castello Branco depôs sobre a importância das técnicas jornalísticas:

“A técnica de diagramação vertical e do *Lead* foi feita para uniformizar o estilo do jornal, porque acabou com a intervenção pessoal do repórter que fazia ‘nariz de cera’ em soluções semiliterárias. A imprensa passou a organizar as informações em cima de padrões técnicos, onde desaparece o toque pessoal mas ganha-se em uniformidade e boa apresentação da notícia. Considero isto positivo pois deu uma certa disciplina ao trabalho jornalístico. Por outro lado, ela é uma prisão. Mas o jornalista de talento sabe fugir de uma prisão.

Vindo de uma época ainda marcada por escoriações da ditadura Vargas, em que o jornalismo político era paixão e engajamento automático, ele (*lead*) teve força moral para criar um espaço próprio dentro jornal e dentro da política. O espaço da isenção e do distanciamento crítico” (CASTELLO BRANCO, In: Cadernos de Jornalismo da FENAJ, nº1, 1990: p. 14).

Além disso, reformar os jornais e aproximá-los dos padrões norte-americanos nos anos 1950 significava “(...) *conferir ao campo jornalístico um capital simbólico sem precedentes, (...) fazer do seu discurso uma ‘fala autorizada’ e transformar a imprensa em um ator social reconhecido*” (RIBEIRO, Ibid.: p 56). Outro elemento fundamental da reforma brasileira foi a instituição dos *copy desk*: redatores que revisavam as matérias e até as reescreviam, se necessário, para adequar o texto às normas do jornal e a seu manual de estilo, tendo poder disciplinador (Id., Ibid.). O *Diário Carioca* fora o primeiro jornal a instituir o *copy desk* na redação, além de ser o primeiro jornal a adotar sistematicamente as regras norte-americanas. Seu manual de redação e estilo, de 16 páginas e formulado por Pompeu de Souza, foi o primeiro de todo o Brasil.

2.1.2. A reforma do *Jornal do Brasil*

O jornal que abrigava a *Coluna do Castello*, objeto desta pesquisa, obteve papel de destaque durante a reforma do jornalismo brasileiro dos anos 1950. O *Jornal do*

Brasil foi fundado ainda no século XIX, em 1891, e representava o pensamento monárquico, tendo servido como instrumento de crítica à recente República instaurada. Na virada do século XIX para o século XX, já era um jornal bem-sucedido.

A modernização do jornal se iniciou quando Manuel Francisco do Nascimento Brito assumiu sua direção. A partir de 1956, o JB também adotou as técnicas norte-americanas, tornando-se mais objetivo, como o *Diário Carioca* e a *Tribuna da Imprensa*. Mas apesar do JB não ter sido o primeiro jornal a se modernizar, sua reforma “(...) possuiu um caráter exemplar, não só pelo radicalismo das suas mudanças e pela qualidade do jornalismo desenvolvido, mas também por sua eficácia mercadológica”. (RIBEIRO, Ibid.: p. 157). O noticiário foi ampliado e aumentou o número de páginas; houve reaparelhamento total do jornal: melhorou-se a parte gráfica, a tinta, o papel, a impressão e a fotografia.

Segundo Ana Paula Goulart Ribeiro (Ibid.), a reforma do JB se deu em três fases. Na primeira, em 1956, Odylo Costa Filho assumiu a chefia e renovou os quadros do jornal. O afastamento da antiga equipe, com muitos jornalistas resistentes ao projeto de mudança, teria sido fundamental para seu sucesso. Aliado a isto, a contratação de um time de jovens jornalistas, sem os vícios do modelo anterior. “Mas os jornalistas que, logo em seguida, encheram a redação do JB vinham, na sua maioria, das redações da Tribuna da Imprensa e do Diário Carioca. Eram profissionais já com experiência em um jornalismo mais moderno”. (Idem, Ibid.: p. 158 e 159).

Entre os nomes citados pela autora, figura o de Carlos Castello Branco, que trabalhara em ambos. A partir de 1950, no *Diário Carioca* recém-remodelado, convidado por Pompeu de Souza. Em 1953, trabalhou também na *Tribuna da Imprensa* de Carlos Lacerda, jornal criado nos padrões modernos em 1949. Podemos afirmar que Carlos Castello Branco fez parte da “grande geração” de modernizadores do jornalismo brasileiro e sua ida para o JB em 1962 coroou sua trajetória neste processo⁴⁷. A redação do JB foi organizada por setores e criou-se no jornal a chefia de reportagem e o *copy-desk*.

A segunda fase da reforma teria se iniciado após o afastamento de Odylo Costa Filho, em função de pressões do governo de Juscelino Kubitschek, em 1958. No

⁴⁷ Trataremos destes aspectos da trajetória de Castello Branco e sua identificação com a geração modernizadora com mais detalhes no próximo capítulo.

primeiro semestre de 1959, Jânio de Freitas ocupou seu lugar e acelerou o processo de reformas. Foi nesta fase que a primeira página do jornal sofreu uma mudança radical, com o famoso “L” dos classificados e com o intenso uso de fotos. Os assuntos passaram a ser ordenados por relevância (Idem, Ibid.: p. 162).

A terceira fase da reforma seria a de Alberto Dines, que assumiu como editor-chefe em 1962. Neste período a reformulação do jornal foi consolidada e Dines “(...) criou o Departamento de Pesquisa, demonstrando preocupação com uma melhor contextualização dos fatos”. (Idem, Ibid.: p. 163). Foi neste período que Carlos Castello Branco ingressou no JB. O jornal se encontrava sob o comando de Dines quando ocorreu o golpe civil-militar em 1964. Em 1973, pouco antes do anúncio da transição pelo general Geisel, Nascimento Brito o demitira. Para Alberto Dines, a forma como ele noticiou o golpe de Estado no Chile e a queda do presidente Salvador Allende, em 1973, teria sido decisiva para sua demissão. “(...) Brito diz: ‘(...) Dines, eu queria dizer o seguinte: esta é uma empresa que cresceu muito, você ajudou a crescer e tudo, mas a empresa se tornou poderosa e não podemos ter indisciplina na redação. E você representa a indisciplina da redação’.” (DINES apud ABREU at All, op.cit.: p. 105).

A linha editorial do JB continuava conservadora e de grande influência católica e a demissão de Alberto Dines, segundo o próprio, foi a forma que Nascimento Brito encontrara para manter suas boas relações com o governo militar: “Mas ele precisava oferecer uma desculpa: ‘a culpa toda foi do Dines: judeu, sionista...’ (...). Assumiu o chefe da sucursal de São Paulo, Walter Fontoura. (...). E quem ele traz? Traz todo o esquema ligado ao Golbery” (Idem, Ibid.: p. 108).

Além disso, a reforma do JB teve por objetivo aproximar o jornal das elites, exatamente na mesma lógica do processo norte-americano do século XIX: “Apesar dos temores de seus proprietários, a reforma do JB foi bastante radical e implicou na dissociação do jornal da ideia de ‘povão’, que o caracterizou na primeira metade da década. A inspiração da reforma foi nitidamente elitista” (RIBEIRO, Ibid.: p. 272).

Desta forma, o Jornal do Brasil era, no período de nossa pesquisa (1974-1979), uma empresa jornalística de grande força e prestígio e, em geral, mantinha boas relações com o governo militar - apesar de alguns percalços neste relacionamento. Segundo René Dreifuss (Op. Cit.), em 1962, durante o governo do presidente João Goulart, setores da imprensa protagonizaram a disseminação dos ideais anti-populistas do Instituto de

Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), e o *JB* teve caráter fundamental no processo de divulgação dos ideais da elite que atacava o comunismo, o socialismo, a oligarquia rural e a corrupção do populismo⁴⁸.

Quando Carlos Castello Branco ingressou no *JB*, em fins de 1962, e iniciara sua coluna diária, em 1963, já era um jornalista de grande capital político e jornalístico, como veremos em sua trajetória, no próximo capítulo. Da mesma forma, o *JB* era um jornal de grande capital político e econômico⁴⁹. Carlos Castello Branco absorveu o capital do jornal e, ao mesmo tempo, emprestou seu próprio capital a este último, ambos se legitimando mutuamente como intérpretes privilegiados da realidade.

Na década de 1970, quando se inicia a abertura política do regime militar, o *Jornal do Brasil* era o jornal de circulação nacional tido como modelo de jornalismo (RIBEIRO, op.cit.). José Marques de Melo, jornalista, professor e responsável por implementar o departamento de Jornalismo da Universidade de São Paulo (USP) dissera que “*A Folha de S. Paulo, (...) significou nos anos 80 um modelo hegemônico de jornalismo; como nos anos 70 era o Jornal do Brasil*” (VIEIRA FILHO, 1991: p. 154).

2.1.3 O jornalismo brasileiro e o reformismo conservador

Embora a modernização do jornalismo brasileiro da década de 1950 seja um marco fundamental, tal reforma foi feita de cima para baixo, sendo um sistema colocado em prática de maneira vertical pelos editores dos jornais. Isto é completamente diferente do largo processo econômico e cultural de mudanças de valores e práticas jornalísticas dos Estados Unidos, que conformou a regra da objetividade nesse país. Neste sentido, para alguns autores, a modernização do jornalismo brasileiro na década de 1950 foi

⁴⁸ “*O Grupo de Estudo e Doutrina preparou uma linha de ação básica que serviria para orientar ipesianos presentes ao Congresso. A linha geral seria aquela incluída nos documentos já publicados. As recomendações de diretrizes políticas eram liberadas regularmente através de publicações periódicas, entre outras, no Jornal do Brasil, na forma de Declarações Síntese*”. (DREIFUSS, Ibid.; p. 261, grifo nosso).

⁴⁹ Segundo Bourdieu (1999), todo campo deve partir de um capital, que é aquilo está em jogo. Este capital está diretamente relacionado à posição que o indivíduo ocupa no campo, pois lhe confere poder. Há uma correspondência entre o agente e a sua trajetória: o sujeito deve ter uma trajetória no campo, que lhe confere capital e o predispõe à ação (BOURDIEU, 1999: p. 183-202). Desta forma, podemos dizer que na década de 1970, *JB* e Carlos Castello Branco possuíam, ambos, grande capital nos campos jornalístico e político.

autoritária e a figura do *copy-desk* garantiu a execução, nas redações, das novas regras impostas (ALBUQUERQUE & GAGLIARDI, 2011).

Os *copy desks* eram redatores especializados, encarregados de redigir ou reescrever as notícias e os comentários, colocando-os de acordo com as regras gramaticais e as orientações estéticas, econômicas e políticas do jornal. **Desempenhavam o papel de censores prévios dos escritos**, não deixando passar notícias inexatas, relatos incompletos ou difamações que pudessem trazer complicações jurídicas para a empresa. (RIBEIRO, Ibid.: p. 230, grifo nosso).

Desta forma, ao relegar um papel inferior aos repórteres e enfatizar o papel do *copy-desk*, procedeu-se uma lógica de modernização autoritária que teria impedido o jornalismo brasileiro de se tornar totalmente institucionalizado e autônomo, já que não houve um largo processo cultural ou econômico que conformasse as mudanças. Estas foram impostas pelos editores e disciplinadas pelo *copy-desk* (ALBUQUERQUE & GAGLIARDI, Ibid.).

O *copy-desk* torna-se, no Brasil, uma figura de grande prestígio dentro das redações. Neste quadro, um novo time de jornalistas, sem os antigos vícios do modelo anterior, foi sendo mobilizado. Os cursos superiores de jornalismo foram sendo criados durante o Estado Novo de Getúlio Vargas e se expandiram após a década de 1950. A formação de uma elite intelectual, buscada pelo governo Vargas para aprimorar o aparelho de Estado pela técnica, teve sua importância na profissionalização do jornalismo⁵⁰.

É interessante para nós adentrarmos em algumas especificidades da chamada modernização do jornalismo dos anos 1950. Primeiro, apontarmos alguns dos chamados principais “reformadores” que possuíam papel de destaque no processo: como Carlos Lacerda, na *Tribuna da Imprensa*; Samuel Wainer, no *Última Hora*; Pompeu de Souza e Danton Jobim no *Diário Carioca*. No *Jornal do Brasil*, como vimos, autoria da reforma

⁵⁰ O curso de Jornalismo foi criado por Getúlio Vargas através do Decreto nº. 5.480 de 13 de maio de 1943. No caso específico do jornalismo, os primeiros sindicatos profissionais foram fundados em 1935 (Rio de Janeiro) e 1937 (São Paulo), já demonstrando articulações dos jornalistas com os agentes do Estado. Isso foi reforçado com as primeiras leis e decretos regulamentando a profissão de jornalista, com a obrigatoriedade da formação superior específica - uma demanda das lideranças sindicais - para o exercício profissional, editados por Vargas em 1938 (em pleno Estado Novo). Mas o decreto 910/1938, da obrigatoriedade do diploma específico, não se efetivou por resistências patronais. Depois de muita luta e polêmicas internas, a obrigatoriedade do diploma ganhou vigência com o decreto 972/69, instituído pela ditadura militar (ROXO, 2007). Segundo Marco Roxo (Ibid.: p. 87), a obrigatoriedade do diploma, em 1969, atendeu as demandas de parcelas significativas da categoria e coroou toda uma tradição de relação entre jornalistas e Estado brasileiro.

é mais controversa, sendo apontada como um conjunto de mudanças e inovações graduais de diferentes equipes. No entanto, três nomes se destacaram no processo: Odylo Costa Filho e Jânio de Freitas na década de 1950 e Alberto Dines na década de 1960. (RIBEIRO, Ibid.).

Mas a questão que se coloca para nós é que as narrativas do processo de modernização ficaram quase circunscritas às histórias e biografias das lideranças que conduziram o processo. Desta forma, houve uma consagração dos grandes chefes de redação. Além dos já citados no Rio de Janeiro, Cláudio Abramo (*Estado e Folha de S. Paulo*) e Mino Carta (*Veja e Isto É*), denominados *reformadores* (ABREU at All, 2003) e *condottieris* (KUCINSKI, 1998) da imprensa burguesa no Brasil.

Nosso interesse ao analisarmos alguns dos grandes personagens da reforma e suas determinadas posturas é tornarmos mais visível o fato de que a reforma foi **um** modelo escolhido. Não devemos encará-la como um modelo naturalizado, inexorável, ou como um elemento fundador central. A reforma do jornalismo dos anos 1950, tida por muitos estudiosos como uma “idade de ouro” do jornalismo – quase um “mito” fundador – foi na verdade **um projeto**. E mais: um projeto de **elite**, segundo nosso argumento. Alguns dos discursos daqueles considerados os principais reformadores poderão nos ajudar a elucidar tal questão.

Como vimos, nos Estados Unidos, o jornal de informação era voltado para as elites (SCHUDSON, Ibid.). A separação entre informação e narração é, então, um discurso – que coloca o ideal de informação como “superior”. Isto demarca um lugar de elite para a informação⁵¹. Da mesma forma, no Brasil, a reforma que colocou o ideal informativo no centro da atividade jornalística o fez através de um discurso de divisão entre fato e opinião, ou entre informação e narração - que visava a colocar a primeira em um lugar de proeminência em relação à segunda.

Schudson (Ibid.: PP. 67-68) mostrou como a década de 1890 foi construída nas narrativas históricas sobre o jornalismo norte-americano como um marco de mudanças

⁵¹ Segundo Mazzoleni, nos países democráticos existem dois tipos principais de atividade jornalística: a “elite media” e a “tabloid media”. A primeira tende a ser mais alinhada com o *status quo*, tanto em termos de suporte à política dominante quanto em termos de leitores. A mídia de elite tende a aparecer não enviesada, reportar as notícias de forma justa e responsável e geralmente não busca audiências de massa. Já a segunda, a mídia popular, busca audiência de massa, faz cobertura simpática a movimentos neo-populistas e se pauta mais no entretenimento e no nível da fofoca do que na análise séria (MAZZOLENI, 2003: p. 8).

nas práticas profissionais. Segundo ele, houve todo um investimento em se construir uma visão mitológica sobre os velhos jornalistas, submetidos a uma condenação moral e técnica por serem classificados como “bêbados”, “boêmios” e “incultos” e por fazerem do jornalismo “simplesmente um trabalho”- enquanto os novos repórteres saídos dos *college* e das universidades foram classificados como “enérgicos”, “ambiciosos” e “cultos”, responsáveis por tornar o jornalismo uma profissão.

Tal como ocorrera nos Estados Unidos, o processo de reformas aqui também visou a condenar e eliminar do jornalismo uma espécie de ralé das letras, concentrada principalmente no jornalismo policial, cujos jornalistas eram classificados igualmente como “bêbados”, “boêmios” e “incultos” - e teriam o hábito de apostar em corridas de cavalo e no jogo de bicho. Podemos dizer que o decreto lei 972/69 consolidou o processo de purificação, ao consagrar a obrigatoriedade da formação superior específica para o exercício profissional do jornalismo.

“Até então, havia uma elite de profissionais formada principalmente nas Faculdades de Direito, mas a grande maioria era mal preparada, não tendo sequer concluído o ensino médio. É comum encontrar, tanto nas entrevistas como nos depoimentos da época [década de 1950], reclamações a respeito do baixo nível intelectual dos repórteres”. (RIBEIRO, 2007: p. 35).

“O jornalismo hoje deu um salto. Não tem muito haver com o jornalismo dos tempos que eu comecei...quando eu entrei em jornal, os repórteres eram aliciados de maneira muito primitiva. Tanto entravam estudantes de direito e medicina quanto pessoas quase analfabetas. Revisão e polícia, porta de ingresso nos jornais, eram feitas por pessoas muito rudes, muito toscas...” (CASTELLO BRANCO, In: Cadernos de Jornalismo da FENAJ, nº1, 1990: p. 14).

Em outras palavras: a reforma foi um projeto de certa elite jornalística e se deu através de uma tentativa de demarcar e cristalizar uma oposição entre o jornalismo de informação e narração, através do menosprezo do sensacionalismo e da satanização da imprensa popular. O trecho do discurso de Carlos Lacerda, de 1951, reproduzido no primeiro capítulo, é uma evidência deste processo. Ao exaltar a “*ascensão do jornalismo à dignidade universitária*” e afirmar que “*o nosso país precisa que existam as elites, isto é, os melhores em cada categoria*” (A IMPRENSA, abril de 1951: p. 7 apud OLIVEIRA, 2011: p.51), Lacerda demarca claramente a perspectiva elitista com a

qual concebia a prática do jornalismo naquele momento e seu engajamento como um dos principais “reformadores” (RIBEIRO, Ibid.: PP. 143-152).

Na arena política do período pós-guerra, os eleitores de classe média mantinham certo ar de superioridade em relação às massas: “*a classe média foi a única classe moral em toda essa confusão*”⁵². Este discurso era evocado em contraposição à ascensão das classes trabalhadoras após o Estado Novo e ao novo tipo de líder político que se comunicava com os setores populares da sociedade, como Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek (nos anos 1950) e João Goulart e Leonel Brizola (nos anos 1960). Estes políticos eram acusados de “populismo” e estariam degredando a vida política - que precisaria ser moralizada, segundo o próprio Carlos Lacerda e as classes médias que este representava (ALBUQUERQUE & GAGLIARDI, Ibid.).

Outra evidência deste processo é o mencionado episódio de Danton Jobim⁵³ – outro grande “reformador”, que junto com Pompeu de Souza comandou o processo de modernização no *Diário Carioca* (RIBEIRO, Ibid.: PP. 107-120). Quando era diretor do *Última Hora*, em 1968, pediu a censura do governo militar aos programas sensacionalistas da televisão, que exploravam a tragédia humana, os crimes, etc. Mais uma vez, conformava-se uma caçada ao popular, ao sensacionalismo, que não se enquadrava no paradigma do fazer jornalístico daqueles que se auto-referenciavam como modernizadores.

Outro caso emblemático no que tange a satanização do jornalismo sensacionalista vem de um depoimento de Alberto Dines. O jornalista é uma figura de relevância na imprensa brasileira e no processo de reformas. Como vimos, assumira como editor-chefe no JB em janeiro de 1962. Ele seria o responsável pela sistematização das modificações implementadas no jornal nos períodos anteriores (Idem, Ibid.: p. 163). Dines narra uma história ocorrida em 1960, quando ainda se encontrava nos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, comandando o *Diário da Noite*. No episódio um rapaz, ligado a cinema, se suicidara por estar sendo chantageado:

“Naquela época havia revistas de chantagem no Rio de Janeiro, ligadas à polícia. Era o pessoal da polícia mesmo que fazia fotografias no carnaval e depois tomava dinheiro. Eu disse: ‘temos manchete: **cineasta suicida-se por causa da imprensa amarela**’. Imprensa amarela era o

⁵² “As one former Lacerdist put it in an interview years later, ‘The middle class was the only moral class in all that mess’.” (McCann, 2003: p. 681).

⁵³ Ver página 25.

nome americano, que eu tinha aprendido: ***yellow press***, um negócio ainda do fim do século XIX, que era sinônimo, e ainda é, nos Estados Unidos, de jornalismo sensacionalista, panfletário. (...). E o Calazans [Calazans Fernandes, chefe de reportagem], (...), falou assim: ‘Amarela?! Na minha terra, amarelo é uma cor muito bonita. Muda de cor. Põe marrom nisso. Marrom é cor de merda!’ Foi criada naquele momento a expressão, hoje disseminada, ‘**imprensa marrom**’. Fizemos uma campanha e acabamos fechando aquelas revistas todas. Com a ajuda do Lacerda, porque ele era governador. (...). Mas conseguimos fechar as revistas de escândalo do Rio de Janeiro, que eram uma instituição. Todas elas funcionavam ali perto da polícia, na rua da Relação. **Baixo nível**’. (DINES, Alberto apud ABREU at All, 2003: p. 83, grifos nossos).

Assim, o processo de reformas demonizava o popular, o sensacionalismo, a fofoca. Procurava expurgar, como mencionamos, a ralé das letras: “bêbados”, “incultos”, que tinham relações com a polícia e se utilizavam de “baixaria”. Ao citar a *yellow press* de fins do século XIX - e transformar em expressão análoga no Brasil a “**imprensa marrom**”, em tom declaradamente pejorativo, já que “*marrom é cor de merda*” - Dines evoca o mesmo processo norte-americano que nos remetemos anteriormente, narrado por Schudson (Ibid.), onde os jornalistas mais antigos foram rejeitados e condenados moralmente. Segundo o autor, em 1896 - nos mais intensos dias da *yellow press* - o *New York Times* enfatizava um modelo de “informação” em contraposição à “narração”, atraindo assim seletos grupos da elite (Idem, Ibid).

Aqui, ocorreu um verdadeiro expurgo: o “*baixo nível*” representado por estas revistas sensacionalistas tinha de ser suprimido; as revistas, fechadas. Isto porque, no Brasil, a “seleção natural” do mercado era considerada insuficiente para garantir a sobrevivência dos melhores. Daí a necessidade de se eliminar as revistas, jornais e programas de televisão interpretados como “baixaria”. No jornalismo criou-se a memória mítica da reforma como elemento fundador. Nos principais trabalhos sobre a modernização da década de 1950, o peso do expurgo ao sensacionalismo não está evidente, muito menos a perspectiva de que a reforma era um projeto de uma elite jornalística.

Na lógica da modernização conservadora de Barrington Moore (op.cit.), fica evidente para nós como o jornalismo negocia o tempo todo com dois modelos contraditórios: o ideal liberal-democrático (visando à liberdade de imprensa, a “boa” democracia, etc.) e um conjunto de tradições autoritárias, que se tornam visíveis através

dos exemplos por nós citados. O de Danton Jobim talvez seja o mais emblemático para nosso estudo: clama-se pela liberdade de imprensa, reclama-se da censura imposta pelo governo militar nas grandes redações. Ao mesmo tempo, utiliza-se do artefato da censura quando conveniente.

Outro exemplo para nosso argumento vem de Samuel Wainer. Além de ser proprietário do UH - que promovera a mencionada “cruzada” contra o “grotesco na TV” e era dirigido por Danton Jobim em 1968 – admitira que este seria um jornal da classe média instruída, e não necessariamente popular⁵⁴. Além disso, ao tratar do jornalismo anterior a 1950, Wainer afirmava que

“À medida em que o mercado brasileiro aumentava e o anúncio estrangeiro entrava, os jornais começaram a melhorar um pouco a qualidade. Não se preocupavam muito na época [1935] com o equipamento, as tiragens eram pequenas e o próprio jornalismo era uma profissão de transição. Os jornalistas passavam do jornal para o serviço público. Então, os salários eram pagos em vale, era uma empresa colonial em todos os seus aspectos até muito pouco tempo. Quer dizer, era uma imprensa extremamente precária e estritamente intelectual. **Era uma imprensa em que o valor da palavra era importante, não o fato. A grande reportagem praticamente não existia**”. (WAINER, Samuel apud MOTA & CAPELATO, 1981: PP. 368 e 369, grifo nosso).

Samuel Wainer claramente eleva o “fato” a uma condição superior. Ele dá ênfase à informação, em detrimento dos outros aspectos. Obviamente o entretenimento popular estava presente (como as notícias de crime e sexo), mas era o teor “informativo” do jornal que era fundamental. Mais uma vez podemos fazer uma aproximação com a lógica elitista do ideal de informação em contraposição à narração, teorizada por Schudson (1978).

Mas a dinâmica era mais complexa do que aparenta. Como vimos anteriormente, o próprio Samuel Wainer dissera que o objetivo do *Última Hora* seria a “mensagem getuliana”. Ou seja, ele exalta o ideal informativo, mas opera em uma lógica política declarada. Mais ainda: Wainer tentou dissociar o UH da lógica popular – embora opere com ela⁵⁵. O mesmo ocorre com Carlos Lacerda e seu *Tribuna da Imprensa*. O jornal

⁵⁴ Ver página 37.

⁵⁵ Carlos Castello Branco sobre Samuel Wainer: “Como jornalista foi um repórter sensacionalista, não era um bom repórter. Ele trabalhava a notícia para causar emoções, expressar sentimentos populares”. (CASTELLO BRANCO apud ZARVOS, 1986).

servia sobretudo para a instrumentalização da política. O nome, neste caso, ressoa: era uma tribuna, para um orador. Era panfletário. No caso de Lacerda, a tônica era o anti-getulismo da facção radical da UDN e um certo “populismo de direita”⁵⁶.

Dissemos isto porque, apesar de Carlos Lacerda atacar o populismo varguista, ele próprio se utilizava de estratégias populistas para se afirmar – mas entre as elites. Isto se dava através de um conservadorismo moralista que ativava os grupos oriundos da classe média.

“É verdade que nos anos 1950, alguns impressos foram criados e vinculados propositalmente ao popular como forma de dar suporte e mediar à relação de seus proprietários e políticos com instâncias de poder através da formação de uma clientela eleitoral. Neste sentido, a popularização estava relacionada a um nível de instrumentalização política dos jornais que poderia redundar em votos numa democracia de massas. Os jornais eram um meio dos políticos à direita (Carlos Lacerda) e à esquerda (Leonel Brizola) usarem o seu carisma para se dirigir diretamente as massas, transformando, desta forma, a política em um atrativo espetáculo recheado de melodrama e cor” (ROXO & SACRAMENTO, 2013: PP. 7 e 8).

Podemos argumentar que, ao mesmo tempo em que há um movimento de reformas que visam ao ideal objetivo e a autonomização do jornalismo frente a outros campos⁵⁷, há certa popularização de alguns jornais, o que era fundamental para afirmação e mediatização de alguns políticos: Vargas (até 1954) e o trabalhismo no UH

⁵⁶ Já sobre Carlos Lacerda, Carlos Castello Branco declarara que “*Este era um político, um tribuno, um grande orador, um sujeito que sabia falar, e fazia o jornal com aquela abundância com que o sujeito fala, isto é, não tinha medida de jornalista. Mas foi um talento formidável, que passou a dominar uma grande fração da opinião pública brasileira*”. (CASTELLO BRANCO apud ZARVOS, 1986).

⁵⁷ Segundo Pierre Bourdieu, um campo é descrito como um espaço no qual há conjunto de relações de forças impostas a todos os que nele ingressem. Os agentes e os grupos são definidos a partir da posição que ocupam neste campo e do capital que dispõem – representando este capital o poder dentro do campo (BOURDIEU, 2010: p. 134). O campo jornalístico é considerado por Bourdieu um campo discursivo autônomo (BOURDIEU, 2005). O autor coloca que cada campo possui uma autonomia relativa, ou seja, ele funciona a despeito de outros campos e a cada campo corresponde um tipo de capital diferente. Michael Schudson (2005) e Daniel Hallin (2005) criticam tal idéia, questionando: o campo jornalístico é autônomo a quê? Em que sentido? Para Hallin, a noção de campo está atrelada a uma divisão social do trabalho, onde existe complementaridade entre funções. Ao tratar o campo como autônomo, não é possível perceber as correlações e confluências de um campo em relação ao outro, como por exemplo entre os campos político e jornalístico. A autonomia total não é possível. Para o autor, os graus de intervenção entre o campo político e o campo jornalístico se dão de forma sofisticada. Hallin argumenta que a imprensa não é, de maneira nenhuma, autônoma em relação ao Estado, o que fica claro com o próprio relacionamento entre os jornalistas e os agentes do governo como fontes privilegiadas das notícias (HALLIN, 1986). Já Michael Schudson (2005) afirma que “as mídias noticiosas são apegadas ao diálogo político dominante” (SCHUDSON, 2005: p.218).

e o Lacerdismo no *Tribuna da Imprensa* são exemplos emblemáticos desta ambigüidade⁵⁸.

“A orientação do jornalismo brasileiro em direção a um modelo informativo/objetivo, entretanto, não impediu os jornais de exercer uma função nitidamente política. (...) os jornais não cessaram de atuar na cena política. Não apenas no sentido em que expressavam posicionamentos e opiniões, mas no sentido em que intervinham diretamente na condução dos acontecimentos. (...) A imprensa sempre teve uma relação simbiótica com a política” (RIBEIRO, Ibid.: PP 347 e 348).

Além da questão da execração do sensacionalismo presente nos demais exemplos, a fala de Samuel Wainer evoca outro par opositor que foi conformado no discurso dos “reformadores”. Tínhamos ainda, como caracterizamos brevemente, o “nariz de cera” – texto introdutório rebuscado, de viés literário e empolado que caracterizava o jornalismo pré-1950, baseado no comentário e de caráter opinativo. Era também um jornalismo mais literário e intelectual, como apontou Samuel Wainer: muito próximo do modelo francês.

Mas apesar da reforma suplantá-lo e buscar certa autonomia do jornalismo em relação ao mundo literário, neste caso não ocorrera crucificação e rechaço, como no caso do sensacionalismo. Houve certa separação das duas áreas, bem como certo distanciamento do viés político. Mas, afinal, a literatura e a política também são esferas de elite. Então, apenas foi conformada uma separação entre as três esferas – muito demarcada, pelos “reformadores”, com a separação entre fato e opinião - e iniciada a profissionalização do jornalismo. Já a fofoca, o sensacionalismo, a “baixaria”, são populares, referentes às massas. São “inferiores”, poderiam ser limados.

“No Brasil, durante muito tempo, jornalismo e literatura se confundiam. (...) Como não havia um mercado de livros (...) o jornal era, para os escritores, o principal veículo de acesso aos leitores. Foi por meio do folhetim que Joaquim Manoel de Macedo e José de Alencar adquiriram fama. Em jornal, Machado de Assis divulgou contos, crônicas e mesmo poesias. (...) A Academia Brasileira de Letras era, de certo modo, um

⁵⁸ Os meios de comunicação propiciaram a expansão do populismo como fenômeno político de massas no período entre o fim do Estado Novo e o golpe civil-militar (1945-1964). O rádio, por exemplo, foi um meio fundamental para a difusão da ideologia trabalhista de Getúlio Vargas. Alguns jornais impressos recém-lançados também contribuíram para esta ascensão: *O Dia* (1951), *Última Hora* (1951), a *Luta Democrática* (1954). Os três possuíam certa ênfase em notícias de crime e sexo, por exemplo. Em outras palavras: tinham apelo popular perante as massas e eram responsáveis por divulgar as posições políticas dos proprietários (ROXO & SACRAMENTO, 2013).

prolongamento da vida jornalística brasileira. (...). **Ao longo dos anos 50, entretanto, os jornalistas brasileiros foram adquirindo um sentido de categoria profissional diferente dos literatos. Isso não significa que os dois campos (o literário e o jornalístico) tenham se autonomizado totalmente. Muitos escritores ainda eram jornalistas e muitos jornalistas se aventuraram na vida literária. A ABL continuou sendo um lugar de consagração de homens da imprensa, que publicavam – nas horas vagas – ficção**”. (RIBEIRO, Ibid.: PP. 221 e 222).

Neste sentido, a separação entre fato e opinião foi fundamental para a demarcação do lugar do jornalismo no Brasil – e pela sua especialização em relação à literatura. Mas, ao mesmo tempo, circular nos dois meios continuava sendo símbolo de *status* e, até hoje, um jornalista ser alçado à Academia Brasileira de Letras significa prestígio fora do comum. Carlos Castello Branco foi um exemplo de jornalista com este tipo de trajetória – tal como Merval Pereira, que se referencia ao primeiro como o “pai dos colunistas políticos” e, de certa forma, se coloca como seu herdeiro⁵⁹.

2.2 Colunismo

Mediante este quadro, outra diferenciação relevante feita pelos “reformadores”, foi entre fato e opinião: “(...) *no interior do espaço jornalístico, passou a ser clara a demarcação entre os espaços de informação, interpretação e opinião*”. (Idem, Ibid: p 223). Foi esta separação fundamental que contribuiu para a demarcação do jornalismo enquanto atividade que resguarda certa autonomia em relação à literatura e à política. Mas, ao mesmo tempo, o espaço das notícias do jornal, com as técnicas modernas do *lead*, da pirâmide invertida, etc. e toda a centralidade do “fato” no fazer jornalístico, acabaram por conformar um lugar marginal à opinião. O jornalismo de opinião acaba por ficar à sombra do jornalismo de informação, sobretudo devido ao modelo de jornalismo adotado no Brasil na década de 1950 ter sido baseado no norte-americano, que quase equaciona jornalismo com notícia. Desta forma, argumentamos que foi – e até hoje tem sido – dada pouca atenção ao jornalismo opinativo no Brasil. Não pela sua pouca importância, mas pelo modelo hegemônico de notícia que se configurou aqui.

⁵⁹ Há vários exemplos recentes de jornalistas que entraram para ABL: Roberto Marinho (1993) – que curiosamente nunca escrevera um livro; Carlos Heitor Cony (2000); Ivan Junqueira (2000). Carlos Castello Branco e Merval Pereira ingressaram na ABL em 1982 e 2011, respectivamente. Em 1993, com a morte de Carlos Castello Branco, é João Ubaldo Ribeiro – que também teve (e tem) trajetória no jornalismo, embora possua vasta obra literária – que o substituiu.

O colunismo tem sido tratado, na bibliografia brasileira, como uma prática adversa à notícia. Por mais que a bibliografia até considere, por vezes, a existência de “fatos informativos” nas colunas, há sempre uma distinção aceita entre duas categorias mais amplas: jornalismo de informação e jornalismo de opinião (BOND, 1978; MELO, 1994). José Marques de Melo (1994) compila uma série de definições e nomenclaturas: editorial, artigo, resenha, crônica, coluna, comentário – esta última seria a definição que mais se aproxima da *Coluna do Castello* – além de outras. Mas todas estas definições são sempre colocadas em uma chave de compreensão cuja alcunha é “gêneros opinativos”, que se contrapõe, estruturalmente, à notícia informativa. Este processo é consequência direta da modernização da década de 1950 e do predomínio da noção norte-americana de notícia.

A notícia, com sua estrutura informativa e objetiva, foi alçada ao estrelato após a reforma brasileira. Mas outros espaços continuaram existindo com características próprias – e nobres.

Se havia, com as novas técnicas, um movimento de padronização e impessoalização do texto noticioso e construção do anonimato do redator, **havia também, no jornalismo moderno, espaços enunciativos que produziam efeito inverso, favorecendo a subjetividade e a afirmação de alguns nomes no mercado jornalístico.** Este era o caso das colunas e das seções especializadas. **Para o jornalista, assinar uma coluna era ter um espaço nobre na imprensa.** Significava **adquirir prestígio** e notoriedade perante o público e reconhecimento por parte dos seus pares. (RIBEIRO, Ibid.: p. 232, grifo nosso).

Alguns destes espaços especializados eram muito valorizados, mas a divisão entre informação e opinião era extremamente demarcada nas páginas dos jornais – característica presente até hoje. Desta forma, argumentamos que há uma contraposição estrutural aceita entre colunismo e notícia. Esta separação efetuada, no entanto, pode incorrer na acepção de que no colunismo – que seria opinativo – não há informação. Este é um equívoco perigoso, pois acreditamos que, por vezes, o espaço de uma coluna pode ser mais informativo que o do próprio jornal - o que acreditamos ser o caso do regime autoritário brasileiro e da *Coluna do Castello*. Neste sentido, argumentamos que estas delimitações entre notícia e opinião são discursos, e não representam a realidade dos espaços do jornal. Para nós, o espaço da coluna é híbrido.

(...) o estatuto desses discursos se transformou e eles se separaram (inclusive graficamente) do resto do jornal. **Uma nítida demarcação entre o espaço da seriedade e da objetividade e os espaços da comicidade e opinião se forjou então, (...).**

Os gêneros não-informativos adquiriram um estatuto singular e anômalo, que conferia aos seus discursos um caráter de suspensão em relação ao conjunto do jornal (...). Esse caráter de exterioridade, ao mesmo tempo em que lhes dava uma certa autonomia e liberdade criativa, atenuava seu poder heurístico. **O poder de dizer a verdade era o lugar da seriedade e da neutralidade, era a informação objetiva.**

Mas a objetividade do noticiário e da fotografia e a subjetividade dos artigos assinados e das caricaturas eram, como sabemos, apenas **efeitos discursivos, relacionados a diferentes estratégias de autoridade mobilizadas por cada um desses gêneros. Essas narrativas construíam diferentes lugares de fala, produzindo sobre os leitores diferentes expectativas e efeitos de sentido.** (RIBEIRO, Ibid.: PP. 344 e 345, grifos nosso).

Para nós, a ideia de gêneros jornalísticos, em si, é um discurso – construído, como qualquer discurso. De maneira nenhuma esses “gêneros” podem ser naturalizados. Eles foram forjados em um momento histórico específico que, como vimos, visava a demarcar o lugar do jornalismo frente a outros campos. Para nós, há notícia na coluna e o que diferencia uma coluna assinada do “espaço informativo” não seria a ausência de informação e a presença de opinião, e sim o puro e simples fato das colunas **serem assinadas**. A questão que se coloca é o caráter de **pessoalidade** do colunismo, que se diferencia do espaço de **impessoalidade** da notícia. Ao ser um espaço com identidade delineada, a coluna poderia ter mais liberdade sim, mas jamais deveria ser taxada como opinativa, pura e simplesmente.

Ao mesmo tempo, o colunismo vem a atender um certo anseio de uma classe média pela análise especializada – no caso de Castello Branco, pela análise política. Neste sentido, a própria reforma que separa colunismo e notícia concede um lugar de destaque para o colunismo, sobretudo o político. Se a oposição entre notícia e opinião é um discurso, ela permite, ao mesmo tempo, que os jornalistas se auto-referenciem como modernizadores e se coloquem com *status* diferenciado. O próprio colunismo está ligado a esta lógica: quem é aquele que está apto a dar uma opinião especializada? Não é qualquer um. É alguém que tenha prestígio, entre os pares e o público. No caso do colunismo político, deve ser alguém de prestígio e trânsito não só entre os pares, mas também na corte política brasileira.

2.2.1 Coluna: política de corte

“Pelo menos em todas as sociedades estratificadas, a ‘oportunidade de grandes realizações’ individuais, (...), dependeu durante muito tempo do fato de um indivíduo pertencer a grupos de elite específicos, ou da possibilidade de encontrar uma via de acesso a esses grupos. Sem a análise sociológica que leva em conta a estrutura de tais elites, praticamente não é possível julgar nem a grandeza nem o mérito das figuras históricas. (...). A sociedade de corte, objeto deste livro, é uma formação de elite deste tipo”. (ELIAS, 2001: p. 42).

Algumas das características que Norbert Elias identifica como hábitos da sociedade de corte pertencem a certa lógica cultural que poderá nos auxiliar a compreender a política de Brasília e as relações entre jornalistas e o poder. A primeira delas é o simples fato da corte de Luís XIV, analisada pelo sociólogo, representar a elite francesa do século XVII. Da mesma forma, ao lidarmos com a política brasileira, estamos tratando de uma elite do país. E sem entender as elites e sua estrutura, não é possível compreendermos nem mesmo uma figura histórica como Luís XIV, segundo o argumento do autor. O próprio rei dependia da rede de relacionamentos para marcar a sua posição de rei e o exercer seu poder.

Nesta rede de relacionamentos, o prestígio é importante na escala de valores sociais e é ele que diferencia os nobres das camadas inferiores. Prestígio significa poder. Quanto mais prestígio, maior a importância e o trânsito na corte: “(...) *um tipo de organização em que cada atitude revela um sinal de prestígio, simbolizando a divisão de poder na época*” (Idem, Ibid.: p. 102). Por exemplo, não era qualquer um que freqüentava os aposentos do rei ou tinha contato direto com os monarcas – isto era um fator de prestígio e indicava a posição que o indivíduo ocupava na corte. “(...) *se até então era privilégio de uma duquesa ter a permissão de sentar-se na presença da rainha, significava uma profunda ofensa pra duquesa ver pessoas de níveis inferiores com o mesmo privilégio*” (Idem, Ibid.: p. 105). Segundo Elias, na sociedade de corte, o prestígio encobre o valor utilitário, ou seja: é superior ao dinheiro. Inclusive, se gasta para ter prestígio, em um consumo representativo.

No caso das relações entre jornalistas e políticos, quanto mais prestígio, igualmente mais acesso aos “nobres” que se encontram nos postos de comando. O Presidente da República, por exemplo, é uma fonte das mais produtivas em termos de

notícias – e uma das mais confiáveis – e em geral ele “fala pelo país” (GANS, 2004: p. 145). Mas embora o governo central – muitas vezes, no caso do Brasil, através dos assessores do Planalto – divulgue diversas informações, não é qualquer jornalista que tem o privilégio de se encontrar diretamente com o Presidente da República. Para isto, o jornalista deve ter grande prestígio. Se, como afirmara Merval Pereira, o Ministro da Justiça Petrônio Portella teria dito ao presidente Ernesto Geisel, em 1977, que somente Carlos Castello Branco poderia fazer a abertura política ser acreditada⁶⁰, é porque o jornalista possuía grande prestígio. Entre políticos, entre os outros jornalistas e entre parcelas significativas da sociedade: sobretudo as elites.

Uma das teses centrais de Elias é de que os indivíduos são interligados em uma rede de interdependência mútua, onde “(...) *mesmo os homens mais poderosos têm sua posição como membros nessa cadeia de interdependências*” (ELIAS, Ibid.: p. 51). Há uma rede de relações na qual o indivíduo está entrelaçado, onde os homens se desenvolvem nas relações com os outros homens. No caso, a sociedade de corte é uma figuração, e são as relações entre os indivíduos que dão sentido a ela. Mas estas relações são relações de posição: os indivíduos não devem ser entendidos isoladamente e sim pela posição que eles ocupam na figuração. Uma mesma posição pode ser ocupada por mais de um indivíduo, tal como um mesmo indivíduo pode, ao longo da vida, ocupar diferentes posições naquela sociedade.

Neste sentido, para entender a rede de relações e as interdependências entre os cortesãos, Elias dedica boa parte de seu estudo à etiqueta e ao cerimonial: o agir do rei, as recepções na corte, representações feitas pelos nobres, salões, jantares e toda uma rede de sociabilidade fundamental para a manutenção daquela sociedade. Ser nobre é ter funções de representação e prestígio – para manter suas posições dentro da corte (Idem, Ibid.: p. 77).

“No segundo semestre de 1964, o chefe da Casa Civil, Luiz Viana Filho, convidara jornalistas políticos a almoçar com o presidente na Granja do Torto, em Brasília. Do Rio viemos eu [Carlos Chagas], Heráclio Salles, Villas-Boas Correia, Héron Domingues. De Brasília, CCB [Carlos Castello Branco], Evandro Carlos Andrade, Édison Lobão e Octacílio Lopes. O presidente chegou na hora. (...). Foi cerimonioso, falou de generalidades (...). Foi uma conversa de mais de três horas. (...). Fui para a redação de O Globo, onde escrevia a coluna política e afirmei que ‘o presidente pensava isso, achava aquilo, faria assim e não faria assado’. (...). Ele tanto gostou, via-se, que de três em três

⁶⁰ Ver página 42.

meses convocava o grupo, em Brasília ou no Rio, para conversar”.
(CHAGAS Apud CASTRO, 2006: PP. 149 e 150, grifos nossos).

Desta forma, durante o primeiro governo da ditadura militar, o do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), um grupo de jornalistas de prestígio sentava-se à mesa com o Presidente da República em pessoa. Tal cerimônia se tornou um ritual, segundo o depoimento acima. A fonte máxima do governo do Brasil, o próprio presidente, fazia uma recepção a um grupo de jornalistas privilegiados, com grande prestígio, e que ocupavam posições centrais no jornalismo político brasileiro.

A coluna política – no caso mencionado a de Carlos Chagas em *O Globo*, mas obviamente isto também se materializava na *Coluna do Castello* – trazia as marcas e informações destes encontros, almoços, jantares, salões ou qualquer outra esfera de sociabilidade. Ao mesmo tempo, era um círculo bastante fechado e poucos tinham o privilégio do acesso⁶¹. Marcar presença, comparecer a estes eventos, está dentro do que Elias designa como “(...) *deveres de representação que estavam ligados às suas posições e aos seus privilégios*” (Idem, Ibid.: p. 95). Neste sentido, podemos argumentar que a coluna política está inserida na mesma lógica cultural descrita por Norbert Elias: a coluna reflete uma política de corte.

“Pois o prestígio, (...), desfrutado por um indivíduo em uma figuração social, seu valor concorrente em relação aos outros, é uma expressão de seu peso no equilíbrio multipolar das tensões da figuração a que pertence, de sua chance maior ou menor de exercer influência sobre os outros ou de ter de submeter-se às influências deles. (...).

A prática da etiqueta consiste, (...), numa autoapresentação da sociedade de corte. Através dela, cada indivíduo, e antes de todos os rei, tem o seu prestígio e sua posição de poder relativa confirmado pelos outros. A opinião social que forja o prestígio dos indivíduos se expressa através do comportamento de cada um em relação ao outro, dentro de um desempenho conjunto que segue determinadas regras” (ELIAS, Ibid.: p. 117).

Ou seja, a prática da etiqueta, do cerimonial, das recepções e jantares - da sociabilidade em geral - serve para confirmar posições no espaço social, exercer

⁶¹ Como argumentamos anteriormente, os libelistas franceses do século XVIII se utilizavam de certo trânsito entre os “grandes” para obter informações. “*Muitas vezes, a origem dos libelos eram pessoas situadas no topo da estrutura de poder, explica Lenoir. Alguns ministros vazavam informações ou encomendavam panfletos que achincalhassem os outros*” (DARNTON, 2012: p. 134).

influências, manter lugares de elite e, no caso do colonismo político, obter informações privilegiadas que figurariam na coluna graças à circularidade do jornalista titular da coluna nestes espaços de elite. “*Heron Domingues, Evandro Carlos de Andrade, Carlos Castello Branco, Heráclio Salles, Villas Boas Correa, Oyama Telles e eu (Carlos Chagas) fomos comensais do presidente, em Brasília e no Rio. O Marechal Costa e Silva manteve a tradição*” (CHAGAS Apud CASTRO, op.cit.: p. 96, grifo nosso).

Os jornalistas políticos – Carlos Castello Branco inclusive – eram **comensais**⁶² dos dois primeiros presidentes militares. O próprio termo denota a lógica de corte: tradicionalmente sentavam-se à mesa com os presidentes, em uma posição privilegiada, exercendo e ao mesmo tempo submetendo-se a influências, circulando nos bastidores do poder e nele atuando. Assim, os colonistas conseguiam informações para suas colunas – e de certa forma também sobreviviam em sua posição exatamente por serem comensais do presidente, sobretudo em um regime ditatorial. A circularidade de membros da elite política e da elite jornalística possibilita acessos a informações não disponíveis para aqueles que não frequentam a corte de Brasília. É um circuito relativamente fechado de poucos privilegiados.

“(...) a monarquia sustentava circunspectos sábios, desejosa, talvez, de recrutar uma nova elite intelectual. (...). E usava seus fundos para estimular escritos que propagassem imagem favorável ao regime. Mas sempre restringia os subsídios a homens de certo prestígio no mundo das letras” (DARNTON, 2007: p. 21).

Embora não estejamos tratando de termos pecuniários, como citado acima, a lógica é similar. Não há dúvidas que, da mesma forma, os presidentes militares, ao promoverem os almoços ou jantares com jornalistas, visavam a estimulá-los a passar em suas colunas uma imagem favorável do regime militar brasileiro. Se os colonistas o faziam ou não, era relativo e dependia do “cabo-de-guerra” constitutivo das relações entre fontes e jornalistas: enquanto as fontes visam a tentar conduzir as notícias em seu favor, os jornalistas tentam conduzir as fontes de forma a extrair a informação que eles querem (GANS, Op. Cit.: p. 117). No caso que apresentamos trata-se do próprio presidente, uma fonte máxima em termos de confiabilidade e autoridade, mas ainda

⁶² Comensal (latim tardio *commensalis*, do latim *cum*, com + *mensa*, -ae, mesa) . 1. Pessoa que come habitualmente com outros em mesa comum de hotel, casa de pasto, etc. 2. [Por extensão] O que frequenta uma casa e lá come amiudadas vezes. Fonte: Dicionário Priberam de Língua Portuguesa (<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=comensais>) acessado em 12 de maio de 2013.

assim seu intuito é promover, através das informações que dispõe, certo apoio de figuras da imprensa a seu governo.

No que tange aos jornalistas e seus métodos para extrair a informação que desejam, mas uma vez a lógica da sociedade de corte nos auxilia. Segundo Norbert Elias, havia duas “artes” fundamentais dentro da sociedade de corte: a arte de observar as pessoas e a arte de lidar com as pessoas. Os cortesãos espreitavam os gestos e expressões de cada um dos outros, de forma a compreender seus pensamentos e intenções. Da mesma forma, os jornalistas observam seus interlocutores e tentam perceber suas intenções e qual seria a melhor forma de colher as informações que desejam.

“(...) muita coisa depende do resultado de tal conversa, sendo portanto de importância vital agir com extremo controle e ponderação durante o encontro, mas de modo que tal comportamento nunca possa ser percebido por seu interlocutor. (...). Conduzir o interlocutor de nível social mais elevado para onde se deseja, quase imperceptivelmente, com delicadeza, é o primeiro mandamento do intercâmbio entre cortesãos” (ELIAS, Ibid.: PP. 123 e 124).

Tal maneira de agir e se portar é muito próxima de certas estratégias adotadas por jornalistas na sondagem de suas fontes: através das relações de sociabilidade, conduz-se o interlocutor para onde deseja – a tarefa é facilitada se jornalista e fonte tiverem uma longa relação de confiança recíproca e presenças nos “salões” da corte política.

“(...) fizemos um almoço em homenagem a Falcão, no restaurante da Câmara. Na mesa, Castelo ficou ao lado de Petrônio Portela. Virou várias doses do precioso líquido escocês. O almoço ‘rolava’, e Castelo colado em Petrônio. Saiu baqueado, como todos os convivas, pelas quatro da tarde. Dia seguinte, o milagre: na famosa ‘Coluna’, Castelo reproduzia (sem reparo de Petrônio) uma entrevista reveladora sobre o ‘Pacote de Abril’ [1977], quando se criaram os famosos senadores biônicos. Furo nacional, repercussão obrigatória em toda parte. Nem o scotch turvava memória tão especial. E olha que ele não anotava nada; guardava tudo de cabeça. Depois vim a saber que aplicava esse truque com frequência. Dava um pileque no interlocutor, que supunha Castelo de pilequinho e lhe abria a guarda. Quando se deparava com todas as informações na ‘Coluna’ caía pra trás, sem entender onde aquela figura miúda conseguira reter tanta informação”. (CHAGAS apud CASTRO, Ibid.: PP. 206 e 207, grifo nosso).

Estratégias que em nada se diferenciam da arte de ouvir e lidar com as pessoas preconizadas por Elias. Castello Branco recolheu as informações que queria de sua fonte no almoço promovido entre jornalistas e políticos na própria Câmara. E o episódio não alterou a confiança do Ministro da Justiça “do pileque”, Petrônio Portella, em relação a Carlos Castello Branco. Tanto que, como vimos, o ministro recomendara ao Presidente Ernesto Geisel que somente Carlos Castello Branco poderia fazer a abertura política continuar acreditada após o mesmo “Pacote de Abril” sobre o qual Castello dera o furo. Podemos dizer que Petrônio Portella seria uma fonte regular e confiável de Castello Branco, ao que tudo indica. Tal fato também se deve pelas relações construídas nestas redes de sociabilidade. Jornalista e políticos – suas fontes - podem ter certa relação de amizade, além de amigos em comum (GANS, Ibid.).

O colunista se credencia entre suas fontes e torna público um debate. Desta forma, podemos dizer que o colunismo abarca um conjunto de práticas no qual a dimensão informativa está associada à montagem de uma rede de contatos, conchavos e de relações. Mas apesar desta dimensão da informação adquirida nos bastidores e publicizada pelos colunistas, na lógica da sociedade de corte, o colunismo em geral nem sempre esteve associado com os ideais profissionais informativos que conformam a prática canônica do jornalismo.

Como apontado por Robert Darnton (op.cit.), “notícias” são artefatos culturais. A produção de informações pode ser feita através de diversas formas literárias - inclusive as que se convencionou chamar de colunas. Estas são frutos de um circuito comunicativo no qual o rumor, a fofoca e o bastidor também estão presentes. Portanto, elas não são fruto do trabalho exclusivo do repórter, mas se originam de formas de sociabilidade que este constrói no seu exercício profissional - porém permanecem secundarizadas em relação ao texto. Já o lugar que o jornalista ocupa nestas redes de relações é marcado sobretudo por sua trajetória, como veremos a seguir, ao analisarmos a trajetória de Carlos Castello Branco e a *Coluna do Castello*.

3. COLUNISMO: A Negociação da Transição “por cima”

Trataremos neste capítulo do percurso que Carlos Castello Branco travou no interior dos campos jornalístico e político, buscando compreender como o colunista se tornou reconhecido e adquiriu prestígio. Optamos por uma narrativa linear da trajetória do colunista para compreendermos a visão de mundo que ele abarcou e como sua formação reverberou nos estilos de escrita da coluna e de fazer política.

Em termos sintéticos, o capital acumulado por um agente (indivíduo e/ou instituição) resulta do conjunto de experiências e dos saberes acumulados em diversos campos da vida social (família, escola, partido político etc) o permitindo assim transitar, em meio a um processo de luta com outros agentes, por diversas posições no interior do seu campo de atuação (profissional e/ou política).

Podemos dizer então que para um indivíduo ser legitimado como jornalista, precisa ser aceito no campo jornalístico e em outros a ele relacionados (político, intelectual etc). Esse reconhecimento é interno e externo e, embora o jornalismo seja um espaço social relativamente autônomo⁶³, estruturado e hierarquizado com regras e relações de poder próprias, os agentes se enfrentam em busca de reconhecimento. E este se dá primordialmente através da trajetória do agente no campo. Conforme Pierre Bourdieu (2010) toda trajetória individual deve ser vista como a maneira singular através da qual um agente percorre um espaço social configurado por um conjunto de relações de forças (no caso o campo jornalístico), permitindo identificar as séries de posições sucessivamente ocupadas por ele⁶⁴.

Por outro lado, a trajetória de um indivíduo está associada à forma como ele e os outros procuram, como grupo que se identifica como uma geração, preservar na memória coletiva a herança social e simbólica das posições no campo por eles ocupadas. No caso de uma parte dos jornalistas, a auto-referenciação como a geração de “modernizadores da década de 1950”, como vimos no capítulo anterior. A década se

⁶³ Sobre essa questão de uma relativa autonomia do jornalismo, ver capítulo 2, página 62.

⁶⁴ Não pretendemos adentrar de forma densa na teoria dos campos de Bourdieu e na sua conceituação, pois acreditamos que, desta forma, acabamos por sobrepor a estrutura (o próprio campo) em relação à agência, que mais nos interessa. Ao focar o campo jornalístico, ou a disputa entre os diferentes campos, arriscaríamos comprometer o foco nos agentes, mais central para nossa pesquisa. Nosso intuito ao expor brevemente a teoria de Bourdieu era atentar para o conceito de trajetória.

tornara então a “década de ouro” (ROXO, 2007) e os jornalistas que participaram das reformas se auto-glorificam por se identificarem como parte da geração que as executou.

O que une uma geração é a vivência, e não necessariamente o caráter pontual da idade. Uma geração possui uma memória coletiva em comum, compartilha uma experiência definitiva que molda sua identidade e a construção de sua memória. Um exemplo clássico para tal é o da geração da Primeira Guerra Mundial, que compartilha a experiência da guerra e o trauma de seus horrores. Argumentamos que, no caso do jornalismo, a “geração de modernizadores” une os seus profissionais em prol do projeto que foi executado nos anos 1950. Partimos das concepções de Sirinelli (2006), para o qual as gerações não são identificadas por recortes de idades, vistos como insuficientes, mas por uma experiência ou grande evento comum com os quais se identificam. A geração constitui-se então em uma categoria de análise rica para perceber os acontecimentos.

“Pelo viés das culturas políticas, é portanto o domínio político que também é afetado pela geração. No seio de um partido, por exemplo, coabitam várias gerações que despertaram para o debate político em contextos diferentes. A cultura política dos dirigentes, sobretudo, geralmente foi forjada no tempo de sua juventude, mais de um quarto de século antes de sua chegada ao primeiro plano. (...) a geração é pois às vezes uma ‘unidade de medida’.” (SIRINELLI, 2006, p. 136).

Eventos sociais e políticos, assim, “*moldam as gerações através de experiências compartilhadas importantes durante os seus anos de formação*”. (MANNHEIM apud OLICK & ROBBINS, 1998: p. 123, tradução nossa). Podemos dizer que a categoria de geração – juntamente com outras categorias, como a de memória - é um elemento que constitui identidade. Outro ponto fundamental é o fato de que, em geral, uma nova geração “*se define através da oposição em relação à geração anterior e tem, assim, uma relação diferente com o passado, que não é a das gerações prévias*” (SHILS apud Idem, Ibid.: p. 123, tradução nossa). Como vimos, no caso do jornalismo, a “geração de modernizadores” se une de forma identitária e se contrapõe aos “antigos do nariz-de-cera” ou aos “bêbados, incultos e boêmios” do jornalismo sensacionalista e popular, ambos da época anterior às reformas.

Acreditamos então que as noções de trajetória e geração nos permitirão, a seguir, analisar de forma mais efetiva os efeitos das múltiplas convivências e dos padrões de sociabilidade vividos por Carlos Castello Branco. Como a geração não é necessariamente etária, ela se constrói no convívio, se torna mais inteligível para nós como na modernização de 1950 havia antigos jornalistas engajados (como Pompeu de Souza, Alberto Dines e Danton Jobim, que já eram veteranos)⁶⁵ bem como novos repórteres, que de focas passariam a célebres jornalistas (como Jânio de Freitas, Zuenir Ventura e, embora já com uma certa experiência anterior, o próprio Carlos Castello Branco) que já estavam ocupando cargos de relevo no interior do jornalismo, apesar de jovens.

3.1. Autoridade e representação

A trajetória do colunista e seu capital acumulado nos diferentes campos são elementos fundamentais para sua constituição enquanto autoridade jornalística. Ao observarmos a trajetória de Carlos Castello Branco, é possível percebermos que ele ocupa uma posição social que permite que ele tenha um raio de ação, uma autoridade para constituir um conjunto de representações dentro da realidade social. Segundo Durkheim (1970), a própria sociedade é pensada como uma autoridade moral.

“A autoridade moral é uma realidade psíquica, uma consciência, porém mais alta e mais rica que a nossa e da qual percebemos que a nossa depende. (...). É da sociedade que nos vem tudo que é essencial à vida mental. Nossa razão individual é e vale tanto quanto essa razão coletiva e impessoal, que é a ciência, fato social por excelência, tanto pela maneira com a qual é criada como pela maneira pela qual se conserva. (...) É à sociedade que devemos nosso domínio sobre as coisas, o que faz parte de nossa grandeza” (DURKHEIM, 1970: p. 90).

A sociedade é uma autoridade moral que obriga os indivíduos a seguirem determinadas regras e parâmetros, sujeitando-os a normas de conduta. Mas esta supremacia não é uma imposição física, e sim desta autoridade moral da qual a

⁶⁵ Importante frisarmos que Alberto Dines, na década de 1950, tinha seus vinte e poucos anos enquanto Danton Jobim, por exemplo, já estava com mais de quarenta. Jobim nascera em 1906 enquanto Alberto Dines e Jânio de Freitas, responsáveis pela terceira fase da reforma do *JB*, por exemplo, nasceram no ano de 1932. Apesar da discrepância de idade, Alberto Dines já era considerado um veterano da geração de modernizadores. Por isso afirmamos que a noção de geração não perpassa necessariamente pelo caráter etário.

sociedade está investida (Idem, Ibid.). Entretanto, no interior da própria sociedade, existem outras autoridades morais, sendo possível aos indivíduos nela inseridos reconhecerem essas autoridades.

“Diz-se de um sujeito, individual ou coletivo, que ele inspira respeito quando a representação que o exprime nas consciências é dotada de tal força que, automaticamente, suscita ou inibe atos (...). Quando obedecemos a uma pessoa em razão da autoridade moral que lhe reconhecemos, seguimos seus conselhos, não porque nos pareçam sensatos, mas porque é imanente à idéia que fazemos dessa pessoa uma energia psíquica de um certo tipo, que dobra nossa vontade e a inclina no sentido indicado” (Idem, Ibid: p. 212).

Podemos pensar a existência de um processo de constituição da autoridade de um determinado agente, que faz com que seu discurso seja influente na sociedade. A autoridade age como uma fonte de conhecimento codificado que orienta as pessoas acerca de padrões adequados de ação (ZELIZER, 1992). A questão é como os indivíduos representam esta autoridade que recomenda e prescreve atitudes (DURKHEIM, 2000). Ou seja, ao estruturar os modos de compreensão da realidade que são compartilhados, a autoridade é gerada pelos indivíduos que dão sentido a ela. Ao mesmo tempo, a autoridade cria uma comunidade entre as pessoas que compartilham noções semelhantes.

Neste sentido, Barbie Zelizer (1992) adota o conceito de autoridade cultural como um constructo da própria comunidade. Para a autora, a autoridade é importante não apenas pelo efeito que exerce sobre o público, mas também pelo efeito sobre os comunicadores. A autoridade cultural auxilia os jornalistas a utilizarem suas interpretações dos eventos públicos de modo a se constituírem em comunidades autorizadas. Daí constitui-se a autoridade jornalística: a capacidade dos jornalistas de se auto-afirmarem como porta-vozes legitimados e confiáveis da “realidade”.

A autoridade jornalística seria um caso específico de autoridade cultural na qual os jornalistas determinam o seu jeito de apresentar interpretações legítimas acerca do mundo. (ZELIZER, Ibid.: p. 1-13). A autoridade jornalística se constrói, segundo a autora, no contexto das práticas jornalísticas, através dos recursos que os jornalistas têm - sendo estes recursos tecnológicos, narrativos e institucionais. A autora nos mostra como as narrativas jornalísticas no caso do assassinato do presidente Kennedy

funcionam para construir a autoridade dos jornalistas norte-americanos, pois estes se colocam como participantes na História, e não como meros observadores (Idem, Ibid.: p. 19). As questões acerca do poder e da autoridade tornam-se desafios diretos para os jornalistas e sua autoconstrução como profissionais. Para efeitos de nossa pesquisa, é importante pensarmos que não só as formas narrativas ou a instituição na qual o jornalista está inserido referendam sua autoridade jornalística, como também, no caso de Carlos Castello Branco, a trajetória do jornalista nos campos jornalístico e político.

Podemos dizer que é por estarem imbuídos desta autoridade – legitimada pela própria comunidade jornalística – que os jornalistas se colocam como “representantes do público” ou “porta-vozes da realidade”. Ao construir sua autoridade, os jornalistas se auto-referenciam como intérpretes privilegiados da realidade. Da mesma forma, como vimos, para além dos próprios jornalistas, a autoridade é referendada pelos demais indivíduos da sociedade, que dão um caráter representativo à autoridade. A forma como os indivíduos significam uma determinada autoridade dentro da sociedade está no âmbito da representação.

Desta forma, ao conferir um tipo de poder simbólico (BOURDIEU, 2010) a uma autoridade jornalística, permite-se que esta autoridade se coloque em um lugar de representação das demandas sociais. Este lugar é construído pelos próprios jornalistas, que se auto-configuram como representantes do público, mas de certa forma também é um lugar de autoridade aceito pelos demais membros da sociedade, que referendam simbolicamente esta autoridade.

O conceito de representação é complexo, possui pluralidade de sentidos e é historicamente recente. Podemos pensá-lo em torno de dois eixos: representação cultural/simbólica e representação no sentido de delegação de poder. O primeiro se encontra no âmbito do que Émile Durkheim apresenta como representações coletivas que fundam a realidade social. Para o autor, representação é tudo aquilo que, afetando a mente ou emanando dela, é capaz de fixar-se com menor ou maior grau de estabilidade (DURKHEIM, 2000). As representações coletivas são derivadas do fenômeno de associação entre os homens. É produto da própria maneira como a sociedade constrói significação. Para o autor, os elos entre os homens geram periodicamente novas representações coletivas que são imediatamente encarnadas em um símbolo.

Neste sentido coletivo, como visto ao tratar da questão da autoridade, é possível pensar a questão da representação como um processo de ancoragem.

“Ancorar uma representação coletiva consiste na atividade de enraizá-la no espaço social para que dela se possa doravante fazer um uso cotidiano. É a ancoragem que permite a utilização concreta e funcional da representação social de algum objeto” (CARDOSO, 2007: p. 46).

Na ancoragem se coloca uma representação coletiva do espaço social, na qual é possível aos grupos sociais fazerem usos cotidianos, somando a quadros anteriores de referência (classe ou grupo social, outras representações, ideologias, crenças, valores, entre outras). Esta ancoragem serve, muitas vezes, aos interesses de grupos específicos (Idem, Ibid.). Para pensarmos a questão da autoridade jornalística esta noção é relevante, pois os jornalistas, através de suas narrativas, se auto-legitimam como representantes sociais. No Brasil, o jornalismo tenta através de suas narrativas normatizar as práticas dos demais grupos sociais, atuando como um “poder moderador” - no sentido de arbitrar a disputa entre os poderes, produzindo interpretações da realidade e assumindo o compromisso político de construção de um consenso (ALBUQUERQUE, 2000).

Dentro desta proposta, é possível pensarmos a *Coluna do Castello* como um espaço de interlocução no qual há um esforço para arbitrar as disputas entre as diferentes concepções de abertura política existentes entre as elites brasileiras. A autoridade jornalística de Carlos Castello Branco, construída em sua trajetória e sua conseqüente representação como “*o jornalista político mais respeitado do Brasil*” (REGO, 2009: p. 27) o colocam em um lugar simbólico de mediador, onde sua narrativa estabelece uma espécie de elo entre os agentes de governo e as elites interessadas na condução do processo de transição negociada.

Devemos ter em mente que o representante é um mediador político, que age pelo conjunto de indivíduos. O caráter de mediação embutido na noção de representatividade, de maneira geral, é fundamental para se entender também o caráter de representação da imprensa. O jornalismo é um grande mediador, que se coloca como um representante dos interesses do cidadão no governo. Isto em geral é auto-referenciado pelos próprios jornalistas, que freqüentemente se auto-legitimam como aqueles que “falam em nome do público”. Esta premissa do lugar de representante do

jornalista também é, de certa forma, uma entrega do poder de atuar, uma alienação do poder, no sentido da representação enquanto delegação. “*por sua capacidade de construção das representações do mundo social, o jornalismo precisa ser entendido também como uma esfera de representação política*”. (MIGUEL, 2001: pp. 61 e 62). A imprensa assume o lugar de representação das diferentes vozes da sociedade no debate público:

“Nas sociedades contemporâneas, eles [meios de comunicação de massa] detêm o quase-monopólio da difusão de informações, de discursos e representações simbólicas do mundo social. (...) é evidente que a mídia passa a desempenhar uma função-chave. E se trata de uma função representativa. (...). Entender o jornalismo como uma esfera de representação política é entendê-lo como espaço privilegiado de disseminação das diferentes perspectivas e projetos dos grupos em conflito na sociedade” (MIGUEL, 2001: p. 64).

Neste sentido, o papel do colunista político Carlos Castello Branco é de mediação, de agência, e não um mero papel reprodutor ou provedor de informações. Os meios de comunicação de uma maneira geral, não apenas refletem passivamente as agendas para os discursos políticos como também ajudam a estabelecê-las (GITLIN, 1980). Ainda há um capital de função atrelado a Carlos Castello Branco, relacionado à sua notoriedade pessoal, conquistada em sua trajetória, como observaremos adiante.

Importante ressaltarmos que apesar do jornalismo brasileiro reivindicar para si este papel legítimo de representante do público, ele não representa de fato a diversidade social, e sim os grupos de classe média e alta escolarizados. O jornalismo acaba por representar “*os mesmos setores que já se acham representados nos outros espaços de poder do país*” (MIGUEL, 2001: p. 70). Neste sentido, a representação a qual o jornalismo brasileiro se pretende é, na verdade, uma representação de elites, como viemos abordando nos capítulos anteriores. Embora o jornalista brasileiro freqüentemente se coloque como porta-voz autorizado do público, é uma perspectiva de elite que acaba por ser abordada. Poderemos perceber estas nuances através de um exame da *Coluna do Castello*. Castello, nascido e formado na elite do Piauí, identificado com a elite mineira nos anos do Estado Novo, com a elite carioca na década de 1950 e, desde a juventude, com a elite política nacional. Sua perspectiva nunca fora popular.

3.2. A trajetória de Carlos Castello Branco

3.2.1 De foca a profissional

Carlos Castello Branco nasceu no dia 25 de junho de 1920 em Teresina, no Piauí. Filho do desembargador Christino Castello Branco e de Ducilla Santana Castello Branco, nasceu no seio da classe média brasileira. Segundo o próprio, fazia parte das “boas famílias” do Piauí (CASTELLO BRANCO apud RUFINO LEAL, 2011: p. 38). Passou a infância e a adolescência cercado por intelectuais piauienses. Podemos dizer que, desde a juventude, Carlos Castello Branco possuía trânsito privilegiado entre a intelectualidade.

“Na infância e adolescência Carlos Castello Branco viveu rodeado de intelectuais. No discurso de posse na Academia Piauiense de Letras (APL), em setembro de 1984, ele lembrou aqueles tempos através de amigos e familiares que ajudaram a formar a APL: ‘A casa de meu pai, as de meus tios e primos eram uma extensão desta Academia, cujos fundadores conheci quase todos e com a maioria deles convivi na intimidade da família (...)’. O fundador da APL, Lucídio Freitas, era primo do pai de Castello” (RUFINO LEAL, 2011: p. 42).

Também teve trânsito pela intelectualidade mineira. Carlos Castello Branco mudou-se em 1937, aos 16 anos, para Belo Horizonte – estudar na região Sudeste era comum para os filhos das famílias nordestinas de classes mais altas. Em 1939, ainda em pleno Estado Novo, ingressou na Faculdade de Direito de Minas Gerais. Enquanto cursava o bacharelado, ainda muito jovem, começou a trabalhar como repórter de polícia no jornal *O Estado de Minas*, pertencente à cadeia dos Diários Associados. Suas atividades como jornalista foram se intensificando⁶⁶ e ele veio a tornar-se subsecretário de redação do jornal, ligando-se à nova geração de escritores e intelectuais mineiros. Em artigo para a revista *Veja*, em 1977, Carlos Castello Branco narrou a juventude em Minas Gerais - posicionando-se contrário à ditadura e as torturas do governo de Getúlio Vargas - e como tomou contato com os principais expoentes do estado:

Somente em 1943, com a modificação do quadro internacional, passando os aliados à ofensiva, é que os liberais brasileiros, cujo protesto se

⁶⁶ O próprio Carlos Castello Branco narrou sua progressão dentro do *O Estado de Minas*: “No jornal, depois da passagem pela reportagem policial e pela reportagem geral, estaria em pouco tempo incumbido de preparar três páginas diárias de noticiário de guerra, o que me dava conhecimento minucioso de todas as batalhas. Altas horas da madrugada, companheiros me visitavam na redação para saber como evoluíam as pinças em torno de Estalingrado” (VEJA, 9 nov. 1977: p. 33).

restringia a manifestações quase clandestinas, passaram a colaborar mais ativamente nas ações contra o Estado Novo. Era a época em que se preparava o **Manifesto dos Mineiros e em que Milton Campos começou a ajudar os estudantes redigindo manifestos que distribuíamos em panfletos. A ele e a Pedro Aleixo liguei-me desde aquela época (...)** (CASTELLO BRANCO In: VEJA, 9 nov. 1977: p. 34, grifo nosso).

Em 1944, tornou-se secretário da Agência Meridional de Notícias, em Belo Horizonte⁶⁷. Com o fim do Estado Novo de Getúlio Vargas em 1945, aproximou-se da União Democrática Nacional (UDN). Embora Carlos Castello Branco tivesse relações com as principais personalidades mineiras que organizaram o partido no estado, não chegou a se engajar nele. No entanto, o jornalista se colocava como “liberal” e a simpatia à UDN era explícita (GRINBERG, 2011). Esta perspectiva de engajamento udenista era clara pela própria maneira como o colunista percebia os demais partidos após o fim do Estado Novo: “*O ditador (Vargas) organizou sua herança, todavia, em dois partidos, um conservador e rural, o PSD, chefiado pelos interventores da ditadura, e o outro populista e urbano, o PTB*” (VEJA, 9 nov 1977: p. 34).

Ainda em 1945 foi contratado como subsecretário de *O Jornal*, órgão líder da cadeia dos Diários Associados, tendo nele chegado a secretário-geral. Em 1948, deixou o cargo de secretário para trabalhar como analista de política no mesmo *O Jornal*. Foi nesta época que Carlos Castello Branco começou a publicar colunas assinadas e a intensificar seus contatos políticos. No mesmo ano, casara-se com Elvia Lordello de Melo, que também trabalhava como jornalista no periódico.

3.2.2 De “idiota da objetividade” a colunista

Em 1950, foi convidado por Pompeu de Souza para trabalhar como editor político no recém-remodelado *Diário Carioca*, tendo criado neste uma coluna intitulada *Diário de um repórter*. Segundo Castello, sua função era a de “*pauteiro-chefe de reportagem-copydesk*” (CASTELLO BRANCO apud CASTRO, 2006: p. 32). “*Pompeu de Souza percebeu que meu texto adotava as normas que ele queria no Diário Carioca.*

⁶⁷ Fora convidado por Carlos Lacerda, que era diretor da Agência Meridional de Notícias e também de *O Jornal*. Ambos pertenciam aos Diários Associados, assim como *O Estado de Minas*, onde Castello Branco iniciara a carreira.

Então, me convidou para ser editor político do Diário Carioca; me ofereceu um salário fora de pauta, fora dos padrões”. (Idem, Ibid.: p. 34). Como argumentamos anteriormente, Carlos Castello Branco figurava, então, na geração de modernizadores do jornalismo da década de 1950. A amizade entre Castello e a equipe do *Diário Carioca* era antiga e remontava à UDN, o que mais uma vez evidencia a circularidade política do colunista:

“A relação de amizade de Castello com a equipe vinha de bem antes do *Diário Carioca*, o Pompeu de Souza, por exemplo, era amigo de Castello desde a campanha da UDN, em 1945. Naquele ano, Pompeu de Souza costumava ir a Belo Horizonte, acompanhando as caravanas da UDN” (RUFINO LEAL, 2011: p. 51).

“No Rio, embora eu estivesse fazendo o jornal ‘por dentro’, tinha excelente relacionamento com os políticos mineiros. Conversava muito com o Gabriel Passos, com o Israel Pinheiro e com outros políticos. Um ano antes (1949) de ir para o *Diário Carioca*, passei a ser repórter político (...)” (CASTELLO BRANCO apud CASTRO, 2006: p. 34).

Em fins de 1952 e início de 1953, Carlos Castello Branco viajara por diversas vezes a São Paulo para cobrir, pelo *Diário Carioca*, a campanha de Jânio Quadros pela prefeitura da cidade. Foi neste período que o jornalista estabeleceu contato com os assessores de Jânio. Em 1953, Castello começou a trabalhar como editor na *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, e tornou-se correspondente político da *Folha de S. Paulo* e colaborador do *Estado de S. Paulo*. Neste período, já freqüentava a Câmara e o Senado.

“No período em que acumulou as funções de editor do *Diário* e da *Tribuna*, Castello costumava sair de casa às 5 e 30 da manhã para a *Tribuna da Imprensa*, que fechava as 13 horas, depois ia almoçar. A partir das 14 horas, freqüentava a Câmara dos Deputados e o Senado. Às 18 horas estava no *Diário Carioca*, trabalhava até as 23 horas, ia pra casa e recomeçava tudo no dia seguinte” (RUFINO LEAL, Ibid: p. 52).

Em 1954, saíra da *Tribuna da Imprensa* e fora para a revista *O Cruzeiro*. Ao mesmo tempo, manteve seu trabalho no *Diário Carioca*. Nesta época, Castello Branco já tinha grande circularidade entre os políticos e adquiria informações de sobra para trabalhar nos dois veículos: “*Como eu tinha muita convivência com os políticos, trabalhava com abundância de informações. Eu fazia uma seção no Diário Carioca, as*

quatro páginas de O Cruzeiro e ainda sobrava matéria” (CASTELLO BRANCO apud RUFINO LEAL, Ibid: p. 53) Trabalhou na revista até 1963, afastando-se durante o ano de 1961 para ingressar, como secretário, no governo presidencial de Jânio Quadros.

A intimidade com políticos, as redes de sociabilidade e o trânsito nos bastidores do poder já existiam antes de seu ingresso como secretário de imprensa do governo. Em 1959, Carlos Castello Branco fora a Istambul e conversara com Jânio Quadros a respeito de sua candidatura à UDN para concorrer às eleições. Acompanhou o político até Israel onde, num cair de tarde, sentaram-se no bar do hotel. Jânio interrogara Castello sobre deputados que o político conhecia pouco:

“Ele lembrava os nomes e eu respondia com a liberdade e a maledicência permitidas pela gratuidade da conversa. Havíamos descido do Amazonas ao Rio Grande do Sul.

– Que pensa do Ferrari? – perguntou. Com cruel exagero respondi:

– Um débil mental.

Jânio, nesse instante, tinha à mão uma garrafa de cerveja e começava a deitá-la no copo. Suspendeu o gesto, sorriu e observou, no seu sotaque escandido:

– Coincide” (CASTELLO BRANCO, 1996: p. 94).

Em 1961, com a posse de Jânio Quadros na Presidência da República, foi convidado para ser secretário de imprensa do governo, mudando-se para Brasília. Segundo o próprio Carlos Castello Branco, este período possibilitou seu enriquecimento profissional e a aprendizagem de *“como funciona a coisa dentro do palácio do governo”* e conhecer *“quem tem importância e quem não tem”*⁶⁸.

“Eu trabalhava muito, intensamente, no Palácio, depois ficava com o Zé Aparecido até as dez e meia, onze horas da noite. E às vezes a gente saía para missões políticas. **O diálogo entre o Jânio e o Jango era através do José Aparecido, e eu o acompanhava à casa do Jango na Granja do Torto, ficava lá até altas horas, bebendo uísque e conversando com Jango. Às vezes vinha o Brizola. Era politicamente muito interessante aquela intimidade do poder.** Foi muito útil do ponto de vista de entender o processo político” (CASTELLO BRANCO apud ZARVOS, 1986, grifo nosso)⁶⁹.

⁶⁸ Retirado do verbete Castello Branco, Carlos. FERREIRA, Marieta de Moraes. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós- 1930. FGV-CPDOC.

⁶⁹ In: **Castello 50 anos de jornalismo**. Entrevista cedida à Adriana Zarvos, em 1986. Editada por Luciano Trigo. Disponível em: <http://www.carloscastellobranco.com.br> acessado em 20 de maio de 2013.

3.2.3 Colunista consagrado, sindicalista e Imortal

Com a renúncia do presidente Jânio Quadros em agosto de 1961, Carlos Castello Branco foi convidado para assinar uma coluna política para a *Tribuna da Imprensa*. Em 1962, foi convidado a transferir a coluna para o *Jornal do Brasil* e chamado para organizar e chefiar a sucursal do jornal em Brasília, mantendo a coluna diariamente. Iniciava-se em janeiro de 1963, no *Jornal do Brasil*, a *Coluna do Castello*. Durou 30 anos, encerrando-se apenas em 1993, quando Castello falecera.

Alberto Dines relatou o momento em que sentara com Castello, em 1962, quando da transferência da coluna para o *JB*, para discutir o seu formato:

“(…) se o noticiário político começava na página dois, seria lógico lá ancorar a nova coluna. Então, qual o nome? Castelo lembrou de um combativo jornalista americano, Max Lerner, cujos artigos eram distribuídos a dezenas de jornais sob a rubrica The Max Lerner Column.

Sapequei: "Coluna do Castello". Ele titubeou, assustado com a perspectiva de ver o seu nome em título. Acabou aceitando. Não por vaidade mas porque percebeu que ensaiava-se uma nova experiência, o jornalismo de autor.

Foi um sucesso a partir do primeiro dia. **Castello encontrou imediatamente a entonação apropriada - informação de bastidores combinada à análise personalizada, distanciamento crítico e malícia**” (DINES In: *Jornal do Brasil*, 24 jun. 2000, grifo nosso).

Declaradamente anti-comunista, apoiara o golpe civil-militar de 1964, o qual pregava desde 1963:

“Quando, em março e abril de 1963, logo após a instalação do novo período legislativo, o deputado Leonel Brizola assinou prazo ao Congresso Nacional para votar as reformas de base, sob ameaça de, em caso contrário, ir procurar em outros caminhos a solução da crise brasileira, iniciava-se entre nós a pregação ostensiva da revolução” (CASTELLO BRANCO, 2007: p. 27).

Embora posteriormente criticasse certos aspectos do regime militar que se instaurou, não percebeu o golpe e o regime – que chamava de Revolução⁷⁰ - como ilegítimos. “Apoiou o golpe contra Goulart. Mas na cassação de Juscelino Kubitschek, meses depois, decretou: “A revolução sectarizou-se definitivamente’.” (CORRÊA, 1993: p. 93). Castello Branco apontava em uma das últimas colunas que escrevera antes do golpe, em 29 março de 1964, já *Coluna do Castello*, a disposição do presidente João Goulart em passar por cima das instituições para promover reformas, assumindo tom declaradamente crítico:

“O Presidente João Goulart, na medida em que se regozija com seu triunfo e em que constata a força das chamadas organizações de base que o sustentam no Governo e o estimulam a quebrar o restante das estruturas políticas, sociais e econômicas, não deixa de revelar certa ansiedade pelas eventuais reações do sistema que a crise naval demonstrou estar em colapso” (CASTELLO BRANCO In: JB, 29 mar. 1964).

Além disso, alguns dias antes, o colunista alertava o perigo da união entre o presidente João Goulart e os comunistas, colocando como problema a tentativa de mobilização das massas neste processo – o que para o colunista seria um radicalismo, demarcando certa posição elitista:

“Atrair as massas, portanto, mediante impactos emocionais, para colocá-las no centro das decisões políticas, radicalizando o processo sem que o seja expressamente por estímulos diretos do Chefe do Govêrno, seria caminhar no rumo de soluções de fato que, dentro das dominantes

⁷⁰ No período analisado, só detectamos a palavra golpe para se referir a 1964, pela primeira vez na *Coluna do Castello*, em 1978. “A UDN é o Partido tradicionalmente golpista. Sua ascensão à vida legal decorreu do golpe de 1945, fruto de conspiração udenista. Depois seus chefes pregaram em vão o golpe contra a segunda posse de Getúlio Vargas e, a partir da aliança Juscelino-Jango, voltaram a pregar o estado de exceção e a eliminação, por golpe, da sucessão presidencial. Ao golpe de 1954, com amplo apoio nacional, mas armado pela UDN, seguir-se-ia, contudo, o golpe de 1955, em função do qual se estabeleceu o mais longo período de Governo civil no país e atrás do qual, no ostracismo, sobreviveram os udenistas civis e militares, os quais, depois da tentativa golpista de 1961, terminaram por aplicar o golpe com eficácia e durabilidade em 1964, a 31 de março” (CASTELLO BRANCO, In: JB, 19 set. 1978). Importante destacarmos que a UDN não era homogênea e Castello Branco era ligado a políticos da UDN mineira, de tom mais “liberal”, denominada grupo “Bossa-Nova” (DREIFUSS, Op. Cit.), enquanto a ala mais radical e conservadora, chamada “Banda de Música” (Idem, Ibid.) ficava a cargo de políticos como Carlos Lacerda, Bilac Pinto, João Agripino, entre outros. Em 1978, o colunista procura então se separar desta tradição golpista, colocando seu lugar de isenção em relação aos agentes políticos. Nossa interpretação é que Carlos Castello Branco, apesar de se auto-intitular “liberal”, era capaz de apoiar atos autoritários para “corrigir” a rota da democracia. Uma vez consertada, o autoritarismo não é mais necessário e por isso o colunista passa a criticá-lo em determinados momentos. Acreditamos que depois do AI-5 e do pacote de Abril de 1977, quando o poder e a memória do golpe passaram a ser disputados pela ala radical dos militares contra a chamada “ala da Sorbonne” (ou “castelista”), tudo mudou. Era preciso acentuar o autoritarismo de 1964 para se distanciar dos radicais e manter a redemocratização no caminho.

psicológicas do Sr. João Goulart, se traduziria numa transação entre as correntes em choques para a estabilização do Poder Maquilo que os intérpretes comunistas chamam de "ditadura consentida" do tipo introduzido por Sukarno na Indonésia.

A corrente comunista brasileira tem sua opção feita nesse sentido e seus porta-vozes habituais não escondem que, entre as hipóteses eleitorais colocadas, o partido lutará pela fórmula que permita a permanência do Sr. João Goulart no Govêno.

(...). O comício do dia 13 no Rio está sendo organizado popularmente na órbita das entidades sob influência dominante dos comunistas, o que realça a hipótese levantada de que nêle se projete o movimento continuísta" (CASTELLO BRANCO In: *JB*, 08 mar. 1964).

Durante o regime militar, desde o seu início, Castello já era um colunista de reconhecido prestígio e tido como primordial pelos próprios dirigentes militares. No primeiro governo militar, do Marechal Castello Branco, já exercia importante papel de mediação:

“No governo Castello Branco, o falecido senador Paulo Sarazate, que sempre foi muito correto nas informações, vinha freqüentemente me procurar para dar notícias. Quando eu hesitava, ele dizia: **‘Estou lhe procurando em nome do presidente, é importante que isto saia na sua coluna’.**” (CASTELLO BRANCO In: *Veja*, 27 dez. 1972: p. 5, grifo nosso).

Mas também sofrera sanções. Fora detido em função do AI-5, em 1968, suspendendo temporariamente sua coluna no período. O trecho a seguir também nos indica que apesar do espaço da coluna ser considerado “opinativo”, Castello dava notícias, o que nos faz compreender a coluna como um espaço híbrido, sobretudo durante o regime militar.

“Eu mantive minha coluna com o máximo de informações até o dia 14 de dezembro de 1968. No dia 15, fui preso e só voltei a 2 de janeiro. Então, por causa do AI-5, a coluna não podia dar notícias. Aliás, ao descobrir que só eu e o Otacílio Lopes estávamos presos em Brasília após a edição do Ato, cheguei a pensar que ele fora editado apenas contra nós. Pelas circunstâncias, deixei de usar a informação explícita para usar a informação implícita” (Idem, *Ibid.*: p. 3).

Mas apesar da restrição, não deixara de ser respeitado pelos governos militares. Em 1969, no início do governo do general Emílio Garrastazu Médici, mais um

manifesto de sua importância por parte da Presidência: “(...) quando Roberto Medici acabava de se tornar secretário do presidente da República, seu pai, recebeu-o [a Castello] com essa expressão bem-humorada, mas definidora: ‘O senhor é uma ferida que devo coçar todas as manhãs’.” (Idem, Ibid: p. 3). Em 1974, com a posse de Ernesto Geisel e com a abertura política, Castello “*ganhou mais liberdade para escrever, mas, em consequência, atraiu a fúria da linha dura que se opunha à democratização*” (PEREIRA, 2007: p. 11).

Podemos argumentar então que, na década de 1970 abarcada em nossa pesquisa, Carlos Castello Branco era um interlocutor privilegiado e reconhecido. As autoridades políticas e militares o prestigiavam e respeitavam. Sua trajetória, seu reconhecimento inclusive entre militares e sua localização em Brasília foram fundamentais para ele receber e atender aos pedidos de Hélio Doyle e Armando Rollemberg, militantes sindicais, para disputar a presidência do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Brasília em 1977. Sua eleição fazia parte de uma articulação de grupos de esquerda que acompanhava a movimentação sindical crescente no período e que no interior do jornalismo ganhou força e impulsão principalmente após a morte do jornalista Vladimir Herzog, em 1975.

No entanto, o colunista não possuía uma trajetória de esquerda⁷¹. Acreditamos que seu nome provavelmente foi escolhido para dissipar dissidências e enfrentar uma liderança de direita, cujo nome era do apreço dos militares e estava a 13 anos no cargo. Conforme Rollemberg, “*nós, aqui em Brasília, para surpresa geral, desbancamos, em 1977, o veterano Arnaldo Ramos, cujo grupo estava anos a fio – desde o golpe militar de 64 - no comando do nosso sindicato. Elegemos Carlos Castello Branco presidente*”⁷² (ROLLEMBERG, In: FENAJ, 15 set. 2006). Mas acreditamos que, ao mesmo tempo, o nome de Castello era aceitável para os militares, e por isso sua indicação e eleição foram viabilizadas.

⁷¹ “Carlos Castello Branco escreveu, durante grande parte de sua vida, com o país submetido à censura e ao arbítrio da ditadura militar. Democrata convicto, com trânsito entre políticos de todos os partidos, **Castelinho era um dos raros jornalistas que o regime militar não rotulava como esquerdista**. Mesmo assim foi preso em dezembro de 1968, logo após a decretação do AI-5. Voltou no dia 1º de janeiro de 1969, permanecendo nas páginas do JB durante os períodos mais duros do regime militar em virtude de sua habilidade e também das contradições do sistema. **Dentro do próprio governo, grupos liberais sempre trabalharam para que a Coluna do Castello não sucumbisse à censura**” (TAVARES, 2010, grifo nosso).

⁷² Depoimento de Rollemberg disponível em <http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=1310>, acessado pela última vez em 10 de junho de 2013.

Não focaremos em dados precisos do mandato do colunista à frente da entidade de classe⁷³, pois o importante para nós é mostrar que as formas de consagração e status do jornalista não se restringiram apenas a sua atuação *strictu sensu* como jornalista, mas também perpassaram a ocupação de cargos de natureza política.

Em relação à literatura temos algo idêntico. Castello Branco publicou uma série de livros como *Continhos Brasileiros* (1952); *Arco do Triunfo* (1959), *Os Idos de Março* (1964), *Introdução à Revolução de 1964* (1975); *Os Militares no Poder* (1º volume em 1977, 2º em 1978 e 3º em 1979) e *A Renúncia de Jânio* (1996), publicado *post-mortem*. Também não entraremos no mérito literário das obras, mas certamente elas permitiram ao colunista angariar status e credibilidade como analista junto aos pares e ao público⁷⁴, além do capital que agregou como escritor e jornalista com o seu ingresso na Academia Brasileira de Letras. Este é um reconhecimento do mérito que Castello teve em tentar traduzir o universo da política – não para um público geral, como argumentamos. Por isso, não é a qualidade literária que está em jogo.

O título de *Imortal*, as fotos com o fardão presentes no seu site⁷⁵, bem como as prisões e cerceamentos da ditadura à sua produção jornalística também são significativos do acúmulo de prestígio do colunista, o que certamente o ajudou a se tornar um referencial para os jornalistas mais novos, como Merval Pereira, cuja trajetória no campo, como colunista, é em parte similar e toma Castello como o “pai dos colunistas políticos”, como vimos anteriormente.

Apresentamos brevemente aspectos da trajetória de Carlos Castello Branco para que possamos entender como o jornalista se credenciou entre jornalistas, políticos e demais intelectuais. Em 1963, o já conceituado jornalista Carlos Castello Branco passou a escrever e assinar uma coluna no *JB*. Diariamente na página 2 do jornal⁷⁶, o colunista discorria sobre o contexto da época, analisava os fatos políticos e travava um diálogo com extratos específicos da sociedade brasileira. Quando ingressou no já reformado e também prestigiado *JB*, Castello Branco possuía um grande capital jornalístico e

⁷³ Castello emprestou o seu nome ao prédio da instituição e, segundo Rufino Leal (2011), o sindicato se tornou mais ativo, sendo implementado durante sua gestão o piso salarial de jornalista, em CR\$ 2.600, 00. Segundo a autora, Castello Branco agira durante o mandato como político, sempre procurando fazer conciliações.

⁷⁴ É visível a tentativa de Castello Branco em se consolidar como intérprete político sobretudo durante a década de 1970. A sua própria produção literária indica isto.

⁷⁵ <http://www.carloscastellobranco.com.br>, mantido pela filha Luciana.

⁷⁶ Encontra-se disponível na seção de anexos do presente trabalho a figura da página 2 do *JB* e a Coluna do Castello, edição de 9 de junho de 1979.

político, formado por sua trajetória desde a juventude entre os intelectuais piauienses e mineiros e, posteriormente, em nível nacional – inclusive através de um cargo político em um governo presidencial. Seu trânsito nos círculos de poder, percebido na narrativa de sua trajetória, foi amplo e, quando o colunista entrara no *JB*, já tinha intimidade com políticos e com os bastidores do poder.

Um exemplo disto é o trecho apresentado anteriormente, narrado por Castello, sobre sua associação, ainda na juventude e durante o Estado Novo, a Milton Campos. Este era uma das mais proeminentes figuras da UDN, por onde se elegeu governador de Minas Gerais e foi candidato à vice-presidência na chapa que elegeu Jânio Quadros⁷⁷, governo que Carlos Castello Branco veio a compor. Sua ligação íntima com a UDN é declarada e percebida em sua trajetória pessoal.

Argumentamos então que jornal e colunista reforçaram mutuamente seus prestígios⁷⁸ e capitais políticos, reverberando na autoridade do segundo como um especialista em análise política e na coluna como um lugar autorizado de fala. Defendemos também que parte significativa da trajetória do jornal e do colunista se confunde. O *JB* ganhou peso e densidade entre os grupos escolarizados com a reforma gráfica e discursiva que sofreu em meados dos anos 1950, quando boa parte dos jornais brasileiros se filiou aos princípios da objetividade jornalística consagrados no jornalismo norte-americano, como vimos no capítulo anterior. Carlos Castello Branco fez parte da geração de jornalistas cujo discurso de auto-referenciação contribuiu para legitimá-los e preservá-los na memória coletiva como reformadores e modernizadores do jornalismo brasileiro. Podemos dizer que a trajetória jornalística do colunista nos permite interpretar os modos como o jornalista acumulou prestígio e autoridade, elevando a importância do colunismo político em si.

Castello Branco possuía certo capital acumulado: um conjunto de relações políticas e jornalísticas, que foi sendo construído em sua trajetória de vida desde o Piauí e o tornou fundamental, fazendo-o ocupar um lugar central de mediação entre grupos articulados e a elite interessada em conduzir o processo de transição do regime

⁷⁷ Como em geral todos os pesquisadores da época costumam lembrar, a eleição para Presidente e Vice-Presidente era feita de maneira separada. Votava-se separadamente para os dois cargos. Por isso, apesar de Milton Campos ter composto a chapa udenista com Jânio Quadros, o vencedor, na votação, fora João Goulart - que se tornou o vice de Jânio.

⁷⁸ Como vimos no capítulo anterior, o prestígio era um grande valor na sociedade de corte e era símbolo de *status*, posição e autoridade (ELIAS, 2001).

autoritário para o regime democrático de forma negociada e sem sobressaltos, na lógica da modernização conservadora explicitada anteriormente (MOORE, Op. Cit.). A *Coluna do Castello* seria um exercício de fluência da representatividade dos grupos de elite, no qual o jornalista sinalizava no sentido de um consenso entre tais grupos.

Diante do exposto, podemos considerar Castello como um intelectual orgânico. Gramsci (1982) aponta para a existência de intelectuais que proporcionam homogeneidade a um determinado grupo social, além da conscientização de sua própria função, no campo econômico, cultural e político. Todo grupo social, então, traria organicamente consigo esta camada de intelectuais. Apesar dessa definição, não devemos cair na falsa noção de inexistência de conflitos - tanto na sociedade, de maneira geral, quanto entre os grupos de elite. Segundo o autor, todos os homens são intelectuais, mas nem todos desempenham na sociedade a função de intelectuais (GRAMSCI, 1982). Neste sentido, é possível considerarmos Carlos Castello Branco um intelectual orgânico, pois ele agia como um organizador do campo político e cultural, exercendo um papel de mediação entre forças e grupos distintos, atuando como um formador de consensos entre as elites no processo de transição negociada.

3.3 A Coluna do Castello

“É normal que as elites intelectuais e políticas se preocupem mais com o estado das instituições do que a massa do povo, convocada para defendê-las em períodos regulares quando participa do debate e, em princípio, dirime pelo voto a controvérsia. A teoria da representação se baseia precisamente na necessidade de selecionar representantes do povo que defendam os seus interesses e se preocupem com os temas que estão fora da rotina diária de trabalho de cada cidadão. O Sr José Bonifácio e o Sr Ulysses Guimarães são pagos para isso, para se interessarem por problemas dos quais o povo se afasta sob o império das suas obrigações cotidianas. Os escritores, artistas, professores, estudantes, jornalistas interessam-se por motivos diversos pelos problemas a que alude com certo desprezo o líder da Maioria. Seu tipo de responsabilidade para com a comunidade os obriga ao estudo das questões institucionais e à vigilância pelos interesses coletivos. Essa não é uma concepção elitista da política, mas uma observação realista (...)” (CASTELLO BRANCO In: *JB*, 27 fev. 1975).

Embora Carlos Castello Branco faça parte da geração das reformas e defenda o comprometimento com a objetividade e a isenção, seu lugar é um lugar de elite. Suas visões de mundo são as visões da elite intelectualizada. Seu olhar, como todo olhar, é parcial – pois se somos os Homens sujeitos, a objetividade e imparcialidade totais são inatingíveis. O jornalista pode argumentar que não está sendo elitista, apenas partindo de uma “observação realista”. Tentativa de empiria, objetivação: diríamos até eufemismo. O que não exclui sua perspectiva de que o povo não se interessa pela política como as elites se interessam. Por isso argumentamos que a *Coluna do Castello* não visa o grande público, a massa de leitores. Visa àqueles interessados em política, as elites. “*O povo não leva ninguém ao poder. Quem leva ao poder são os grupos dirigentes, os que detêm investimento e poder na mão. Estes põem e depõem governos*” (CASTELLO BRANCO apud CASTRO, 2006: p. 93).

É possível observarmos que sua postura evoca certa apatia das massas. Castello faz uma distinção entre escritores, artistas, professores, estudantes, **jornalistas**. Membros da classe média instruída. E a participação popular, as massas? Estas não estão interessadas no jogo político. Há uma descrença em sua autonomia e não é para elas que a coluna reverbera. Claramente, política não era para qualquer um. Segundo depoimento de Élvia Castello Branco, esposa do colunista, Castello “*não gostava de falar de política com quem considerava ‘amador’.*”⁷⁹

Outro caráter que apontamos como característica de elite da coluna é a prolixidade inerente ao estilo de Carlos Castello Branco. Ela é um elemento de distinção de Castello como colunista e aponta para o fato de que ele se dirige a um público mais sofisticado. Em outras palavras, o próprio estilo – por vezes empolado e prolixo– marca que o colunista escreve para um círculo restrito. Argumentamos que esta prolixidade, de certa forma, dá respeitabilidade a Castello Branco, em uma política de bastidores e em um momento ditatorial em que não existiam movimentos de massa.

Ao mesmo tempo, esse empolamento do texto é tributado também pela própria complexidade do processo. É como se a complexidade dos fatos exigisse uma complexidade do linguajar.

⁷⁹ O depoimento de Élvia Castello Branco sobre Carlos Castello Branco encontra-se disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/showNews/mem05072000.htm> acessado pela última vez em 10 de junho de 2013.

“Os fatos vão-se criando e as explicações se multiplicando, ganhando coerência ou clareza na medida em que os surpreendemos no seu aparecimento, no seu colapso, no seu ressurgimento, nessa permanente elaboração, fundada em contradições que nem sempre chegam a sínteses, que caracteriza a ação política” (CASTELLO BRANCO, 2007: p. 56).

A citação acima é extremamente prolixa. Qual é a natureza dos fatos políticos cotidianos? Ela é tudo, menos inteligível a um público mais geral. A ação política? Cheia de contradições que, provavelmente, alguém fora do círculo político não compreende. Com sua linguagem densa e circularidade restrita, a natureza dos fatos políticos parece não ser para qualquer um. E Castello Branco ratifica isto. Além disso, a densidade da citação, por si só, traz em si a marca do prestígio do colunista como um grande especialista em análise política. Condição que, até hoje, preserva em seus pares e no público. Mas que público?

“Na medida em que são válidas as previsões cronológicas sobre temas políticos que desbordem de imperativos legais, pode-se prever, a esta altura, que o projeto de uma ampla anistia política será encaminhado pelo Governo ao Congresso até o final do mês de junho. A votação de projeto dessa natureza deverá ser automática, a não ser que a Oposição, mal-informada sobre a eficácia dos seus movimentos de pressão, pretenda estender as discussões e ganhar tempo junto à opinião pública na defesa da extensão da medida aos terroristas, que serão expressamente excluídos” (CASTELLO BRANCO. In: *JB*, 18 mai. 1979).

Quem é a opinião pública? Quais setores a compõe? Enfim, a quem se dirige a coluna? O tom exaltado dirigido à oposição, acusada de ser mal informada sobre a capacidade de convencimento dos seus movimentos sociais, denota certa familiaridade e autoridade de Castello Branco com uma comunidade de leitores, certamente localizados dentro do Estado, mas com capacidade de transitar por setores da sociedade participante do diálogo com os militares responsáveis pela transição. Enfim, a coluna parece concentrar o interesse num um público variado, mas limitado de ativistas e militantes políticos.

Podemos dizer que a coluna se firmara como um lugar de interlocução com determinados grupos de dentro do Estado com outros localizados na sociedade civil. No trecho acima, o colunista foi um agente que estabeleceu marcadamente em seu discurso que o MDB agiria de maneira errada ao optar por votar contrariamente ao projeto de lei de anistia encaminhado pelo governo. Além disso, quando Castello mencionou os *“terroristas que serão expressamente excluídos”*, evidenciou sua postura em relação à

defesa do projeto governista para a anistia. Neste sentido, argumentamos que Carlos Castello Branco assumiu uma tarefa de mediação entre os líderes partidários – se dirigindo diretamente à elite política do país.

Acreditamos assim que a coluna de Carlos Castello Branco se revela um espaço fundamental de articulação e entendimento das formas de consagração, prestígio e atribuição de autoridade que atravessam jornalismo e política, nos permitindo apontar para os mecanismos de representação do próprio jornalismo como instituição política e da coluna como um espaço fundamental de mediação entre as elites engajadas no processo de transição.

Retornando à coluna que abriu nossa análise, de 27 de fevereiro de 1975, Carlos Castello Branco faz certa defesa do gradualismo anunciado pelo General Ernesto Geisel para a distensão. O colunista é favorável a certa ação reguladora, demarcando a cultura política de modernização conservadora da elite brasileira e a ideia de que a transição para a democracia deve ser realizada, mas sem colocar o processo em risco com radicalismos.

“(…) existe o ‘clima de compressão e coação’, o qual o Presidente Geisel pretende eliminar sem que o conseguisse ainda, mesmo porque seu programa de distensão é gradualista como aconselham as circunstâncias. Por mais que já se tenha corrido no caminho da normalidade, ainda é possível a ocorrência de fatos como o que se registrou domingo em Brasília, ao ser brilhantemente frustrada uma operação de seqüestro” (CASTELLO BRANCO In: *JB*, 27 fev. 1975).

O ideário do colunista é confuso em certos aspectos: se define como “liberal”, mas algumas de suas posturas contrariam esta auto-definição e demonstram condescendência com o viés autoritário caso tenha ação reparadora sobre o processo político. Pelo apoio que o colunista deu ao golpe de 1964, visualizamos uma crença de que uma regulação sobre a política por parte dos militares era necessária. O militar tem direito de reivindicar o poder e isto não é percebido por Castello como ilegítimo. Da mesma forma, a repressão é entendida como uma necessidade em determinados

momentos. O texto de Carlos Castello Branco não é necessariamente crítico ao autoritarismo: por vezes é quase um lamento pelo caminho que deve ser tomado ⁸⁰.

“Há duas declarações que não convém comentar. A atribuída ao Senador Jarbas Passarinho, de que é preciso popularizar o Ato 5, a qual certamente será desmentida. O ex-Ministro da Educação tem noção suficiente de história para saber por si mesmo que a Revolução Francesa, tendo feito largo uso da guilhotina, jamais tentou popularizá-la. A outra declaração, do Senador Paulo Guerra, deveria ter sido omitida em respeito à instituição a que pertence. Ela apenas prova o equívoco que deu a esse esperto mas pobre provinciano o acesso ao Governo do seu Estado e à manipulação dos instrumentos de Governo para se eleger senador. (...). Para compensar-nos desses dois equívocos, tivemos ontem a entrevista do Senador Teotônio Vilela que, com raro senso de disciplina para um arenista, soube repelir a nota oficial da Executiva Nacional do seu Partido de aprovação do ato presidencial cassando mandatos legislativos. Ao invés de ater-se aos termos do seu programa, aprovado pela Convenção de setembro, a Arena correu atrás do AI-5 para aplaudi-lo. O programa traça diretrizes da ação partidária, pela restauração do estado de direito, pela normalidade democrática com todas as suas implicações. A Arena não tem compromissos com a exceção e seu apoio ao Governo traduz a expectativa de que a Revolução cumpra o seu destino, conduzindo o Governo ao sistema democrático que é o princípio programático do Partido” (Idem, Ibid.: 30 jan 1976).

Além das questões que mencionamos anteriormente, no trecho acima Castello pauta o que se deve e o que não se deve fazer na política. Além de analista, o colunista se transforma em um dos atores do processo de distensão. Ele se utiliza de sua autoridade de intérprete (ZELIZER, Ibid.) para afirmar o que é certo e o que é errado nas declarações dos senadores Jarbas Passarinho e Paulo Guerra. Em seguida, utiliza-se da fala de um terceiro senador, Teotônio Vilela, para indicar que caminhos a ARENA

⁸⁰ “A reportagem sobre o estado da subversão tem implicações no quadro político nacional e é por isso que a examinamos aqui. Ela representa uma advertência aos que aspiram por uma normalização das instituições democráticas e pela consequente volta às franquias do estado de direito. **A guerra subversiva continua e continuará por algum tempo**, eis a conclusão a retirar-se dos dados referentes ao incentivo de assaltos nos últimos meses e dessa conclusão deve-se inferir que **o dispositivo revolucionário de segurança nada vê no quadro brasileiro atual que justifique o abandono de poderes discricionários e da suspensão das garantias individuais. A emergência prossegue, devendo portanto projetar-se sobre o conjunto da atividade política, a ser conservada no nível a que foram reduzidas. (...) O Ato n.º 5 continuará a comandar o processo não apenas no que se refere às operações de guerra subversiva como também como instrumento para assegurar os controles estendidos sobre o país. A hora ainda não é de examinar qualquer alternativa**” (CASTELLO BRANCO In: JB, 12 set 1971, grifo nosso).

deve tomar para se tornar algo como um “partido democrático de massas”⁸¹ e orientar o processo de distensão⁸² para que a “*Revolução cumpra o seu destino*”. Na análise de Castello, somente a ARENA poderia ter forças para construir um movimento autônomo com força moral para a Revolução se cumprir⁸³. Mas o colunista chama a atenção de que, para isso, a ARENA precisaria seguir o seu programa – claramente apontando a direção que o partido deve tomar.

Podemos então dizer que Carlos Castello Branco é um agente que tenta descrever um universo de funcionamento no qual ele próprio é uma das engrenagens, visando, no período da transição do regime autoritário, ao retorno de um estado de direito sem acentuar dissidências ou colocar o processo em risco. Neste sentido, é claro o motivo de sua coluna ter importância para os políticos e para o governo: ela é tributo da autoridade que Castello possui. O colunista é uma autoridade moral (DURKHEIM, Op. Cit.) e não possui necessariamente um padrão de escrita: o que vale é mais o **personagem** Carlos Castello Branco e o lugar fundamental que ele ocupa como **mediador** do processo político. Desta forma, argumentamos que Castello não é, de maneira alguma, um “*comentarista paradigmático da imprensa brasileira*” (RUFINO LEAL, Op. Cit.). Ele é um agente comprometido com uma agenda de transição sem sobressaltos e controlada pelas elites brasileiras e a *Coluna do Castello*, muitas vezes, revela certas vacilações e sutilezas deste processo.

3.3.1 Do boato à notícia: os rumores nos bastidores

Ainda sobre último trecho exposto por nós, vale comentarmos a questão em específico do senador Paulo Guerra. Castello repreende veementemente a sua postura, que incide sobre os usos dos instrumentos de governo para ele se eleger Senador - suscitando a ideia de que à “Revolução” recaiu práticas corruptas de acesso ao poder: “(...) *equivoco que deu a esse esperto mas pobre provinciano o acesso ao Governo do*

⁸¹ Mais à frente na mesma coluna, Castello argumenta que “*O êxito nacional da atuação do Senador Teotônio Vilela, que partiu do anonimato para uma projeção que alcança os mais variados grupos sociais, indica à Arena o caminho que o Partido deveria seguir para prestar serviços e cumprir sua missão*” (Idem, Ibid.).

⁸² “(...) *a Arena deveria ter percebido, (...), que ela e somente ela seria o instrumento para viabilizar a distensão e tornar possível a transferência de Poder dos militares para os civis*” (Idem, Ibid.).

⁸³ “(...) *desde que se transformasse no que o programa pretendeu que ela se tornasse: um movimento autônomo em relação à Revolução e com força moral para cobrar da Revolução o cumprimento dos compromissos assumidos em 1964 pelas Forças Armadas*”. (Idem, Ibid.).

seu Estado e à manipulação dos instrumentos de Governo para se eleger senador” (CASTELLO BRANCO, Op.Cit.).

Aqui é possível aproximarmos a *Coluna do Castello* dos libelos estudados por Robert Darnton (2012). Estes muitas vezes visavam a destruir a reputação de alguém, sobretudo através da difamação⁸⁴. Mas os libelos eram um ingrediente básico do sistema político do Ancien Régime francês e insuflavam o fenômeno da opinião pública, que vinha ganhando força (DARNTON, Ibid: p. 132). Muitas vezes os libelos eram produzidos por intelectuais da própria elite política francesa. Outra questão que Darnton expõe é a da multiplicidade de contatos dos libelistas, uma rede de sociabilidade pela qual as informações eram passadas - e desembocavam nas anedotas e histórias dos libelos. A esta cadeia de passagem de informação, chama de “ruídos públicos” ou, popularmente, boatos (Idem, Ibid.: PP. 335 e 336). Daí, “(...) *relatos sobre intriga em Versalhes, ditos espirituosos repetidos pelos colunáveis da época*” (Idem, Ibid.: p. 337).

O libelo tinha uma dimensão informativa, o problema é que o estilo de texto e a dissociação dos ideais da objetividade acabaram por distanciá-lo do aspecto factual e informativo com o qual o jornalismo profissional se identifica. Mas a dimensão da difamação e da ironia estão claramente presentes na fala de Castello em direção ao senador Paulo Guerra, o “*esperto mas pobre provinciano*”.

Acreditamos que a mesma dimensão do rumor, da difamação e da multiplicidade de contatos⁸⁵ e intrigas está presente na coluna de Carlos Castello Branco. Às vezes, até colocado em evidência: “*Escrevendo, tinha todas as licenças da língua portuguesa para furar reputações a sangue frio*” (CORREIA, Op. Cit.: p. 93). Da mesma forma, o

⁸⁴ “*Todos os dicionários franceses do Ancien Régime definiam libelle da mesma maneira: ‘uma obra contendo linguagem abusiva [injures], opróbios ou acusações contra a honra e a reputação de alguém’*” (DARNTON, Ibid.: p. 310).

⁸⁵ “*O presidente Fernando Collor, foi seu estagiário no Jornal do Brasil. (...) tinha um fraco pelo amigo José Aparecido, nomeado ministro das Relações Exteriores. (...). O presidente José Sarney era íntimo. (...). Na ditadura, em 1971, Castello teve em Roberto Medici, filho e secretário do presidente, um fã, no chefe do Gabinete da Casa Civil, João Leitão de Abreu, uma fonte de informação quase cativa, e no ministro da Indústria e do Comércio, Pratin de Moraes, um parceiro semanal da sua mesa de pôquer*” (CORREIA, Op. Cit.: p. 93). E mais: “*(...) e pode se vangloriar de que já não precisa perseguir os informantes, quase sempre eles é que o perseguem*” (Veja, 27 dez. 1972, p: 3). Estes são só alguns – e pouquíssimos, perto do trânsito que Castello possuía nos bastidores do poder – exemplos da rede de sociabilidade e multiplicidade de contatos do colunista.

boato estava presente. Em coluna de 21 de novembro de 1979, Carlos Castello Branco leva um desmentido de Tancredo Neves⁸⁶:

“A sua coluna no JORNAL DO BRASIL de hoje divulga que, pelas mãos do Ministro Délio Jardim de Mattos, fui levado até a Granja do Torto, insinuando um encontro que teria tido com o Presidente João Baptista de Figueiredo.

Mantenho, há muitos anos, as relações mais cordiais com o Ministro da Aeronáutica, que me honra com a sua consideração, mas, nos nossos encontros, lamentavelmente raros e espaçados, falamos, em termos altos, da situação do país, sem descermos, por motivos óbvios, aos temas de natureza partidária.

Quem lhe deu a notícia da minha ida ao Torto foi inexato e ilaqueou a sua boa fé, levando-o a publicar na sua respeitável coluna uma falsidade com a chancela do seu nome, que todos respeitamos e admiramos” (NEVES apud CASTELLO BRANCO In: JB, 21 nov. 1979).

Podemos dizer assim que a dimensão do bastidor, do rumor, reverbera no texto da coluna, assim como a variedade de contatos, mesmo que Castello haja no sentido de tentar dominar um pouco dos processos políticos da corte de Brasília. Castello recebera de alguém a informação acerca de Tancredo – na lógica do “ruído público”, passado por algum tipo de fonte – e creditou a este um encontro com o presidente Figueiredo⁸⁷. Este jogo de rumores também estava na base da aristocracia francesa e tinha a ver com as dissidências internas da própria corte (ELIAS, 2001). Acreditamos que a mesma questão se coloca no Brasil, em um momento em que as forças políticas buscavam se organizar para a transição e, ao mesmo tempo, geri-la, apesar das dissidências internas. Lembramos que no momento do desmentido, novembro de 1979, os ânimos encontravam-se exaltados em função do fim do bipartidarismo e das intensas disputas por legendas partidárias e afiliações⁸⁸.

⁸⁶ Na Coluna do Castello do dia anterior, 20 de novembro, o colunista dissera “(...)que a política federal, que estimulava a liderança do Sr Tancredo Neves, seja por intermédio do Sr Petrônio Portella, seja por intermédio do Brigadeiro Délio Jardim de Matos, que o levava até a Granja do Torto...”.

⁸⁷ Se Tancredo Neves de fato não foi ao Torto ou se apenas diz que não foi, não há provas. Mas é interessante percebermos que em qualquer das duas formas, o rumor está presente – a ponto de a simples informação gerar repercussão e, teoricamente, um desmentido.

⁸⁸ Como exemplo das tensões, trecho da coluna de 8 de novembro de 1979: “Após prolongado contacto com o Ministro da Justiça, **podemos avaliar a situação do projeto de reforma partidária como posta nos seguintes termos:** 1) As negociações estão em curso e somente depois de examinadas pelo relator, Senador Aderbal Jurema, todas as emendas, o Governo tomará suas decisões. 2) A intenção é, portanto,

No interior do jornalismo, há o discurso no sentido de abafar estas tendências ao rumor: “*Coluna não é lugar de fofoca. Pelo menos na avaliação de Ancelmo Goes. ‘Elas são um lugar de notícia’*” (EMERICH, 1997: p. 57)⁸⁹. Mas, ao mesmo tempo, uma coluna diária depende de uma produção continuada de notícia. No caso do colonismo político, precisa das fontes do governo para ocupar estes espaços. Precisa de pessoas que se identificam em grupos. “*(...) a fofoca (...) nada mais é do que o nome genérico de algo feito por pessoas reunidas em grupos*” (ELIAS, 2000: p. 129).

“No entanto, existe uma microgeografia da fofoca. Inclui importantes instituições políticas. Cortes reais, como a Versalhes de Luís XIV, foram centros notáveis de fofoca na sua época. Hoje, assembleias como parlamentos ou câmara de deputados assumiram essa função, de modo que jornalistas geralmente freqüentam os chamados ‘corredores do poder’ a fim de ser os primeiros a transmitir os últimos escândalos políticos para um público mais amplo (...)” (BURKE, 2009: p. 217)

O que importa para nós com o depoimento de Goes é perceber a constante tentativa dos jornalistas de se dissociarem da dimensão do rumor e da fofoca. Mas por que uma notícia não pode surgir do rumor? Por que a fofoca não pode conter um fato? Por que, ao invés “*da notícia ao ‘boato’*” (EMERICH, Ibid.: p. 23), não podemos ter o caminho do “boato” à notícia? Se, como expusemos no capítulo anterior, notícias são construções culturais forjadas de diversas formas no decorrer da História (DARNTON, Ibid.), por que os libelos franceses do século XVIII não teriam notícia e por que a lógica noticiosa de uma coluna política diária não teria o rumor inerente à informação colhida em bastidores, que era compreensível a poucos?

Norbert Elias (Ibid.) foi um dos primeiros a entender a fofoca em seu caráter sociológico, mostrando que ela não possui apenas caráter depreciativo, como o senso comum costuma entender, mas também caráter elogioso – e as duas dimensões são

negociar para compor um projeto aceitável pela maioria e que possa tramitar sem recurso ao expediente constitucional do decurso de prazo. 3) O MDB não negociará, salvo frações reduzidas deste Partido, embora se preveja que, depois de votado o projeto, os cautelosos se precipitem na busca de recuperar o tempo perdido. A negociação visa a reduzir as restrições dentro da Arena. (...)” (CASTELLO BRANCO, In: JB, 8 nov. 1979, grifos nossos) E assim Castello segue enumerando o processo de reforma partidária e revelando parte do jogo de forças e disputas desta etapa do processo de transição – e nos revelando que a nova fórmula partidária para a democracia foi negociada. Importante também ressaltarmos o papel de analista fortemente incorporado por Castello.

⁸⁹ Importante ressaltarmos que a frase refere-se ao *Informe JB*, coluna de notas. A lógica da produção da nota é diferente da *Coluna do Castello*. A produção da nota é mais suscetível, de fato, à fofoca – por conter mais informação picotada – do que uma coluna mais longa e enredada com a marca do autor, como a *Coluna do Castello*. No entanto, esta também não foge desta dimensão.

inseparáveis estruturalmente (ELIAS, Ibid.: p. 121). A diferença é que a fofoca elogiosa em geral é sobre os grupos com o qual o(s) indivíduo(s) se identifica, e por isso muitas vezes nem a percebemos como fofocas. Mas se “*Quanto mais exclusivo for um grupo, maior será a quantidade de fofoca dentro dele*” (GLUCKMAN apud BURKE, Ibid.: p. 218), nos parece óbvio que a corte política de Brasília e sua circularidade restrita a poucos seria um lugar por excelência para o exercício desta prática⁹⁰ – que incide diretamente nas informações e na produção da coluna política. Afinal, também parece familiar aos bastidores do poder “*(...) redes de indivíduos cuidando de seus interesses e usando a fofoca e a manipulação de informações para causar uma boa impressão ou para competir com rivais de outras maneiras*” (Idem, Ibid.: p. 218).

Obviamente há também um apagamento deste uso “nefasto”⁹¹ no processo de produção jornalística de Carlos Castello Branco e toda a sua associação à modernização do jornalismo. Mas embora o colunista seja um “filho” da objetividade jornalística, ele foge destes parâmetros. Ao mesmo tempo os evoca, sobretudo para marcar seu lugar de intérprete isento⁹²:

“Quanto ao núcleo da questão posta pelo Sr Célio Borja, em resposta a hipóteses por mim levantadas, lembraria apenas ao honrado representante do Rio de Janeiro que, **mesmo quando me aventuro a especulações e à formulação de hipóteses, não esqueço a lição segundo a qual o jornalista deve partir da informação relativa a fatos concretos. A consciência não me acusa de ter, no caso em debate, me afastado dessa norma de trabalho profissional.** Não aponteí culpados, mas procurei identificar resíduos de um tipo de resistência, que o ex-Presidente Geisel atribuíu a ‘bolsões revolucionários, sinceros, mas radicais’”. (CASTELLO BRANCO, JB: 26 mai. 1979, grifo nosso).

Este trecho nos permite compreender também a circularidade da coluna. O colunista travava um diálogo direto com o deputado federal Célio Borja, da ARENA, partido de apoio ao governo militar. Mas, mesmo quando não está explícito a quem a

⁹⁰ Um bom exemplo foi dado por nós no início deste capítulo, ao tratarmos da trajetória de Castello. Citamos que, em 1959, Jânio Quadros tomava uma cerveja com o colunista enquanto comentavam um com o outro sobre políticos de todo o Brasil. Chamaram Fernando Ferrari (deputado pelo PTB, mas dissidente no partido e candidato independente à Vice-Presidência) de débil mental. Obviamente, isto não foi dito em sua coluna – e sim em depoimento. No entanto, os padrões de sociabilidade de Castello deixam clara sua atuação nos bastidores e incidem diretamente sobre sua prática jornalística.

⁹¹ Conforme discutimos no capítulo anterior, no projeto de modernização do jornalismo, há todo um discurso no sentido da objetividade e do distanciamento em relação ao sensacionalismo, a fofoca, etc.

⁹² Mais uma vez enfatizamos, como viemos defendendo no decorrer deste trabalho, que a divisão estanque entre “gêneros informativos” e “gêneros opinativos” não possibilitam uma análise densa desses espaços, que defendemos como híbridos.

fala se dirige, é possível percebermos a intenção do colunista em dialogar com elites políticas e agentes do governo. Neste sentido, argumentamos também que a *Coluna do Castello* é um espaço de múltiplas vozes – inclusive em função dos rumores e da dinâmica de bastidor. Algumas podem explicitamente visíveis; outras não⁹³. Carlos Castello Branco não é o único a falar em sua coluna, mas é um agente fundamental para compilar as vozes dos bastidores do poder. Tanto que, no trecho acima, também incorpora a noção de Ernesto Geisel sobre os militares mais “linha-dura” atrelados à repressão: “*bolsões revolucionários, sinceros, mas radicais*”.

3.3.2. A serviço da transição pactuada

Seguindo com o caráter de artífice do processo de transição negociada que imputamos a Carlos Castello Branco, outro exemplo de sua relevância entre a cúpula governamental pode ser observado a seguir:

“As idéias que ele [Deputado Célio Borja] definiu em entrevista recente são em parte **as idéias do General Figueiredo, transmitidas em conversa informal com alguns jornalistas**. Fim do Ato 5 e das cassações de mandatos, revisão das punições em lugar da anistia ampla, criação de estados de emergência ou de exceção menos drásticos do que o estado de sítio — sugestão a que se deve dar especial relevo, abertura do leque partidário. A extinção ao Ato 5 é uma reivindicação universal, a que resistem bolsões reacionários inscrustados nos círculos ditos revolucionários” (CASTELLO BRANCO, In: *JB*, 23 jan. 1978, grifo nosso).

Podemos assumir que o colunista possuía circularidade ampla entre o governo e as elites políticas, tanto que mais de um ano antes do general Figueiredo se tornar presidente (a coluna data de janeiro de 1978, com ainda um ano inteiro de mandato do General Geisel pela frente) o colunista já conversava informalmente com o futuro candidato à presidência e discutia questões relativas ao processo de liberalização, como o fim do AI-5. Mais uma vez, um ano antes do próprio Ato ser extinto, demarcando o lugar de interlocutor privilegiado e reconhecido que Castello possuía, no qual os

⁹³ Em outras palavras, seria o estatuto do *off*, a informação colhida nos bastidores mas não citadas entre aspas ou referenciada ao autor.

militares palacianos⁹⁴ o prestigiavam. Assim como fora chamado a dialogar para apoiar o processo de distensão à época da posse de Ernesto Geisel agora, no caso de João Figueiredo, mesmo um ano antes de sua posse, Castello é um interlocutor fundamental – E já está adiantando a pauta do próximo presidente.

No primeiro capítulo argumentamos ostensivamente sobre o caráter de pacto entre elites da transição brasileira. Além disso, mostramos que haveria certa lógica de exclusão de determinados agentes da agenda pública⁹⁵ no jogo político da liberalização no Brasil:

“O General Figueiredo é o juiz da oportunidade, pois ele parece entender que a sucessão de greves, em escala bem maior do que a prevista, desaconselha a atender reivindicações que iriam liberar para atuar no processo político alguns agitadores. Os serviços oficiais de informação estão convencidos de que notórios comunistas estão infiltrados nos movimentos de greve ou os suscitando. O Governo não pretende se opor às greves, mas deseja reduzir ao mínimo a interferência do fator político, do aliciamento subversivo infiltrado, segundo se alega, nas concentrações de trabalhadores” (CASTELLO BRANCO. In: *JB*, 22 abr. 1979).

Em primeira instância, o colunista está divulgando a perspectiva do serviço de informações. Está dando um aviso baseado em uma informação que colheu entre suas fontes nos bastidores. Como dissemos anteriormente, outras vozes ressoam na coluna para além da voz do próprio colunista – por mais que não estejam explicitadas, como é este último caso. A segunda questão que se coloca é a de que Carlos Castello Branco legitimava alguns agentes e excluía outros do processo político – e agendava esta exclusão. Que o general Figueiredo “parece entender”, é algo que Carlos Castello Branco pressupõe no trecho acima. Mas se não o fez, o faça agora, pois é clara a mensagem de que cidadãos indesejáveis não devem estar aptos a interferir na agenda da transição.

⁹⁴ É importante destacarmos que as Forças Armadas não são homogêneas e que as contradições internas do regime que se manifestaram por excelência dentro do aparelho militar de certa forma ditavam o termômetro dos processos políticos do próprio regime: sobretudo as tensões entre palácio (alta hierarquia governista) e a caserna (sobretudo os militares ligados à repressão). Para mais sobre as disputas nas Forças Armadas, ver MARTINS FILHO, 1995. Embora o trabalho do autor seja focado na crise sucessória do General Costa e Silva, acreditamos que é possível estender esta perspectiva para o momento da transição (também negociado entre os diferentes grupos militares). É a isso que Carlos Castello Branco se refere ao citar na coluna os “*bolsões reacionários*”: militares sobretudo ligados à repressão que tentam frear o processo de distensão política. O próprio General Ernesto Geisel declarou que alguns dos recuos em sua agenda de transição se davam porque era necessário “*dar pasto às feras*”, referindo-se à área mais exacerbada da linha-dura. (D’ARAUJO, Maria Celina & CASTRO, Celso (orgs), 1997: p. 390).

⁹⁵ Ver página 32 e ss.

Neste momento crítico que poderia oferecer ameaça potencial à condução do processo de transição moderada (no caso, o alastramento das greves em 1979), fica evidente a argumentação que fizemos anteriormente de que o colunista é agente político. A década de 1980 no Brasil contou com a presença de novos agentes contra-hegemônicos na esfera pública – e estes em geral se colocavam contra a proposta liberal-democrática das elites no que tangia a transição do regime. Então, era necessário limá-los do processo de negociação, o que já se pautava em 1979.

Além disso, Castello Branco faz nesta coluna uma defesa da posição dos órgãos de informações ao tratar das greves: “*Os serviços oficiais de informação estão convencidos de que notórios comunistas estão infiltrados nos movimentos de greve ou os suscitando*” (Idem, Ibid.). Se os serviços oficiais de informação estão convencidos, alguém informou a Castello, em *off*, desta convicção. E dela o colunista partilha, possibilitando-nos perceber seu lugar de elite e, mais uma vez, a circularidade entre membros do Estado.

Mas Castello Branco também visava a excluir agentes da agenda pública de outras formas que não a denúncia de órgãos de informação. Deslegitimava também através do discurso. Um grande exemplo é a maneira na qual o colunista, quando Lula começa a se tornar figura proeminente, em 1978, sempre buscava deslegitimá-lo. Primeiro, em várias das colunas em que Castello se refere a ele, chama-o de “Lula, o metalúrgico”. Às vezes, por mais de uma vez na mesma coluna. O tom pejorativo é visível. A insinuação de que Lula não teria intelecto suficiente para liderança política é praticamente posta às claras:

“Lula, o Metalúrgico, subiu ao estrelato político como expressão do novo sindicalismo. (...).

Ele tem falado com desembaraço, embora não se possa deixar de atentar para sua freqüente falta de nitidez quando ingressa nesse complicado mundo das idéias políticas. Como líder sindical, ele já disse ao que vinha e ganhou o respeito geral. Como eventual parceiro de um movimento político, permanece mergulhado em ambigüidades. (...).

Já é duvidoso, todavia, que, num regime em que se restabeleçam liberdades políticas, inclusive a de associação, se tranque ele dentro da idéia de fazer um Partido puramente de trabalhadores, coisa que não existe em qualquer parte do mundo (CASTELLO BRANCO. In: *JB*, 12 dez. 1978)

Primeiro, a visível ironia⁹⁶. O título da coluna é “Lula” e suas idéias políticas. Em seguida, *Lula, o metalúrgico*. A partir daí, a declaração que marca o lugar de elite intelectual de Castello Branco e o lugar de ignorância do dito metalúrgico: *“Ele tem falado com desembaraço, embora não se possa deixar de atentar para sua freqüente falta de nitidez quando ingressa nesse complicado mundo das idéias políticas”*. Daí prossegue acusando-o de mergulhado em ambigüidades, para fechar desencorajando a criação de um partido exclusivo de trabalhadores, afinal, isso é *“coisa que não existe em qualquer parte do mundo”*.

Em outra coluna, de setembro de 1978, Castello já havia colocado o mesmo problema:

“Quando um líder em ascensão como Lula, o metalúrgico, alude à intenção de formarem os trabalhadores o seu próprio partido político, **ele está excluindo, por via de consequência, a restauração do Partido Trabalhista de inspiração paternalista** e apoiado por alianças políticas de intenções identificadas. O Partido dos trabalhadores a ser criado refletiria a nova realidade operária e sindical do país. **Não estamos certos de que a criação de um Partido de classe seja o melhor caminho para solucionar problemas de uma sociedade tão mutável em sua estrutura e tão flexível como a nossa.** (...).

O MDB é um movimento que reúne forças díspares, mas é curioso observar que nele, como na Arena, não figuram operários na sua representação. **Pouco importa a tendência ideológica de alguns deputados e senadores. No fundo, o MDB e a Arena são Partidos estritamente burgueses. A criação de um Partido classista dos trabalhadores talvez não seja a solução.**

Os interesses sociais podem e devem ser representados e defendidos por instituições não exclusivistas que definam programas autênticos. É claro que se há banqueiros, proprietários rurais e empresários de todos os tipos **no Congresso, lá deverão estar também os trabalhadores, o que não deve ser interpretado como a afirmação de que somente o trabalhador pode definir seus próprios interesses.** (...).

O MDB como a Arena irão esfacelar-se depois da eleição de novembro. **Essa será a hora de agirem os líderes sindicais em favor da criação, com o apoio de intelectuais e de políticos experientes,** de um Partido que os represente com nitidez em questões sociais e políticas, de modo a fechar a porta aos aventureiros que fizeram e ainda fazem sua vida na base do **voto inocente dos trabalhadores**” (CASTELLO BRANCO. In: *JB*, 03 set. 1978, grifos nossos).

⁹⁶ Ao invés do escracho, forma mais comum dos libelos franceses, Castello usa o humor fino e a ironia. Mas a dimensão da difamação, como discutimos, está presente em sua coluna e o tratamento dispensado a Lula também é emblemático neste aspecto.

O trecho é longo, mas nos permite compreender uma série de nuances tanto da posição de Castello Branco quanto da conjuntura da transição. Primeiro, Castello usa a atuação de Lula e a reivindicação dos trabalhadores para alfinetar o trabalhismo do PTB. Ele mostra a distância existente entre 1978 e 1964 e insinua que uma agenda do trabalhismo controlada pelo Estado, como nos moldes do pré-1964, não seria aceita⁹⁷. Ele se usa de Lula para, estrategicamente, enfraquecer Brizola e criticar toda a pauta getulista e populista.

Mas, ao mesmo tempo, ele desencoraja mais uma vez a criação de um partido exclusivo de trabalhadores e explicita um caráter de mediação necessário: *“se há banqueiros, proprietários rurais e empresários de todos os tipos no Congresso, lá deverão estar também os trabalhadores, o que não deve ser interpretado como a afirmação de que somente o trabalhador pode definir seus próprios interesses”*. Claramente, Castello está dizendo que os trabalhadores devem ser representados, mas não por eles próprios. Afinal, a democracia massiva é perigosa. O argumento demofóbico do colunista no início de nossa análise deixou claro o tipo de democracia que o colunista almeja: a das elites.

A partir daí, Castello coloca a necessidade que existam intelectuais e políticos experientes. Ou seja, os trabalhadores sozinhos não seriam capazes de participar do jogo político. Eles precisam dos intelectuais e daqueles que possuem *expertise* política para que não caiam em armadilhas com seu *voto inocente*. Se por um lado Lênin exaltava a necessidade de intelectuais para que os operários não ficassem a mercê do espontaneísmo, Carlos Castello Branco demandava que políticos experientes e intelectuais deveriam auxiliar os líderes sindicais que, sozinhos, ficariam reféns de eventuais aventureiros.

Podemos dizer então que a *Coluna do Castello*, uma das mais importantes colunas políticas brasileiras, engajou-se no jornalismo conservador, em seu conjunto. A participação política não poderia ser pautada no espontaneísmo e as massas teriam que ser enquadradas. O caráter conservador e elitista de Carlos Castello Branco fica então

⁹⁷ Nesta coluna, Castello ainda argumenta que *“Essa atitude dos líderes sindicais revela a distância entre 1978 e 1964. E mostra as dificuldades que encontraria, hoje, o Sr Leonel Brizola de rearticular o PTB na base dos homens que o compunham antes do Movimento de 31 de março. Eram eles agentes de uma política operária dirigida pelo Governo federal ou comandada por métodos demagógicos, sem falar na incidência, nessa faixa, de uma aliança de demagogos e comunistas, que tanto se beneficiaram da confusão gerada ao longo do Governo de João Goulart”*.

evidente e a produção de sua coluna serviu ao pacto conservador engendrado na transição brasileira.

Isto não significa que Castello não criticasse o governo. Ao mesmo tempo em que se engajava na defesa de uma democracia elitizada, criticava os retrocessos dos governos militares. Na coluna de 29 de março de 1976, Castello atacava a censura ao balé russo Bolshoi – o que chama de sectarismo e cegueira – mas ao mesmo tempo argumenta *“deve-se continuar a crer na disposição do Presidente Geisel de realizar uma distensão política que nos poupe desse e de outros vexames”* (CASTELLO BRANCO. In: JB, 29 mar 1976).

Já após o “Pacote de Abril” de 1977, Castello Branco intensifica a crítica: *“É possível que uma ou outra das medidas que compõem o ‘pacote’ seja razoável ou aceitável. O conjunto, porém, é indefensável como técnica de organização de um sistema político que aspirasse a consolidar um caminho para a democracia”* (Idem, Ibid., 19 abr 1977) ⁹⁸. Como argumentamos anteriormente, Carlos Castello Branco acreditava que atos autoritários serviriam para corrigir a rota da democracia – e seu apoio e pregação a uma intervenção, como ocorrera em 1964, deixava isso claro. No entanto, uma vez consertada a rota da democracia, o autoritarismo não é mais necessário - e por isso Castello passa a criticá-lo em determinados momentos.

Mas apesar destas críticas, quando a condução do processo de abertura encontrava-se comprometida, o colunista atuava defendendo a postura do governo. Um bom exemplo deste caso é o episódio de 12 de outubro de 1977, envolvendo a demissão do Ministro do Exército, general Sylvio Frota. Este era um dos maiores expoentes dos setores mais radicais das Forças Armadas, e havia certa intenção de fazê-lo sucessor na presidência – inclusive entre civis. Na coluna anterior ao episódio da demissão, de 11 de outubro, Castello apontava a proeminência de Frota como possível candidato entre lideranças da Arena, o que mais uma vez deixava visível a informação privilegiada que o colunista possuía acerca das deliberações e conjunções dos bastidores do poder:

⁹⁸ Posteriormente, em coluna de novembro de 1978, Castello criticava certos recuos do governo Geisel: *“O que não deveria ter sido feito é a Lei Falcão, que silencia os candidatos e torna o uso da televisão e do rádio durante o período eleitoral privativo do Presidente da República. O que não deveria ter sido feito é o pacote de abril, que transformou de diretas em indiretas as eleições governamentais, que decorrem quase que como um ato de nomeação, e que assegurou à Arena a maioria do Senado pela prévia designação pelo Palácio do Planalto de um terço dos seus membros”* (CASTELLO BRANCO. In: JB, 07 nov 1978).

“A unidade militar pode não ter sido ainda quebrada, mas a unidade da Arena cearense, que se tinha como monolítica, à exclusão do Sr César Cals, promotor de prévias em favor do General Figueiredo, perdeu-se nesse episódio, que os políticos traduzem como escaramuças entre as candidaturas do chefe do SNI e do Ministro do Exército, este notoriamente apoiado pelo Sr Linhares e por algumas dezenas de outros deputados. O pretexto para as declarações do vice-líder cearense terá sido a carência da quarta estrela no ombro do General Figueiredo. Mas, afastadas as aparências, na realidade o que se começa a ver é uma tentativa de confrontação entre os que defendem a constitucionalização e os que defendem a continuidade revolucionária. Os nomes dos candidatos vinculam-se ou podem-se vincular a cada uma dessas posições” (CASTELLO BRANCO. In: *JB*, 11 out 1977).

O general Sylvio Frota era cada vez mais identificado com as aspirações da tropa. O general Figueiredo, com a abertura que causava repulsa em alguns setores mais radicais. Havia tensão entre diferentes grupos em relação ao processo sucessório – não só no interior das Forças Armadas como também entre civis, que diferiam quanto à sucessão. No feriado de 12 de outubro de 1977, em uma manobra que visava à garantia da continuidade do projeto de abertura e o caminho livre para a candidatura do general Figueiredo, o presidente Geisel demitiu Sylvio Frota. Seu afastamento contribuiu para a desarticulação de grupos mais radicais que se opunham ao projeto de abertura ou que visavam a brecá-lo.

Podemos dizer que, apesar de certos momentos de crítica ao governo, Carlos Castello Branco em geral apoiava as medidas de distensão de Ernesto Geisel e tendia a defendê-las quando ameaçadas por outras correntes políticas - inclusive as de certos setores civis (no caso da Arena) que privilegiavam a candidatura Frota, que Castello identifica com a “*continuidade revolucionária*”⁹⁹. Figueiredo, candidato de Geisel, era o candidato da “*constitucionalização*” e daria prosseguimento ao projeto de abertura política que Castello Branco defendia. Interessante notarmos também como, na mesma coluna de 11 de outubro, véspera da demissão de Frota, o colunista já adiantava que algo deveria ser feito:

⁹⁹ “O General Sylvio Frota, segundo se pretende, encarnaria o princípio da resistência à reforma — ele seria contrário à abolição do AI-5, sem que fosse o mesmo substituído na Constituição por dispositivos que permitissem, nas emergências, o recurso à força. O Ministro do Exército também não tem se pronunciado sobre questões políticas, mas sabe-se que em torno dele engrossa um movimento de resistência às reformas. Os militares de linha dura percebem que o impulso reformista poderá tornar-se irreversível e concluir com o desaparecimento do próprio processo revolucionário” (Idem, *Ibid.*: 11 out. 1977).

“A tradução civil de uma questão militar vai ganhando contornos de crise e por isso mesmo em alguns círculos se passou a admitir uma próxima intervenção do Presidente da República para fazer cessar inspirações que estariam tumultuando seu calendário político (...)” (Idem, Ibid., 11 out. 1977).

Castello evidencia então que em “alguns círculos” - obviamente restritos, mas que o colunista teve acesso - já se esperava que Ernesto Geisel tomasse alguma medida para breçar as aspirações de Frota e dos setores mais conservadores. Mais uma vez nos chama a atenção as informações de bastidores colhidas pelo colunista. Parece-nos que Castello já sabia que alguma medida estaria por vir. Ao mesmo tempo, o colunista agenda e antecipa, sutilmente, que desta vez o caráter da intervenção seria militar, pois

“(...) o negociador oficial [Petrônio Portella] procura identificar, nas suas conversações, o grau de arbítrio que a Nação toleraria daqui por diante. Isso envolve o preciso conhecimento de que a Nação reagiu com extrema sensibilidade ao excesso de arbítrio a que se recorreu em abril e que, portanto, rejeita o instrumento em que se fundamenta esse arbítrio” (Idem, Ibid., 11 out 1977).

Ou seja, uma medida interventora nos moldes do “Pacote de Abril”, recém-lançado no mesmo ano, poderia ser desastrosa. Desta forma, Castello Branco implicitamente insinuou que a solução deveria ser militar. E assim o foi: Sylvio Frota retirado do cargo de Ministro do Exército e as aspirações sucessórias de setores contrários à agenda de abertura, tolhidas. Provavelmente Carlos Castello Branco também já possuiria algum tipo de informação privilegiada a respeito da natureza da ação. O lugar de autoridade e importância de Castello Branco – inclusive entre os militares – era explícito:

“URGENTE. Por ordem superior, todos os meios de comunicação ficam proibidos de divulgar qualquer comentário sobre o pronunciamento do general Albuquerque Lima, mesmo que ele apareça na Coluna do Castello do Jornal do Brasil.” (SMITH, 2000: p. 156, grifo nosso). Este trecho faz parte de um dos “bilhetinhos” enviados pelos militares à imprensa. Nele, a *Coluna do Castello* possui destaque. Segundo Smith (Ibid.) não há evidências de que Carlos Castello Branco tenha sido dispensado da censura, mas a referência a ele é um indício claro do lugar de prestígio que ocupava - e isto reiterava inclusive a gravidade do “bilhetinho” (Idem, Ibid.: p. 241). Carlos Castello Branco não era qualquer um.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estruturamos a *Coluna do Castello* através de dois eixos centrais. No primeiro, procuramos demonstrar que a coluna, embora seja um espaço autoral, transcende esta noção: possui uma lógica de produção cotidiana e rotineira que depende das redes de sociabilidade do colunista Carlos Castello Branco. Apesar do jornalista ser identificado com a geração de modernizadores da década de 1950 e a coluna ter se consolidado mediante um longo processo de transformação da prática profissional, a lógica de produção da *Coluna do Castello* tem relação com a fofoca e outras práticas literárias que foram dissociadas do jornalismo no seu decurso histórico no Brasil. Argumentamos que o colunismo político também possui nexos com estas formas, sobretudo com as noções do rumor e do boato, que não são restritas ao colunismo social, como muitos acreditam.

O segundo eixo tem a ver com a relação da *Coluna do Castello*, uma das mais importantes colunas políticas existentes no Brasil, e o engajamento de seu protagonista no jornalismo conservador. Em nossa análise, procuramos mostrar que Carlos Castello Branco pensava a participação política em uma lógica elitista, distante do espontaneísmo e da forma massiva, de participação popular. As massas, para o colunista, deveriam ser educadas e enquadradas. A política era para poucos, e era necessária a existência de uma expertise em assuntos políticos. O tom pejorativo a que se referia a Lula e ao Partido dos Trabalhadores, como vimos, deixou claro esta perspectiva.

Argumentamos também que este arranjo elitista, que pensava a participação política sem as massas, não era exclusivo de agentes à direita do quadro político. Também à esquerda havia certo tom elitista que diminuía as massas perante outras parcelas de classe média.

Neste sentido, defendemos que o colunismo político mobiliza um lugar de mediador entre elites para o jornalista. O colunismo enquanto modelo não pode ser pensado dentro do padrão de objetividade inerente ao espaço das notícias, afinal, não há coluna objetiva. Mas isso não significa que não possa haver notícias na coluna, sobretudo em contextos sensíveis como o do regime autoritário – onde a coluna se

transforma em lugar de notícia pela própria circularidade que Carlos Castello Branco possuía entre políticos e agentes do Estado. Essa rede de sociabilidade gerava informações privilegiadas de bastidores, informações e furos que Castello oferecia muitas vezes em primeira mão. Desta forma, a coluna é um espaço não somente de opinião, mas de notícia e de negociação entre os membros da elite interessados em um processo de transição pautado em um pacto conservador.

Assim, o lugar do jornalista como intelectual é fundamental. Carlos Castello Branco se credenciou entre suas fontes, ganhou autoridade e prestígio como especialista em assuntos políticos em sua trajetória e pôde atuar no processo de distensão. O lugar ocupado por ele acaba por ser mais fundamental do que a questão de uma existência (ou não) de objetividade jornalística na coluna política. A sua participação na geração modernizadora do jornalismo brasileiro serviu como argumento de autoridade para a sua lógica de informação de bastidores. Desta forma, o colunista político virou um analista social, mais de uma forma específica: Castello Branco era um analista de uma sociedade de corte, cheia de idas e vindas com diferentes nuances. Tornou-se, assim, um profissional gabaritado a falar de política. Com a figura de Carlos Castello Branco, o próprio colunismo político ganhou status no Brasil.

Nosso objetivo foi apontar de que forma a dimensão da trajetória de Castello Branco e as características de produção da coluna serviram ao pacto conservador da transição política brasileira iniciada em 1974. Primeiro, fizemos um breve apanhado sobre o golpe de 1964, apontando a lógica da modernização conservadora. As elites abrem mão do poder político em função da manutenção da ordem. Quando não havia mais nenhum risco de ameaça à ordem, inicia-se a distensão política. Da mesma forma que o golpe se deu na lógica da modernização conservadora, a transição do regime obedeceu à mesma premissa: no contexto dos anos 1970 há uma lógica elitista de arranjo político engendrado, o que desemboca em uma transição pactuada entre os setores dominantes.

Buscamos em seguida mostrar a freqüente e histórica exclusão das massas do processo de decisão política no Brasil e o papel do jornalismo neste processo. Como os próprios jornalistas reivindicam seu papel de intelectuais, acabam por representar os estratos de classe média que já são representados em outras esferas. Ou seja, há um predomínio da perspectiva de classe média na imprensa. É nesta perspectiva que

argumentamos que a representação das elites e a atuação em formar certo consenso entre elas é um papel fundamental não só do jornal enquanto instituição, mas do colunista enquanto mediador político. Desta forma, não somente o *JB*, mas também a sua *Coluna do Castello* está inserida na lógica de uma cultura de elite.

Partimos então para a modernização do jornalismo brasileiro na década de 1950, compreendendo-a também em uma lógica de modernização autoritária, onde ocorrera a execração do jornalismo sensacionalista e a tentativa de supressão de formas literárias próximas do rumor, da fofoca e da difamação. Ao mesmo tempo, argumentamos que a separação entre notícia e rumor nada mais é do que um discurso. Traçamos o percurso do *Jornal do Brasil* neste processo e buscamos compreender como se deu a emergência do colunismo político após a modernização do jornalismo, entendendo-o como um lugar de reverberação das informações de bastidores e da política de corte.

Por fim, procedemos ao exame linear da trajetória de Carlos Castello Branco para compreender de que forma o colunista angariou prestígio e reconhecimento, vindo a se tornar um dos maiores colunistas políticos de sua época. Procedemos à análise da *Coluna do Castello* para mostrar que o colunista atuou diretamente no processo de transição negociada, enquadrando temas, indicando modos de agir, conformando o pacto entre elites e desempenhando um papel de intelectual orgânico, tentando proporcionar coesão aos grupos sociais responsáveis pelo processo transacional, atuando como mediador e formador de consenso entre elites.

REFERÊNCIAS

1. FONTES PRIMÁRIAS

1.1 *Coluna do Castello*

1964 – 08 de março; 29 de março;

1971 – 12 de setembro;

1974 – 16 de março;

1975 – 27 de fevereiro;

1976 – 30 de janeiro; 29 de março;

1977 – 19 de abril; 11 de outubro;

1978 – 23 de janeiro; 03 de setembro; 07 de novembro; 12 de dezembro

1979 – 22 de abril; 18 de maio; 26 de maio; 09 de Junho; 08 de novembro; 20 de novembro; 21 de novembro.

1.2 Artigos de jornais e revistas:

PEREIRA, Merval. “Ao Mestre”. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 jun. 2010.

AARÃO REIS, Daniel. “A ditadura civil-militar”. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 mar. 2012.

CARNEIRO, Luiz Orlando. “Jornalista político por excelência”. **Observatório da Imprensa**. 5 jul 2000. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/showNews/mem05072000.htm> acessado em 10 de junho de 2013.

CASTELLO BRANCO, Carlos. “Um jovem no Estado Novo”. **Veja**, São Paulo, PP. 33 e 34, 9 nov. 1977.

CORREIA, Marcos Sá. “Luto nos bastidores”. **Veja**, São Paulo, PP. 92 e 93, 9 jun 1993.

DINES, Alberto. “Jornalismo de Autor”. Caderno Especial Ideias: **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 jun. 2000.

FENAJ, Cadernos de Jornalismo. n. 1, 1990.

TAVARES, Zózimo. “Carlos Castello Branco, o repórter do Brasil”. **Diário do Povo**, Teresina, 25 jun 2010.

Revista **Veja**, edição 488.. Editora Abril, 11 de Janeiro de 1978.

1.3 Depoimentos e entrevistas não publicados em livro:

ZARVOS, Adriana. **Castello 50 anos de jornalismo**. Entrevista concedida em 1986. Editada por Luciano Trigo. Disponível em: <http://www.carloscastellobranco.com.br>

“O ofício de repórter”. Entrevista com Carlos Castello Branco. **Veja**, São Paulo, 27 dez. 1972.

O tempo da ditadura foi penoso para Castello. Entrevista com Élvia Castello Branco. 5 jul 2000 <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/showNews/mem05072000.htm> acessado em 10 de junho de 2013.

É preciso mobilização para respaldar as propostas de nossas entidades. Entrevista com Armando Rollemberg. Entrevistas da FENAJ: FENAJ, 15 set. 2006. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=1310> acessado em 20 jun. 2013.

2. BIBLIOGRAFIA GERAL

AARÃO REIS, Daniel. “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória”. In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, EDUSC, 2004.

_____. “Ditadura, anistia e reconciliação”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Vol. 23, nº 45: 171-186. 23 ago. 2010.

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando e ROCHA, Dora. **Eles Mudaram a Imprensa**. Rio de Janeiro, FGV, 2003.

ALBUQUERQUE, Afonso de. “Um Outro ‘Quarto Poder’: imprensa e compromisso político no Brasil. **Contracampo**, Niterói: v.4, pp. 23-57, 2000.

_____. “On Models and Margins: Comparative Media Models Viewed from a Brazilian Perspective”. In.: HALLIN, Daniel C. e MANCINI, Paolo (org.). **Comparing Media Systems Beyond the Western World**. Cambridge & New York: Cambridge University Press, pp. 72–95: 2012.

ALBUQUERQUE, Afonso e GAGLIARDI, Juliana. “The Copy Desk and the Dilemmas of the Institutionalization of ‘Modern Journalism’ In Brazil”. **Journalism Studies**, 12: 1, 80 — 91, 2011.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Caminhos Cruzados: Imprensa e Estado Autoritário no Brasil**. Tese de Doutorado, São Paulo: FFLCH, USP, 1994.

AZEVEDO, Fernando. “Mídia e Democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político”. **Opinião Pública**, Campinas: Vol. 12, nº 1: 88-113 Abril/Maio, 2006.

AZEVEDO, Layanna. “Mediação Jornalística, Conservadorismo Político e Transição Negociada: A *Coluna do Castello* e os limites da anistia no Brasil (1979)”. In: **Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - INTERCOM**, 2011.

BENJAMIN, Walter. “O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. – 7ª Ed. – São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOND, Fraser. **Introdução ao jornalismo**. 2ª Ed., Rio de Janeiro: Agir, 1978.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. – 5ª Ed. - São Paulo: Perspectiva, 1999.

_____. “The Political Field, the Social Science Field, and the Journalistic Field”. In: BENSON, Rodney and NEVEU, Erik. **Bourdieu and Journalistic Field**. Polity Press: pp. 29-47, 2005.

_____. **O Poder Simbólico**. – 14ª Ed. - São Paulo: Bertrand Brasil, 2010.

BURKE, Peter. **O historiador como colunista: Ensaios para a Folha**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BURTON, Michael; GUNTHER, Richard e HIGLEY, John. “Introduction: elite transformations and democratic regimes”. In: GUNTHER, R. e HIGLEY, J. **Elites and democratic consolidation in Latin America and Southern Europe**. New York: Cambridge University Press, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion. “A História Política e a Tentação Culturalista”. In: **História Agora**: nº. 1, 2007. (retirado de <http://www.historiaagora.com> em 12 de setembro de 2011).

CARDOSO, Fernando Henrique. “O modelo político brasileiro”. In: _____. **O modelo político brasileiro e outros ensaios**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

CAREY, James W. “The Dark Continent of American Journalism”. In MANOFF, Robert Karl e SCHUDSON, Michael. **Reading the news**. New York: Pantheon Books, pp.146-196, 1986.

CASTELLO BRANCO, Carlos. **A Renúncia de Jânio: Um depoimento**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 1996.

_____. **Os Militares no Poder – de 1964 ao AI-5: os anos de chumbo na visão do maior jornalista político de seu tempo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

CASTRO, Pedro Jorge de (Org.). **Carlos Castelo Branco: o jornalista do Brasil**. Entrevistas exclusivas a Carlos Chagas. Brasília: Editora Senac-DF, 2006.

CHALABY, Jean K. “O Jornalismo como Invenção Anglo-Americana: Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e o anglo-americano (1830s-1920)”. **Media & Jornalismo** (3): pp. 29-50, 2003.

D’ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso. (orgs) **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

DARNTON, Robert. **Boemia Literária e a Revolução: o submundo das letras no Antigo regime**. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **O Diabo na Água Benta Ou a arte da calúnia e da difamação de Luís XIV a Napoleão**. 1ª Ed – São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2012.

DAVIS, Aeron. “Whither Mass Media and Power? Evidence for a critical elite theory alternative”. **Media, Culture & Society**. SAGE Publications (London, Thousand Oaks and New Delhi), Vol. 25: 669-690, 2003.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. “1964: temporalidade e interpretações”. In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: EDUSC, 2004.

DEUZE, Mark. “What is journalism?: Professional identity and ideology of journalists reconsidered”. **Journalism**. SAGE Publications (London, Thousand Oaks and New Delhi), Vol. 6 (4): 442-464, 2005.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. – 6ª Ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

DUARTE, Celina Rabello. **Imprensa e Redemocratização no Brasil: Um Estudo de duas Conjunturas, 1945 e 1974-1978**. Dissertação de mestrado, Programa de Estudos de Pós-Graduação em Ciências Sociais. PUC, SP: 1987.

DURKHEIM, Émile. **Sociologia e Filosofia**. Editora Forense Universitária, 1970.

_____. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2000.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

EMERICH, Davi. **O beijo de Mangabeira. O Jornalismo Político das colunas de notas**. Dissertação de Mestrado defendida pela Faculdade de Comunicação da UNB. Brasília, 1997.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FREIRE FILHO, João. “TV de qualidade: uma contradição em termos?” **Líbero**, Brasil, Vol. 4, n. 7, p. 86-95, 2001.

GANS, Herbert J. “Sources and Journalists”. In.: **Deciding What’s News: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek, and Times**. 25th Anniversary Edition. Evanston, Illinois: Northwestern University Press, 2004.

GITLIN, Todd. **The whole world is watching: mass media in the making & unmaking of the new left**. Berkeley [etc]: University of California Press, 1980.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. – 4ª Ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRINBERG, Lúcia. “O jornalismo político de Carlos Castello Branco: imprensa e engajamento”. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, Julho de 2011.

HALLIN, Daniel. **The Uncensored War: The Media and Vietnam**. Oxford University Press, New York, 1986.

_____. “The media, the war in Vietnam, and political support - a critique of the thesis of an oppositional media”. In: HALLIN, Daniel. **We Keep America on Top of the World: Television Journalism and the Public Sphere**, London and New York: Routledge, 1994.

_____. “Field Theory, Differentiation Theory and Comparative Media Research”. In: BENSON, Rodney and NEVEU, Erik. **Bourdieu and Journalistic Field**. Polity Press: pp. 224-243, 2005.

HALLIN, Daniel C. e MANCINI, Paolo. “Falando do Presidente: A Estrutura Política e a Forma representacional nas notícias televisivas dos Estados Unidos e da Itália”. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”**. Lisboa: Editora Vega, p. 306-325, 1993.

_____. **Sistemas de Media: Estudo Comparativo: Três Modelos de Comunicação e Política**. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. **O fim da ditadura militar**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Jornalistas e Revolucionários nos tempos da imprensa alternativa.** - 2. ed.
- São Paulo: EDUSP, 2003.

LABORIE, Pierre. “1940-1944. Les Français du penser-double”. In: **Les Français des années troubles. De la guerre d’Espagne à la Libération.** Pp. 25-36. Paris: Seuil, 2003.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **Que Fazer? A Organização como Sujeito Político.** São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna. A dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969).** São Carlos, SP: Editora da UFSCar, 1995.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **Distensão no Brasil – O Projeto Militar (1973-1979).** Campinas, SP : Papirus Editora, 1995.

MAZZOLENI, Gianpetro. “The Media and the Growth of Neo-Populism in Contemporary Democracies”. In: MAZZOLENI, Gianpietro; STEWART, Julianne; and HORSFIELD, Bruce (eds) **The Media and Neo-Populism: A Contemporary Comparative Analysis.** Westport, CT: Praeger, 2003.

McCANN, Bryan. “Carlos Lacerda: The Rise and Fall of a Middle-Class Populist in 1950s Brazil”. In: **Hispanic American Historical Review** 83 (4), pp. 661-696: 2003.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro.** 2ª. Ed. rev. Petrópolis: Vozes, 1994.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos.** Brasília: Editora da UNB, 1982.

MIGUEL, Luis Felipe. “O Jornalismo Brasileiro Representa Quem?” **Cadernos do CEAM,** UNB, Ano II, nº 6 : 61-70, 2001.

_____. “A Democracia Domesticada: Bases Antidemocráticas do Pensamento Democrático Contemporâneo”. **DADOS** - Revista de Ciências Sociais: Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 3: pp. 483 a 511, 2002.

MOORE Jr. Barrington. **As Origens Sociais da Democracia e da Ditadura.** São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MOTA, Carlos Guilherme e CAPELATO, Maria Helena. **História da Folha de S. Paulo.** São Paulo: Imprensa, 1981.

O’DONNELL, Guillermo e SCHMITTER, Philippe. **Transições do regime autoritário: Primeiras conclusões.** São Paulo: Vértice, 1988a.

_____. **Transições do regime autoritário: América Latina.** São Paulo: Vértice, 1988b.

OLICK, Jeffrey e ROBBINS, Joyce. "Social memory studies: from collective memory to the historical sociology of mnemonic practices". **Anual Review of Sociology**, vol.24: p. 105-140 (<http://www.jstor.org>), 1998.

OLIVEIRA, Michelle Roxo de. **Sobre fronteiras no jornalismo: o ensino e a produção da identidade profissional**. Tese de Doutorado defendida pelo PPGCOM-UFF: Niterói-RJ, 2011.

ÖRNEBRING, Henrik. "Clientelism, Elites, and the Media in Central and Eastern Europe". **The International Journal of Press/Politics**. published online 27 July, 2012.

PEREIRA, Merval. "O Poder das Palavras". In: CASTELLO BRANCO, Carlos. **Os Militares no Poder – de 1964 ao AI-5: os anos de chumbo na visão do maior jornalista político de seu tempo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

PETRARCA, Fernanda Rios. "Construção do Estado, Esfera Política e Profissionalização do Jornalismo no Brasil". **Revista de Sociologia e Política** v. 18, nº 35 : 81-94, Fev. 2010.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. "Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950". **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: nº. 31: 147-160, 2003.

_____. **Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

PITKIN, Hanna Fenichel. "Representação: Palavras, Instituições e Idéias". **Lua Nova**, SãoPaulo, 67: 15-47, 2006.

REGO, Ana Regina. "Carlos Castello Branco – A opinião no jornalismo brasileiro". In: **Imprensa Brasileira: Personagens que Fizeram História**, vol. 4. MELO, Jose Marques de (org.). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; São Bernardo do Campo, SP: Universidade Metodista de São Paulo, 2009.

ROLLEMBERG, Denise. "As *trincheiras* da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974)". In: ROLLEMBERG, D. e QUADRAT, S (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha. "Apresentação: memória, história e autoritarismos". In: _____. (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROXO, Marco. **Jornalistas, Pra Quê? Militância Sindical e o Drama da Identidade Profissional**. Tese de Doutorado defendida pelo PPGCOM-UFF. Niterói-RJ, 2007.

ROXO, Marco & SACRAMENTO, Igor. "O Populismo e o Neopopulismo no Jornalismo Televisivo Brasileiro". In: **Compós - Grupo de Trabalho Estudos de Televisão do XXII Encontro Anual da Compós**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 04 a 07 de junho de 2013.

RUFINO LEAL, Maria de Jesus Daiane. **Carlos Castello Branco: o comentarista paradigmático da imprensa brasileira**. Dissertação de Mestrado defendida pelo PPG em Comunicação Social – UMESP. São Paulo: 2011.

SCHUDSON, Michael. “Stories and information: two journalismisms in the 1890s”. In: **Discovering the news: a social history of American newspapers**. [USA]: Basic Books, p.88-120, 1978.

_____. “A Política da Forma Narrativa: A emergência das Convenções Noticiosas na Imprensa e na Televisão”. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa, Vega, 1993.

_____. “The Newsmedia as Political Institutions”. **Annual Review of Political Science**. v. 5, p. 249-269, 2002.

_____. “Autonomy from what?” In: BENSON, Rodney and NEVEU, Erik. **Bourdieu and Journalistic Field**. Polity Press: pp. 214-223, 2005.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Capítulos XXI, XXII e XXIII. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Mil dias: Seis Mil Dias Depois**. São Paulo, PubliFolha, 2005.

SILVA, Heber Ricardo da. **A democracia impressa: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa, 1945-1948**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SIQUEIRA, Carla. “O sensacional, o popular e o populismo nos jornais *Última Hora*, *O Dia* e *Luta Democrática* no segundo governo Vargas (1951-1954)”. In: **Anais Intercom - XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação**. Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003.

SMITH, Anne-Marie. **Um Acordo Forçado: o Consentimento da Imprensa à Censura no Brasil**. Tradução de Waldívia M. Portinho. – 1ª Ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SOARES, Luiz Eduardo. “A duplicidade da cultura brasileira”. In: SOUZA, Jessé (org.). **O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

SOLOSKI, John. “O Jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico”. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa, Vega, 1993.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política. As mudanças de padrões na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

VIEIRA FILHO, Geraldo. **Complexo de Clark Kent: são super-homens os jornalistas?** São Paulo: Summus, 1991.

ZELIZER, Barbie. "Introduction: narrative, collective memory and journalistic authority". In: **Covering the Body: The Kennedy Assassination, The Media, and the Shaping of Collective Memory**. Chicago & London: University of Chicago Press, p. 1-13, 1992.

_____. "Before The Assassination". In: **Covering the Body: The Kennedy Assassination, The Media, and the Shaping of Collective Memory**. Chicago & London: University of Chicago Press, p. 17-31, 1992.

ZUGASTI, Ricardo. "A Forge of Consensus". **Media History**, vol. 18 no. 2, 207-217: Routledge, 2012.

1. Capa do *Jornal do Brasil*, edição de 9 de Junho de 1979.

JORNAL DO BRASIL

Rio de Janeiro — Sábado, 9 de junho de 1979

Ano LXXXIX — N.º 62

TEMPO
Nublado. Possível instabilidade no litoral. Temperatura em destino. Ventos de Noroeste rondando para Sudoeste fracos. Máxima: 28,2 (Bangu); Mínima: 15,0 (Alto da Boa Vista). (Mapas no Caderno de Classificados)

PREÇOS, VENDA AVULSA:
Dua Un. ... Cr\$ 7,50
Domingos ... Cr\$ 8,00

Mais barato:
Dua Un. ... Cr\$ 7,20
Domingos ... Cr\$ 7,50

AGENCIAMENTOS — Diversos:
(R\$ e Milhões) Tel. 364.467

5 meses ... Cr\$ 360,00
6 meses ... Cr\$ 1.050,00

10 meses ... Cr\$ 1.650,00
12 meses ... Cr\$ 1.850,00

ESPÍRITO SANTO:
3 meses ... Cr\$ 745,00
6 meses ... Cr\$ 1.400,00

Paraná, via aérea, em todo o território estadual:
3 meses ... Cr\$ 450,00
6 meses ... Cr\$ 1.200,00

Paraná, via aérea, em todo o território estadual:
3 meses ... Cr\$ 765,00
6 meses ... Cr\$ 1.400,00

ESPÍRITO SANTO — Via aérea, Av. da Central, Av. da Ilha, Petrópolis e Itaipava:
3 meses ... Cr\$ 300,00
6 meses ... Cr\$ 410,00
1 ano ... Cr\$ 520,00

Análise do Sol:
3 meses ... Cr\$ 100,00
6 meses ... Cr\$ 300,00
1 ano ... Cr\$ 400,00

Dados gerais:
3 meses ... Cr\$ 250,00
6 meses ... Cr\$ 480,00
1 ano ... Cr\$ 1.210,00

VIA MARÍTIMA — Análise, Petrópolis e Itaipava:
3 meses ... Cr\$ 41,00
6 meses ... Cr\$ 82,00
1 ano ... Cr\$ 144,00

Dados gerais:
3 meses ... Cr\$ 58,00
6 meses ... Cr\$ 116,00
1 ano ... Cr\$ 232,00

510

ACRÉDITOS E PERÍODOS

CHUVA PREVISÃO — Para o Rio de Janeiro, de 10 a 15 mm. Para o Estado, de 10 a 20 mm. Para o Brasil, de 10 a 20 mm.

RECEITAS — Para o Rio de Janeiro, de 10 a 15 mm. Para o Estado, de 10 a 20 mm. Para o Brasil, de 10 a 20 mm.

RECEITAS — Para o Rio de Janeiro, de 10 a 15 mm. Para o Estado, de 10 a 20 mm. Para o Brasil, de 10 a 20 mm.

RECEITAS — Para o Rio de Janeiro, de 10 a 15 mm. Para o Estado, de 10 a 20 mm. Para o Brasil, de 10 a 20 mm.

RECEITAS — Para o Rio de Janeiro, de 10 a 15 mm. Para o Estado, de 10 a 20 mm. Para o Brasil, de 10 a 20 mm.

RECEITAS — Para o Rio de Janeiro, de 10 a 15 mm. Para o Estado, de 10 a 20 mm. Para o Brasil, de 10 a 20 mm.

RECEITAS — Para o Rio de Janeiro, de 10 a 15 mm. Para o Estado, de 10 a 20 mm. Para o Brasil, de 10 a 20 mm.

RECEITAS — Para o Rio de Janeiro, de 10 a 15 mm. Para o Estado, de 10 a 20 mm. Para o Brasil, de 10 a 20 mm.

RECEITAS — Para o Rio de Janeiro, de 10 a 15 mm. Para o Estado, de 10 a 20 mm. Para o Brasil, de 10 a 20 mm.

RECEITAS — Para o Rio de Janeiro, de 10 a 15 mm. Para o Estado, de 10 a 20 mm. Para o Brasil, de 10 a 20 mm.

RECEITAS — Para o Rio de Janeiro, de 10 a 15 mm. Para o Estado, de 10 a 20 mm. Para o Brasil, de 10 a 20 mm.

RECEITAS — Para o Rio de Janeiro, de 10 a 15 mm. Para o Estado, de 10 a 20 mm. Para o Brasil, de 10 a 20 mm.

RECEITAS — Para o Rio de Janeiro, de 10 a 15 mm. Para o Estado, de 10 a 20 mm. Para o Brasil, de 10 a 20 mm.

O aterro eliminará as ilhas do Pinheiro e do Fundão além de permitir a duplicação da Avenida Brasil

Baía terá aterro do Caju até Caxias

Um aterro 22 vezes maior do que o do Flamengo — que tem 1,2 km² — transformará 52 km² na orla da Baía de Guanabara, do Caju a Duque de Caxias, em terrenos destinados a moradias e indústrias, segundo o plano do Ministério do Interior ainda para este Governo. Além de sanar a área, o projeto prevê a construção, a baixo custo, de uma nova Avenida Brasil.

O ponto-de-vista ambiental, a Secretaria Especial do Meio-Ambiente destaca seis itens: a substituição da praia de Ramos por uma mais higiênica; a contribuição para a despoluição da Baía; a recuperação de pontos sacudidos; a melhoria de habitação nas favelas da região; o desafogamento do trânsito na Avenida Brasil; e a criação de áreas verdes e de lazer.

Estado já tem como reduzir o som da PUC

O último impasse para o término da construção da auto-estrada Lagoa-Barra — a poluição sonora — foi resolvida pelo DER e o plano já foi entregue à PUC. Será construída uma mata cônica acústica na estrada quando esta passar pelas pedras da Universidade, o que manterá os ruídos nos níveis atuais.

Nos testes de medição de ondas sonoras foi registrado um engano do Reitor MacDowell, que originou o impasse. Disse ele que o nível suportável em uma sala de aula era de 42 decibéis. Nos testes, verificou-se que hoje, sem a estrada, há 64 na biblioteca. Com a cônica acústica o ruído será mantido, como está. (Página 8)

BNH eleva para 30 anos prazo de casa própria

A diretoria da BNH aprovou a dilatação de 25 para 30 anos dos prazos de financiamento de casa própria pelo SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo), nos contratos realizados até o fim do ano, e prorrogou, também até 31 de dezembro, a autorização para o financiamento pelo sistema de imóveis novos, com mais de 180 dias de habite-se.

O prazo extra de cinco anos de amortização — até 30 anos, para famílias populares, e até 20, para imóveis de até 3 mil 500 UPCs (Cr\$ 1 milhão 228 mil 785, atualmente) — está condicionado à aprovação prévia do financiamento pelo BNH. Outra exigência para o financiamento é que o preço de venda por metro quadrado de área construída não exceda a 30 UPCs (Cr\$ 10 mil 818 e 10 centavos). (Página 17)

Igreja apoia ofensiva dos sandinistas

O Arcebispo Miguel Obando y Bravo, principal autoridade católica da Nicarágua, considerou justa a ofensiva dos guerrilheiros sandinistas, afirmando que "todo o povo está contra Somoza". De posse de 25 grandes e pequenas cidades do país e largas extensões territoriais, os sandinistas prepararam-se para cercar Managua e lutar a ofensiva até o quartel-general do Presidente.

Numa entrevista ao diário espanhol El País, Dom Miguel afirmou: "Substituímos a capitalidade desse homem (Presidente Somoza) sem o ter e a destruição. Nunca pensamos que fosse capaz de arrastar cidades inteiras, nunca imaginamos que a farsa fosse tão feroz". E concluiu: "Não creio que ele seja capaz de deturpar o Poder. Da o conheço bem. Nasceu no Poder e só deixará o cargo à força". (Página 13)

Papa considera a terra como direito básico

O Papa João Paulo II afirmou que os direitos à terra e ao trabalho estão entre "os mais fundamentais do homem". Em homilia à população camponesa de Nowy Targ, Sul da Polónia, observou que, apesar da industrialização e do êxodo rural, o direito à terra continua sendo a base de uma economia sólida.

Além de criticar o divórcio ("o divórcio é vida está ligado ao sacramento indissolúvel do casamento"), o Papa condenou o aborto: "Quando se viola o direito à vida desde o momento da concepção do homem, atenta-se indiretamente contra a ordem moral que assegura os seus valores invioláveis". O Papa foi recebido em Nowy Targ, onde celebrou a missa de antemão, com uma festa popular que despertou curiosidade dos poloneses. (Página 12)

CLASSIFICADOS

Para maior comodidade dos leitores, a partir de hoje e todos os sábados, as ofertas de imóveis (compra e venda) estarão concentradas num Caderno de Classificados. As demais seções (aluguel, emprego, atividades, máquinas, automóveis e oportunidades e negócios) estarão no outro Caderno de Classificados.

O quase desconhecido paraguiano Vitor Pecci foi a surpresa de ontem no tênis: derrotou o favorito Jimmy Connors por 3 a 1 no Torneio de Paris e joga a final contra Björn Borg (Pag. 22)

Em poucos horas, a PM sequestrou um industrial e o libertou, prendendo os quatro bandidos com balas de sobra, numa ação simulada no fim de um curso de treinamento (Pag. 20)

AGÊNCIA AMIGOS — Para o Rio de Janeiro, de 10 a 15 mm. Para o Estado, de 10 a 20 mm. Para o Brasil, de 10 a 20 mm.	AGÊNCIA AMIGOS — Para o Rio de Janeiro, de 10 a 15 mm. Para o Estado, de 10 a 20 mm. Para o Brasil, de 10 a 20 mm.	AGÊNCIA AMIGOS — Para o Rio de Janeiro, de 10 a 15 mm. Para o Estado, de 10 a 20 mm. Para o Brasil, de 10 a 20 mm.	AGÊNCIA AMIGOS — Para o Rio de Janeiro, de 10 a 15 mm. Para o Estado, de 10 a 20 mm. Para o Brasil, de 10 a 20 mm.	AGÊNCIA AMIGOS — Para o Rio de Janeiro, de 10 a 15 mm. Para o Estado, de 10 a 20 mm. Para o Brasil, de 10 a 20 mm.	AGÊNCIA AMIGOS — Para o Rio de Janeiro, de 10 a 15 mm. Para o Estado, de 10 a 20 mm. Para o Brasil, de 10 a 20 mm.	AGÊNCIA AMIGOS — Para o Rio de Janeiro, de 10 a 15 mm. Para o Estado, de 10 a 20 mm. Para o Brasil, de 10 a 20 mm.	AGÊNCIA AMIGOS — Para o Rio de Janeiro, de 10 a 15 mm. Para o Estado, de 10 a 20 mm. Para o Brasil, de 10 a 20 mm.	AGÊNCIA AMIGOS — Para o Rio de Janeiro, de 10 a 15 mm. Para o Estado, de 10 a 20 mm. Para o Brasil, de 10 a 20 mm.	AGÊNCIA AMIGOS — Para o Rio de Janeiro, de 10 a 15 mm. Para o Estado, de 10 a 20 mm. Para o Brasil, de 10 a 20 mm.	AGÊNCIA AMIGOS — Para o Rio de Janeiro, de 10 a 15 mm. Para o Estado, de 10 a 20 mm. Para o Brasil, de 10 a 20 mm.	AGÊNCIA AMIGOS — Para o Rio de Janeiro, de 10 a 15 mm. Para o Estado, de 10 a 20 mm. Para o Brasil, de 10 a 20 mm.
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

2 — POLÍTICA E GOVERNO

Carlos Castilla Brunes